

REGINA ABREU

# *A Fabricação do Imortal*

MEMÓRIA, HISTÓRIA  
E ESTRATÉGIAS DE  
CONSAGRAÇÃO  
NO BRASIL



LIVROS  
  
LAPA

Artemídia  
ROCCO

Nem ressentimento, nem denúncia nas análises propostas por Regina Abreu, mas tentativa de explicação e de compreensão de um gesto: a doação de uma grande e suntuosa coleção por Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, em 1936, ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, imediatamente após a morte de seu marido, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Regina Abreu teve a curiosidade sociológica ou, mais exatamente, a excelente idéia de tomar essa coleção como ponto de partida de uma análise de processos culturais e simbólicos e, sobretudo, de processos políticos particularmente importantes.

Este livro abre uma nova direção de pesquisa, decisiva para os estudos de composição e de recomposição das elites tão difíceis de serem apreendidos em larga escala, visto que os documentos e as estatísticas sobre as fortunas ou os patrimônios ou mesmo sobre as alianças nas famílias das elites são raros e, frequentemente, constituem “segredos de família” muito bem guardados.

A autora sabe aproximar-se dos personagens, procurando compreendê-los sem fascinação ou reverência excessiva. Por vezes, a linguagem aproxima-se da forma romanesca, indicando que a intuição e a imaginação são solicitadas. Mas nunca é excluído o rigor da análise.

A *Fabricação do Imortal* coloca em evidência as múltiplas implica-

ções de um gesto “nobre” e aparentemente desinteressado como a doação de uma coleção privada a um museu público e nacional. De um ponto de vista eminentemente sociológico, a autora termina por desvendar o quanto esse gesto nada teve de desinteressado.

MONIQUE DE SAINT MARTIN

Francisco Teixeira



Regina Abreu nasceu no Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia Social (1990) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), cursa atualmente doutorado na mesma instituição.

É pesquisadora da Coordenação de Folclore e Cultura Popular da FUNARTE. Em 1994-1995 desenvolveu um programa de estudos e pesquisas no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a orientação da professora Monique de Saint Martin, com bolsa da CAPES.



---

## A FABRICAÇÃO DO IMORTAL

*Memória, História e  
Estratégias de Consagração  
no Brasil*



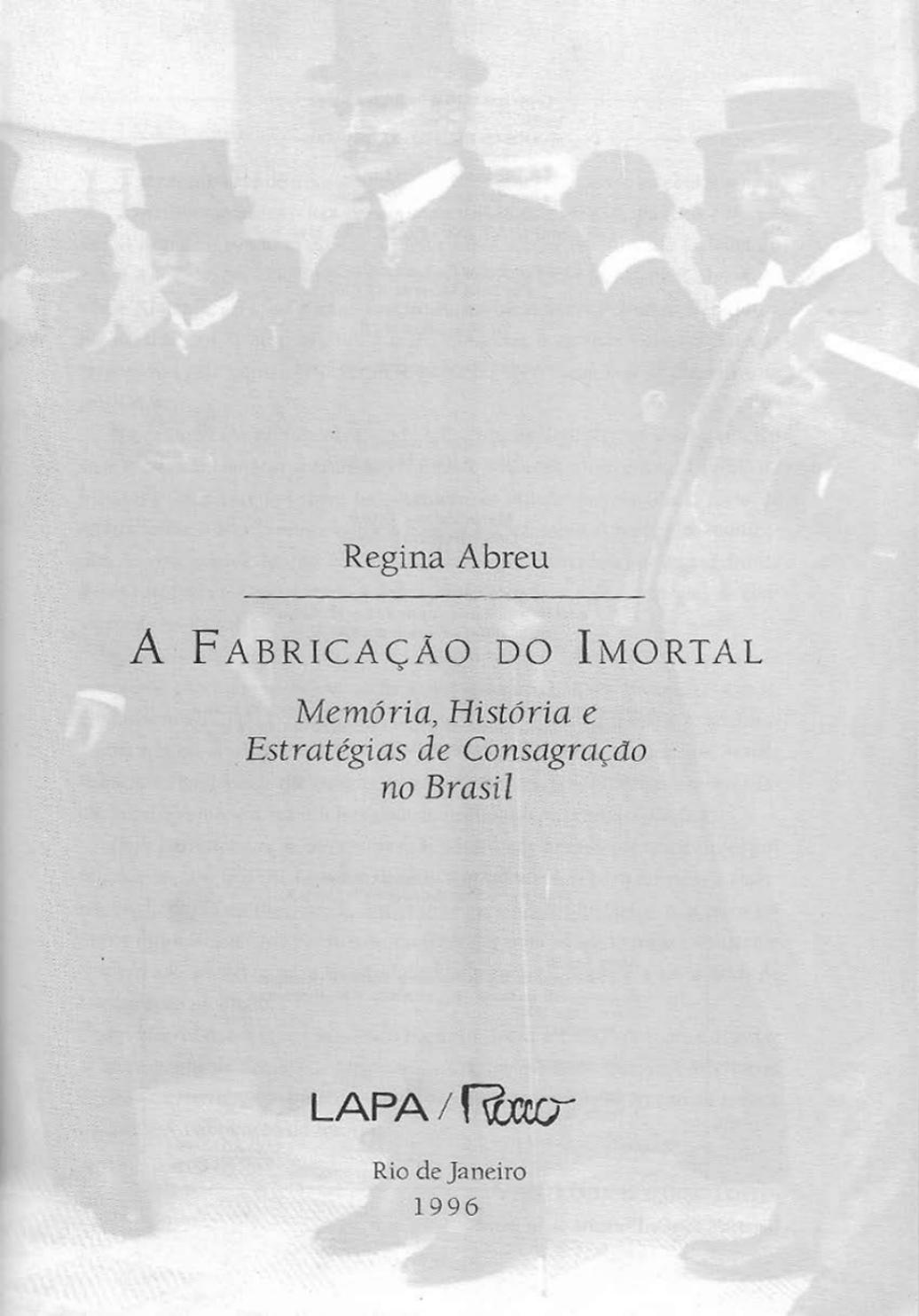
*Projeto Gráfico e Capa*

Adriana Moreno

*Fotografia*

Evandro Teixeira

Nóilton Nunes



Regina Abreu

---

# A FABRICAÇÃO DO IMORTAL

*Memória, História e  
Estratégias de Consagração  
no Brasil*

LAPA / *Procel*

Rio de Janeiro  
1996

Copyright © 1996 by Regina Abreu

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

EDITORA ROCCO LTDA.  
Rua Rodrigo Silva, 26/5º andar  
20.011-040 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel (021) 507 2000 - Fax (021) 507 2244

LAPA PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.  
Rua Dona Mariana, 113 - 209  
22.280-020 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel/Fax (021) 246 2112

Printed in Brazil / Impresso no Brasil

Produção de Fotografia:  
HELENA REGO MONTEIRO

Revisão:  
MARIA HELENA TORRES  
GISELE BARRETO SAMPAIO

*Para a realização deste projeto  
a LAPA contou com o apoio da Lei Municipal  
de Incentivo à Cultura nº 1.940/92*

APOIO CULTURAL À LAPA:  
Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Museu Histórico Nacional - IPHAN - Ministério da Cultura  
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.

CIP-BRASIL. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

AI46f

Abreu, Regina

A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias  
de consagração no Brasil / Regina Abreu. - Rio de Janeiro :  
Rocco : Lapa, 1996  
- (Artemídia)

Inclui bibliografia

1. Elites (Ciências Sociais). 2. Imortalidade. 3. Homem público - Brasil.  
I. Título. II. Série.

96-0820

CDD 305.520981  
CDU 301.188.4

Há exatamente 60 anos atrás, o MUSEU HISTÓRICO NACIONAL recebia uma das maiores doações feitas por um particular a um museu público e nacional. A grande e suntuosa doação foi feita por Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, em 1936, após o falecimento de seu marido, Miguel Calmon du Pin e Almeida, senador e duas vezes ministro durante a Primeira República. Na ocasião era diretor do museu o seu fundador, o escritor Gustavo Barroso, responsável pela aquisição de grande parte do acervo que hoje se encontra na instituição.

Há exatamente 10 anos atrás, em 1986, a antropóloga Regina Abreu iniciou suas atividades no MUSEU HISTÓRICO NACIONAL passando a integrar a Divisão de Estudos e Pesquisas. Foi como pesquisadora do museu que ela teve a idéia de refletir sobre o acervo museológico e, especialmente, sobre as múltiplas implicações de uma grande doação. Em seus estudos, Regina percebeu que estava diante de importantes mecanismos de construção da memória e de estratégias de consagração no Brasil.

A análise do ritual de ingresso da Coleção Miguel Calmon possibilitou ainda perceber o papel do museu em seu período fundador. O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, fundado em 1922 pelo Presidente Epitácio Pessoa, representou a introdução no Brasil de um modelo de museu histórico que perdurou por mais de 40 anos: um modelo essencialmente baseado nas grandes coleções, nos personagens históricos e numa relação peculiar entre o diretor, os membros da instituição e os grandes doadores.

Hoje, participamos de um empreendimento onde novamente instituições públicas associam-se a iniciativas privadas. Agora não mais para fabricar o imortal, enaltecendo ou inventando um grande personagem histórico, mas para coroar e difundir junto ao público os resultados de uma pesquisa séria, consistente e, sobretudo, pioneira para os estudos sobre memória, história e estratégias de consagração no Brasil.

É com alegria que o MUSEU HISTÓRICO NACIONAL apóia a LARA PRODUÇÕES e associa-se ao empenho da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, da SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A. - e da EDITORA ROCCO para a concretização do projeto editorial A Fabricação do Imortal.



*A Pedro Sol e Nina Lys*  
*Guardiões da Memória do Futuro*

*“Precisamente porque a morte se define como o domínio do esquecimento, aquele que no Hades guarda a memória transcende a condição mortal.”*

JEAN PIERRE VERNANT

## SUMÁRIO

Apresentação . . . . .	15
Saindo da Vida para Entrar na História . . . . .	21
Parceiros de uma Troca de Presentes . . . . .	31
Um Homem-Semióforo e Seus Objetos-Semióforos . . . . .	43
Heranças e Legados . . . . .	47
A Nobreza se Imortaliza . . . . .	57
Enfim, o Imortal . . . . .	67
O Imortal é um Homem Público . . . . .	71
O Público e o Privado . . . . .	89
Imortalização por meio das Obras . . . . .	99
Insígnias do Homem Público . . . . .	125
Um Homem de Letras . . . . .	137
Dimensão Pública do Privado . . . . .	149
Uma Casa-Memória para a Moderna Nação Brasileira . . . . .	159
Culto da Saudade . . . . .	167
Contando uma História do Brasil . . . . .	179
Que País é Este? . . . . .	189
A Desfabricação do Imortal . . . . .	199
Agradecimentos . . . . .	213
Bibliografia . . . . .	217

## APRESENTAÇÃO



Uma grande e suntuosa coleção foi legada por Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, em 1936, ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, imediatamente após o falecimento de seu marido, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Respeitando ao pé da letra as disposições e os desejos da doadora, a coleção entrou rapidamente em exposição. Desse modo, uma viúva que não tinha filhos e cujo marido havia ocupado as mais altas funções políticas tomou a decisão de doar a maior parte de seus bens ao Estado.

Regina Abreu teve a curiosidade sociológica ou, mais exatamente, a excelente idéia de tomar essa coleção como ponto de partida de uma análise de processos culturais e simbólicos e, sobretudo, de processos políticos particularmente importantes. Como são representados um político importante — Miguel Calmon, senador, duas vezes ministro durante a Primeira República — e uma família da oligarquia ou, indo mais longe ainda, uma fração das elites oriunda do Império e conhecida como “nobreza brasileira”? Como, sobre que bases, com a ajuda de que ações, simples mortais puderam “fabricar o imortal”? Dentro de que condições essa fabricação perdurou ou, pelo contrário, se viu alterada, chegando mesmo a desaparecer?

Alice Calmon tentou imortalizar seu marido, Miguel Calmon. Incontestavelmente, por um período, ela conseguiu realizar seu intento de um modo que parece mesmo inacreditável em nossos dias. Com efeito, foi ela quem fixou as condições precisas da exposição dos objetos num museu público e nacional, determinando seu lugar e chegando mesmo a enviar seu próprio mordomo para supervisionar as obras de montagem e, posteriormente, a própria exposição, quando ela não podia ir ao museu. A coleção exposta num museu público guardou durante algum tempo as características de um bem privado. Mas isso durou pouco. Após um período de decadência, no final dos anos 60, a direção de um dos maiores museus brasileiros decidiu desmontar as salas consagradas aos grandes personagens. Os objetos das coleções foram, em grande parte, colocados

em depósitos. Incorporando novas tendências historiográficas em voga no período, o museu passou a dar prioridade para salas organizadas não em torno de um personagem, mas em função da sucessão de regimes políticos e de acontecimentos.

Por meio do estudo dos objetos da Coleção Miguel Calmon — jóias, móveis, retratos, livros, fotografias — expostos no Museu Histórico Nacional durante 30 anos, a autora reconstitui a história de um expressivo personagem da Primeira República no Brasil, seu modo de vida, suas realizações, seu estilo de poder. O estudo permite, ainda, traçar a história do museu e das mudanças ocorridas durante o período em que a coleção ficou exposta. E, com efeito, é a partir dos objetos possuídos e posteriormente doados ao museu pela família Calmon que Regina Abreu chega a recompor a história da família e do grupo. Esses objetos nos conduzem ao universo material e mental das elites aristocráticas brasileiras dos primeiros decênios deste século.

Trata-se de um enfoque original. A maior parte das pesquisas sobre famílias de antigas nobrezas ou sobre homens de Estado toma como ponto de partida as memórias e as lembranças escritas pelos membros das famílias, tais como cartas, testemunhos, arquivos familiares. De uma maneira geral, os bens e os inventários são raramente analisados. Nesse estudo, pelo contrário, a autora debruça-se sobre uma fonte pouco explorada e particularmente rica de informações: os objetos acumulados pela família Calmon e selecionados para doação, reunidos numa coleção e expostos durante mais de 30 anos no Museu Histórico Nacional. Assim, são desvendados detalhes sobre aquela família, seu modo de vida, suas preocupações, seus interesses, bem como sobre as atividades múltiplas de um influente personagem da Primeira República no Brasil.

É possível, também, refletir sobre a relação dos particulares com um museu público, entendendo as intenções de Alice Calmon ao fazer uma expressiva doação ao museu. A maior parte dos objetos que ela escolheu como legados constituía a parte mais nobre de seus bens: móveis de salão, peças de recepção, presentes oferecidos a seu esposo por ilustres homens de Estado, troféus de viagem, bronzes, quadros, porcelanas. As representações de reis e de rainhas, em particular de figuras de monarcas franceses cunhadas em medalhas, vasos,

quadros ou outros objetos são numerosas. A família imperial brasileira é onipresente na coleção. O valor simbólico parece predominar sobre o valor econômico ou sobre o valor artístico.

As fotografias expostas são especialmente reveladoras do projeto de Alice Calmon: nada sobre a infância e a adolescência de Miguel Calmon, nenhuma foto representando ela mesma. Em contrapartida, abundam fotos de obras públicas realizadas sob o impulso de Miguel Calmon; é possível ver o Ministro posando diante de uma charrua ou diante de seu escritório. Isso é verdade também para as fotografias e mais ainda para os livros e a biblioteca. Pouca literatura, romances e poesia, mas numerosos livros de agronomia, livros técnicos, obras de autores franceses e ingleses sobre o Brasil, tratados de educação.

O que se descobre pouco a pouco durante a leitura do livro de Regina Abreu é o imenso trabalho de construção da representação do homem público por sua família, seus próximos e pelo museu; o “servidor do Estado” não deve jamais ser exposto em imagem desfavorável. Tudo o que pode contribuir para engrandecê-lo é o que deve ser exibido. No contexto analisado, a legitimidade das elites apóia-se sobre sua antiguidade e sobre seus méritos, sancionados pelo êxito nos melhores estabelecimentos e confirmados por condecorações e medalhas. Parece importante tanto para Alice Calmon como para a direção do museu mostrar que Miguel Calmon é, ao mesmo tempo, descendente de uma grande família e um grande servidor do Estado, inteiramente devotado à causa pública. De um lado, os laços dos Calmon com a família imperial brasileira e com grandes famílias aristocráticas são colocados em evidência. De outro lado, a exposição dos diplomas, dos trabalhos, dos escritos, das medalhas ou condecorações de Miguel Calmon tem a intenção de fazer com que o público do museu aprecie a grandeza dos serviços que ele prestou à nação, celebrando-o e imortalizando-o de maneira muito mais enfática do que erguendo uma placa com seu nome numa grande rua do Rio ou do que batizando com seu nome um hospital ou uma instituição de caridade.

Reconstituir a história da coleção permite a Regina Abreu traçar matizados retratos de diferentes membros da família Calmon, compreender seus interesses e suas contradições. Miguel Calmon é, ao mesmo tempo, o descendente de

uma grande família aristocrática, o sobrinho do Marquês de Abrantes e um grande homem público, um homem de progresso que, de alguma forma, empreendeu a reconversão de seu capital social e de seu capital político em capital escolar e em capital profissional. É importante lembrar que, com o advento da República em 1889, as antigas elites haviam perdido parte de suas prerrogativas. Tornava-se pois necessário aos descendentes dessas antigas elites adaptarem-se, negociarem compromissos, tentarem a reconversão de seus diferentes recursos.

Nem ressentimento, nem denúncia nas análises propostas por Regina Abreu, mas tentativa de explicação e de compreensão de um gesto: os legados dos objetos e, mais além, a operação de construção de um grande homem público. A autora descreve e explica as práticas, as redes de relações, as atividades de diferentes personagens ou atores com uma certa simpatia, guardando a distância necessária à objetivação; ela sabe aproximar-se deles, procura compreendê-los, mas sem fascinação ou reverência excessiva. Por vezes, a linguagem aproxima-se da forma romanesca, indicando que a intuição e a imaginação são solicitadas. Mas nunca é excluído o rigor da análise.

Com efeito, é uma análise sociológica e histórica que propõe Regina Abreu. Nessa linha, torna-se fundamental analisar o momento da doação e o êxito da operação num primeiro momento. O encontro entre a família Calmon e o Museu Histórico Nacional não é fortuito; o sobrinho de Alice, Pedro Calmon que lá trabalhava, serve de intermediário junto ao diretor Gustavo Barroso. Este era, também, um dos principais líderes do movimento integralista e mantinha relações de nostalgia com um passado largamente idealizado e com o Império. Barroso aceita, sem hesitação, a doação e as condições que a acompanham. Essa coleção fornece-lhe oportunidade de valorizar e de celebrar a nobreza e, sobretudo, de reforçar os laços com os anos que antecederam a República.

Miguel Calmon teve direito a uma sala especial ao lado dos grandes personagens da História do Brasil: D. João VI e D. Pedro II, Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias, entre outros. No Rio, nessa mesma época, os “camisas verdes” desfilavam ostensivamente pelas ruas. O importante engajamento de um mu-

seu público ao serviço dos interesses de uma família talvez não fosse possível em outra conjuntura. Durante a gestão de Barroso, o museu torna-se um lugar de devoção ao passado imperial, às antigas famílias da oligarquia.

Este livro abre uma nova direção de pesquisa, decisiva para os estudos de composição e de recomposição das elites freqüentemente difíceis de apreender em larga escala, visto que os documentos e as estatísticas sobre as fortunas ou os patrimônios ou mesmo sobre as alianças nas famílias das elites são raros, tão bem guardados são os segredos de família.

A partir de estudos de caso muito precisos e documentados, como o que Regina Abreu nos propõe, torna-se possível esboçar um quadro das diferentes frações da classe dirigente e, sobretudo, estudar os processos de estruturação das novas elites e de desestruturação das antigas, bem como o trabalho que os diferentes membros das elites fazem para construir a representação mais legítima de sua posição e assegurar a manutenção de seu poder. Mas, perguntar-se-á, para Alice Calmon tratava-se verdadeiramente de assegurar a manutenção do poder dos Calmon? Ela que se mostrara discreta, reservada, e que não tinha herdeiros diretos? Sem dúvida, como bem mostra a autora, de início ela procura celebrar e fazer celebrar a memória de seu marido, assegurar-lhe um lugar entre os imortais. Mas, assim fazendo, ela contribui o mais eficazmente possível para a celebração não apenas do clã ou do grupo Calmon, mas, também, de uma nova camada de engenheiros, de altos funcionários ou de homens políticos acima dos partidos, que constitui o que se pode chamar de uma tecnocracia.

*A Fabricação do Imortal* coloca em evidência o papel crucial que as determinações sociais exercem no processo de elaboração da História de um país. Desse ponto de vista eminentemente sociológico, descobrimos as múltiplas implicações de um gesto “nobre” e aparentemente desinteressado, como a doação de uma coleção privada a um museu público e nacional. Seguindo a tradição sociológica, a autora termina por desvendar o quanto esse gesto nada teve de desinteressado. Se, por um lado, ele enuncia um complexo jogo de composição e de recomposição das elites, por outro lado, ele permite visualizar como o Museu Histórico Nacional, na primeira metade deste século, foi o canal de construção de uma versão específica da História do Brasil. Buscando afirmar seus próprios



interesses e sua visão de mundo, o escritor Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, teve papel decisivo na difusão de um modelo de História que buscou produzir a crença nos méritos e na grandeza de homens como Miguel Calmon. Era a chamada história dos grandes personagens, na qual se celebravam homens que, em nome da construção de um “Brasil Moderno”, se ancoravam em antigas tradições européias, excluindo tantas outras.

Ao explicitar a lógica de produção de uma versão da História do Brasil, *A Fabricação do Imortal* abre um caminho promissor e corajoso para a pesquisa em Ciências Sociais: a reflexão sobre os processos de produção do “sagrado nacional”. E, especialmente no que tange ao lugar do museu em nossa sociedade, fica evidente que ele não é somente um lugar de memória, mas, também, de difusão de uma maneira de fazer e de ler a história; um lugar, se não de imposição, ao menos de proposição de uma definição da excelência social e política.

MONIQUE DE SAINT MARTIN

Directeur d'Études à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales

## I

SAINDO DA VIDA PARA ENTRAR  
NA HISTÓRIA

As notícias que chegavam do Brasil anunciavam turbulências, mudanças. O quadro era ainda pouco definido. E, de longe, tudo parecia mais alarmante. Falava-se em Getúlio Vargas, tenentes, Aliança Liberal. O clima era tenso.

Naquelas paragens da Europa, o senador Miguel Calmon du Pin e Almeida buscava repouso. E bons médicos. Sua saúde piorava a cada dia. O senador andava abatido, sem vigor. E os ecos da Revolução de 30 o preocupavam ainda mais. Sabia que perderia o mandato. Forçosamente, teria que se afastar da política.

E assim foi. Com a Revolução de 30, Miguel Calmon du Pin e Almeida perdeu seu mandato. Nunca mais voltou à política. Ao retornar da Europa, em novembro de 1931, distanciou-se para sempre do Estado republicano.

Faleceu em 1935, sucumbindo ao fim da Primeira República. Tendo iniciado sua vida pública três anos após a Proclamação da República, como Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, tendo ocupado por duas vezes o cargo de ministro de Estado, tendo participado da política, como deputado federal e senador, sua biografia revela algo de particularmente exemplar: um homem público do período fundador da República brasileira.

Sem filhos, deixava a esposa, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida. Os biógrafos assinalam o apoio constante de Alice da Porciúncula na vida pública do marido. Egressa de "tradicional família gaúcha", a esposa de Miguel Calmon encarnou com perfeição o espírito das mulheres dos homens públicos daqueles tempos. Devotada ao marido e elegante em sua leve e esguia silhueta. Discreta, sóbria e rica. Ou, como se referiu um biógrafo: "senhora de rara distinção e bondade, dotada de elevado espírito e exemplar formação intelectual".

Ao lado do marido, Alice da Porciúncula havia dedicado toda uma vida. Seu apoio mostrou-se decisivo na construção da trajetória política de Miguel



*Residência do casal Calmon du Pin e Almeida à rua São Clemente, em Botafogo, no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas deste século*

Calmon. A morte do senador desencadeou nela o cultivo das lembranças e uma solidão intensa. Os que a conheceram ainda recordam a elegante presença daquela senhora que desde a morte do marido até seus últimos dias vestiu-se de negro.

Envolta num véu negro que lhe cobria todo o rosto, ela passou a sair muito pouco depois da morte do marido. Os mais antigos moradores de Botafogo apenas são capazes de descrever com imprecisão as poucas ocasiões em que divisaram a ilustre moradora do bairro transpondo, num Ford preto, os portões do palacete da Rua São Clemente. Ela ia atrás, recostada no banco do lado direito. Ao longe, era possível distinguir apenas um vulto de mulher trajando um vestido negro rendado e abotoado até o pescoço. Na cabeça, um pequeno chapéu negro deixava entrever um coque trançado. Na frente do carro, sentados lado a lado, iam o motorista e o mordomo Jean.

Não podemos saber ao certo o que se passou com Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida naqueles idos de 1935. Nas recepções, nos banquetes, nas reuniões de negócio promovidas pelo marido na residência do casal, ela

sempre primou pela discrição. Seguiu à risca as regras de etiqueta e cuidava para que nada faltasse. No cotidiano, gerenciava os empregados que, nos últimos tempos, eram comandados pelo mordomo Jean.

Educada pelos mais requintados preceitos com que se formavam as damas de sociedade na época, ela aprendeu a passar despercebida, embora deixando que sua presença sutilmente impregnasse todo o ambiente. No lar e na vida, aparentava a fragilidade das personagens secundárias. Poucos lembram o timbre de sua voz. Os que chegaram a conhecê-la comentam a leveza que sentiam diante dela. Ao andar, seus pés praticamente não tocavam o chão, o que lhe dava um aspecto etéreo de ave em pleno voo.

Como muitas mulheres do seu tempo, guardiãs da vida e da eternidade de seus homens públicos, Alice da Porciúncula teria permanecido anônima para a vida e para a história não fosse a curiosidade, a avidez do conhecimento. Agora, cá estamos nós a imaginar, a adivinhar os desígnios dessa mulher que acabou de perder o marido e não teve filhos. Seus parentes ficaram no Sul, em sua cidade natal. No Rio de Janeiro, então capital da República, onde passou grande parte de sua vida, os mais próximos eram poucos.

Naquele ano de 1935, a capital da República havia se transformado em cenário de intensas agitações políticas. Os jornais comentavam o fracasso da Intentona Comunista, que havia tentado depor o presidente Getúlio Vargas. As radicalizações eram de esquerda e de direita. Falava-se muito em Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso. Os “camisas-verdes”, como o povo gostava de chamar. Eram freqüentes os desfiles de integralistas pelas ruas da cidade. Eles marchavam duros, em filas solenes, entoando hinos marciais. Das sacadas, o povo observava aquela longa fileira de homens metidos em uniformes verdes, empunhando um estranho símbolo. Gustavo Barroso era visivelmente o mais alto. Destoava do grupo. Aqueles homens iam passando, como uma lagarta enorme, o povo espiando de longe, curioso, sem entender o que se passava...

Botafogo, onde o casal Calmon passara parte importante de sua vida, era um bairro de gente rica, gente de elite. Rui Barbosa, contemporâneo e correligionário de Miguel Calmon, morava na mesma rua, a São Clemente. Na época, era uma bela rua com grandes e imponentes casas. Durante o Império, o mesmo



*Um dos requintados salões da residência do casal do Pin e Almeida no Rio de Janeiro  
Na página ao lado: A Glória coroando o Gênio, estatueta em bronze, século XX,  
de Bruchon, objeto de adorno da residência do casal Calmon*

bairro abrigara em suas chácaras elementos das elites aristocráticas. Entre os mais ilustres estavam o Barão de Lucena, tio e protetor do ex-presidente Epitácio Pessoa, o Marquês de Olinda e o tio de Miguel Calmon, o Marquês de Abrantes, de quem ele herdou o próprio nome.<sup>1</sup>

Nossa imaginação nos leva ao imenso palacete da Rua São Clemente. Ali, acompanhamos os movimentos patéticos de Alice da Porciúncula. Sozinha, de luto fechado, o que mais poderia ela fazer senão recordar? Imaginamo-la percorrendo os amplos salões que haviam abrigado reuniões decisivas de ministros e senadores. Pressentimos que há algo de anacrônico no ar. Pressentimos um certo deslocamento dos objetos no espaço, uma certa distorção de tudo, como num quadro de Dali. Lustres, tapetes, tapeçarias, quadros de artistas renomados, cadeiras, poltronas, bibelôs, castiçais, estatuetas de bronze... Objetos tão significativos, tão prenhes de valor

na vida cotidiana do casal, parecem ameaçar a viúva com uma inutilidade atroz.

O que fazer das fotografias da exposição de 1908, dos bronzes encomendados na Europa especialmente para a escrivainha do marido durante a passagem pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do governo Afonso Pena? Onde guardar tantas jóias de família, tantas relíquias, tantos objetos herdados gerações após gerações?

Passado o impacto e a dor pela perda do marido, Alice da Porciúncula procurou o sobrinho que trabalhava num museu. O historiador Pedro Calmon exercia a atividade de pesquisador num dos museus mais conceituados do país, o Museu Histórico Nacional. Pedro Calmon era afilhado do seu falecido marido e muito ligado ao casal Calmon. Frequentava sua casa com relativa assiduidade. Alice da Porciúncula depositava nele total confiança.<sup>2</sup>

Confidenciou ao sobrinho a intenção de fazer uma doação ao museu dos bens que haviam pertencido ao marido. Pedro Calmon aprovou imediatamente a idéia. O Museu Histórico Nacional era dirigido por Gustavo Barroso, o mesmo do movimento integralista, do qual era um dos principais líderes. Gustavo Barroso era um escritor muito conhecido, que freqüentava instituições renomadas, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Detinha um dom especial para a oratória, despertando entusiasmo com seus discursos. Comentava-se, naquela época, que ele desfrutava da amizade particular do presidente Getúlio Vargas. O Museu Histórico Nacional encontrava-se no centro de suas preocupações. Com sua enorme capacidade de articulação, o renomado escritor havia conseguido não apenas fundar a instituição, mas, principalmente, fazer dela um “lugar de memória” consagrado.<sup>3</sup>

Para a viúva, entretanto, pesava a indicação do sobrinho Pedro Calmon. Desse modo, Pedro Calmon converteu-se no elo de mediação entre a viúva e o diretor do museu. Seguiu-se uma troca de correspondências e, em





*Ambiente da residência do casal Calmon. Em primeiro plano, distingue-se par de vasos de porcelana e bronze, do século XVIII, com figuras fidalgas da época de Luís XVI, pintadas por Collot*

1936, a Coleção Miguel Calmon foi definitivamente incorporada ao Museu Histórico Nacional.

As verdadeiras razões de Alice da Porciúncula ao decidir-se pela doação da Coleção Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional nunca saberemos ao certo. Nessa história, apenas especulamos. O que, aliás, fazemos movidos por um pressentimento. Somos tomados por um fascínio indescritível em torno dessa personagem aparentemente tão irrelevante. Desconfiamos dessa senhora, desconfiamos de seu anonimato.

Acreditamos que Alice da Porciúncula possa nos conduzir a um universo desconhecido que se encerra na mudez de seus objetos. Sabemos que esses objetos são esfinges portadoras de significados. Silenciosamente, percorremos com ela os



*Algumas das jóias em ouro e pedras preciosas que foram doadas por Alice da Porciúncula ao Museu Histórico Nacional, em 1936*

amplos salões do palacete em estilo neoclássico. Como eram as pessoas que viviam numa casa como aquela? Qual o significado de todos aqueles objetos? Qual o lugar social dessa senhora detentora de objetos tão raros e preciosos?

Nunca houve no percurso do Museu Histórico Nacional coleção alguma que se equiparasse em suntuosidade e riqueza à Coleção Miguel Calmon. Hoje, quando as doações a museus históricos se tornam extremamente raras e contidas, a generosidade de Alice da Porciúncula desperta a nossa atenção. Entre os itens selecionados pela viúva constavam cerca de 100 jóias em ouro, prata, coralina, pedras preciosas, móveis dos mais variados estilos, tapeçarias do século XVI, porcelanas raras, canetas de ouro, leques, bustos, esculturas, enfim, um conjunto de objetos que ainda hoje nos deixa extasiados.

A chegada da Coleção Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional compõe um dos capítulos das histórias e das lendas que se costuma contar no museu. Foram dias de mudanças e arrumações. O diretor havia concedido uma sala especial só para abrigar os objetos. Na porta, lia-se uma placa com os dizeres: Sala Miguel Calmon. A viúva, assessorada pelo mordomo Jean, comandava um grupo de operários. As obras eram todas por sua conta, e ela não

media esforços e gastos para garantir tudo do bom e do melhor. Mármore no piso, porta brasonada, lustres, vitrines importadas. Quando a sala ficou pronta, vieram os caminhões e descarregaram aquela enormidade de coisas no Pátio de Minerva, à entrada do museu. Aquela enormidade de coisas que fazia o museu parecer pequeno...

O que se pode depreender desses fatos? Numa primeira leitura, trata-se de uma história banal e corriqueira da doação de uma coleção a um museu, fato que ocorre cotidianamente em todos os museus do mundo. Alguém morre, e a pessoa mais próxima decide doar os seus pertences a um museu. O que há de significativo nisso?

Numa perspectiva antropológica, histórias banais ou extraordinárias encerram significados. Significados que não se encontram imediatamente revelados ao nível da experiência sensível, mas que demandam um complexo trabalho de decodificação, análise, interpretação. O processo de doação de uma coleção de objetos a um museu constitui expressivo fenômeno na medida em que o que está em jogo são relações sociais. Por meio da problematização desse fenômeno é possível desvendar aquilo que lhe é subjacente: crenças, valores e visões de mundo singulares. Os indivíduos são seres que participam ativamente da cultura da qual fazem parte, o que significa um duplo movimento de incorporação dos valores nos quais são socializados e de atuação e modificação da própria cultura.<sup>4</sup>

Vivendo em sociedade, os indivíduos ocupam posições diferenciadas. Homens e mulheres que compartilham as mesmas crenças e visões de mundo nem sempre se encontram nos mesmos lugares sociais. A tarefa do antropólogo consiste justamente em perceber a diversidade dos pontos de vista, traduzi-los, enuncia-los.

Estamos em 1935, e uma senhora, após a morte do marido, resolve doar um conjunto de objetos a um museu. Quem é essa senhora? Quem é o marido dessa senhora? Para que museu os objetos são doados? Como se caracteriza esse museu? Qual a sua filosofia? Quem o dirige? Para que e para quem ele funciona? Quais os objetos escolhidos para serem doados? Como se processou essa escolha? Como esses objetos são incorporados pelo museu? Que lugar eles ocupam na hierarquia institucional? Quais os significados que eles encerram?

Essas perguntas representam o ponto de partida deste livro. Ao problematizar o drama de Alice da Porciúncula diante da morte do marido, ao refletir sobre suas opções, ao investigar sobre as principais personagens que teceram a trama e reuniram esse conjunto peculiar de objetos, descobrimos um mundo invisível e dele extraímos todo o conhecimento ao nosso alcance. Assim, Alice da Porciúncula, em sua silenciosa descrição, nos conduziu ao universo mental e material das elites, notadamente das elites aristocráticas, nas primeiras décadas deste século.

## NOTAS:

1. *A marca das elites aristocráticas ficou impressa nos nomes das ruas (Marquês de Olinda, Marquês de Abrantes, Barão de Lucena, Conde de Irajá...) e alguns palacetes remanescentes, como o prédio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e outros na Rua São Clemente. A casa de Rui Barbosa foi adquirida em 1893 pelo próprio Rui Barbosa, que lá morou até sua morte, em 1923. A casa foi preservada, abrigando hoje um museu, um centro de pesquisas, uma biblioteca, um arquivo histórico. De 1935, ano que estamos enfocando, para cá, o bairro sofreu uma descaracterização muito grande, guardando muito pouco daquela época.*

2. *Pedro Calmon nasceu, em 1902, na Bahia. Veio para o Rio de Janeiro, em 1922, chamado por seu padrinho, Miguel Calmon, a fim de secretariar a Comissão Promotora do Centenário da Independência. Escreveu, aos 18 anos, o seu primeiro livro, Pedra D'Armas (contos), editado, em 1923, por Monteiro Lobato. Trabalhou como conservador do Museu Histórico Nacional, tendo sido um dos mais fiéis colaboradores de Gustavo Barroso. Exerceu o mandato de deputado estadual e trabalhou ainda na área jurídica. Sua maior contribuição foi no campo da História, tendo escrito mais de 60 livros. Em 1932, criou, no Museu Histórico Nacional, a cadeira de História da Civilização Brasileira, para a qual escreveu um livro com o mesmo título. Em 1935, regeu essa disciplina na Universidade do Distrito Federal. Sobre ele, escreveu Afonso Arinos de Melo Franco: "autêntico fidalgo brasileiro (...), o mestre baiano (...) embrenha-se nas alcovas e salões das casas-grandes rurais e das mansões urbanas da Bahia, essa Bahia das baronesas e dos marqueses, dos bispos e poetas, dos latinistas e oradores, dos juristas e parlamentares, essa sociedade refinada e graciosa tão*



- forte, tão brasileira, tão representativa como a outra, aquela perenizada por Jorge Amado. (...) Calmon faz um pouco a biografia dessa elite brasileira (...)*”. (Calmon, 1983.)
3. Expressão consagrada pelo historiador Pierre Nora (ver Nora, 1984).
  4. Clifford Geertz desenvolve a idéia de que o homem é um produto da cultura ao mesmo tempo em que produz a cultura (ver Geertz, 1978).

II

PARCEIROS DE UMA TROCA DE  
PRESENTES

Após uma breve correspondência trocada entre Gustavo Barroso e Alice da Porciúncula, a Coleção Miguel Calmon foi integrada no chamado acervo de relíquias sob a guarda do Museu Histórico Nacional, precisamente no dia 6 de janeiro de 1936. Na primeira carta, datada de 18 de maio de 1935, Gustavo Barroso cita Pedro Calmon<sup>1</sup> como o intermediário entre a instituição e Alice da Porciúncula, mostrando-se informado do desejo da viúva de doar a Coleção. Barroso enfatiza seu interesse em receber a coleção, afirmando ser o Museu Histórico Nacional o local adequado para a “consagração” de Miguel Calmon.

*“O Museu é a casa do Brasil; pela perpetuidade de sua exposição e o sentido nacional dela. V. Ex. disto se certificará, se houver por bem aceitar este oferecimento, concorrendo, com a aludida doação, para a consagração conjunta de um grande nome e de uma época social e administrativa a este ligada.”<sup>2</sup>*



Fachada do Museu Histórico Nacional na década de 30

No dia 4 de janeiro de 1936, Alice da Porciúncula responde a Barroso, aceitando o oferecimento. Estabelece em sua carta uma série de cláusulas para que a doação dos objetos e das relíquias históricas se efetive. A primeira cláusula estabelece que os referidos objetos formam coleção que não pode ser desmembrada; a segunda, que “a arrumação, classificação e conservação” dos objetos ficarão sob seus cuidados; a terceira, que a sala chamar-se-á *sempre* Sala Miguel Calmon, “em homenagem *perene*” ao seu “saudoso e idolatrado esposo”; a quarta compromete o museu na limpeza e segurança dos objetos; a quinta determina que a coleção deverá permanecer para sempre no Museu Histórico Nacional, devendo retornar à sua propriedade no caso da extinção do estabelecimento.

Na última carta, de 6 de janeiro de 1936, Barroso agradece a generosidade de Alice da Porciúncula em confiar à perpétua guarda do museu a Coleção. Diz ainda que, “em obediência às praxes desta casa fundada e mantida com o objetivo de conservar as relíquias que recordam o passado de glórias e as tradições do Brasil”, aceita como “compromisso de honra” as condições que clausulam a referida doação.

A doação de Alice da Porciúncula era generosa e a generosidade era sinal de riqueza. Possuir implicava a obrigação de dar, e a obrigação de dar, a de receber. A doação generosa de Alice da Porciúncula não conseguia ocultar a troca embutida no processo, onde a reciprocidade constituía regra básica. As cartas foram trocadas ritualmente, visando a oficializar uma transação que já vinha sendo efetuada por intermédio de Pedro Calmon, o elemento de ligação entre o Museu Histórico Nacional e o clã dos Calmon.<sup>3</sup> Trata-se de um fenômeno de “troca de presentes”, em que Barroso ofereceu a primeira dádiva: associar a memória de Miguel Calmon e seu clã a uma instituição de âmbito nacional, legitimada pelos cânones modernos e civilizados. Em outras palavras, Barroso oferecia a dádiva de associar definitivamente, transcendendo a própria morte, a memória individual de Calmon e seu clã a uma construção histórica da nacionalidade. O Museu Histórico Nacional seria instância capaz de realizar esse projeto, contando com tradição e solidez, transcorridos 12 anos de sua fundação.

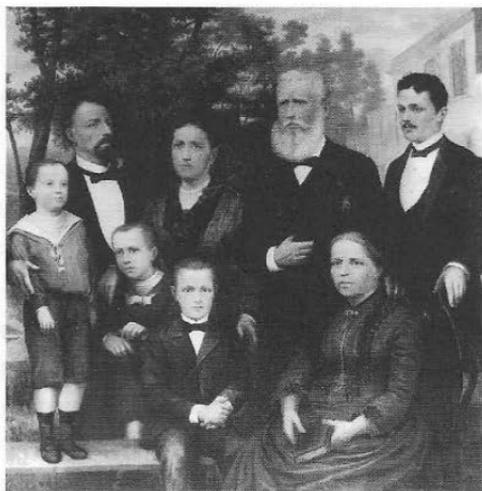
O ritual de troca de presentes obedecia a regras rígidas: a obrigação de receber e a de retribuir com dádiva de igual valor. Alice da Porciúncula retribuiu o

oferecimento de Barroso com objetos e relíquias históricas. Não apenas o valor material dos objetos foi sublinhado, mas, fundamentalmente, o valor simbólico da transação. Procurou-se enfatizar o grande valor do oferecimento de Barroso — um convite para ingressar na Casa do Brasil e lá permanecer para sempre. Ao fazer o convite a Miguel Calmon, em última análise, todo o clã dos Calmon era incluído, e também o clã dos Porciúncula, incorporado ao dos Calmon pela aliança do casamento. A retribuição de Alice da Porciúncula incluía objetos de valor intrínseco — como as jóias, por exemplo — e de valor histórico — que, “pelo fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passado pela mão de personagens antigos (...) passaram a ser considerados grandes preciosidades”.<sup>4</sup>

O valor dos objetos reunidos na Coleção forneceria o lugar a ser ocupado no museu por Miguel Calmon e o grupo que ele representava. Nessa troca, como num leilão, aquele que mais oferecia levava as melhores peças. Objetos pouco palpáveis estavam em jogo, como o prestígio e a honra. Para representar seu “idolatrado esposo” e sua estirpe, Alice utilizava-se de metais nobres, como o ouro e a prata, diamantes, e de objetos representativos da nobreza brasileira, da qual o clã dos Calmon e dos Porciúncula fazia parte. Assim, ela poderia exigir uma sala especial: um lugar nobre para um nobre...

Mediante a correspondência trocada entre Barroso e Alice, foi possível delinear alguns dos contornos simbólicos decorrentes da entrada da coleção. Na troca de presentes efetuada, Gustavo Barroso e Alice da Porciúncula eram os sujeitos do processo. Contudo, como assinalou Mauss, “os indivíduos podem representar coletividades inteiras que se obrigam mutuamente”.<sup>5</sup> Cabe, então, indagar quais eram os parceiros efetivos dessa troca. Que coletividades Barroso e Alice estariam representando?

A análise do material doado remete diretamente a um certo lugar atribuído ao Império e à nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Barroso privilegiava no museu o culto ao Império, atribuindo valor positivo à memória dos segmentos que se formaram em torno da figura do imperador. Alice representava a continuidade desses segmentos, na condição de herdeira dos Calmon e dos Porciúncula. Os objetos doados ao museu sinalizavam os laços de proximidade dessas famílias com a corte e com o Império brasileiros.



*Retrato de D. Pedro II e da família imperial*

Muitos deles constituíam verdadeiras relíquias de um passado imperial, evocando memórias nostálgicas dos conservadores do museu. O ingresso dessa coleção adequava-se, pois, aos objetivos da instituição. Mediante a aquisição desses objetos, o museu enobrecia-se. Além disso, fornecia novos elementos para os estudos que, sob a direção de Barroso, eram ali desenvolvidos: reconstruções de árvores genealógicas, procurando mapear o estreito círculo da nobreza brasileira; pesquisas em heráldica (“a ciência dos brasões”).

Alice, simbolizando a continuidade de um grupo social mais amplo, o clã dos Calmon e o clã dos Porciúncula, durante toda a vida havia colecionado objetos representativos de um extenso sistema de alianças efetuadas ao longo de gerações. Alice da Porciúncula havia herdado objetos evocativos da memória desse grupo. Sem filhos, portanto sem herdeiros diretos, optou por transmitir seu acervo a uma casa de memória, o museu. A característica essencial<sup>6</sup> dos mesmos é que não serviam para serem usados, mas para serem possuídos temporariamente. Cada uma dessas peças estava investida de uma série de significados simbólicos dos quais emanava o prestígio e o poder de uma série de pessoas. Muitos desses objetos haviam selado alianças importantes, constituin-

do-se em bens que deveriam ser herdados gerações após gerações. A ausência de herdeiros aliava-se a outro fator: o caráter perene do museu, onde memórias individuais ou de grupos se vinculavam a uma construção da história nacional.

Os biógrafos de Miguel Calmon assinalam o apoio da esposa em suas atividades políticas. Egressa de “tradicional família gaúcha”, Alice da Porciúncula teria sido “estímulo constante para grandes feitos” para o marido que “a ela, à dileta consorte, vai dever parte considerável dos êxitos que, para o futuro, lhe engrandecerão o renome no conceito nacional”. Sobressaía, assim, o papel feminino de apoio ao marido na construção de sua imagem pública. Após a morte desse, o culto às suas lembranças e a dedicação à causa da sua imortalização evidenciaram-se quase como uma “decorrência natural”.

A preocupação de Alice da Porciúncula em exigir uma sala especial, onde a coleção formasse um todo indivisível, pode ser interpretada de dois modos: primeiro, que Miguel Calmon e a coletividade que ele representava figurariam ao lado dos “grandes heróis do Brasil”, ou seja, daqueles que, em função do valor simbólico que adquiriram na História do Brasil veiculada pelo museu, teriam sido merecedores de uma sala especial. No caso, D. João VI (associado à idéia de Brasil-Colônia), D. Pedro I e D. Pedro II (1º e 2º Reinados), Deodoro da Fonseca (República), Tamandaré (Marinha), Duque de Caxias (Paraguai) e Osório.<sup>7</sup> Os grandes doadores do Museu Histórico Nacional chegaram a merecer salas especiais no período de direção de Barroso, como Guilhermina Guinle (coleção de jóias), Mendes Campos, Smith Vasconcelos (porcelanas e cristais) e Miguel Calmon. O lugar de destaque favorecia a valorização simbólica da coleção. Ao mesmo tempo, associava-se à nação e tornava-a pública.

Em segundo lugar, a manutenção da coleção indivisa e destacada garantia a Alice da Porciúncula o poder de continuar a zelar pelos bens doados. A coleção, assim, ingressava num espaço público, mantendo ainda certas características de um bem privado. Em outra cláusula, a viúva estabelecia que apenas ela



*Brasão dos Góis Calmon*



*Sala Miguel Calmon, no Museu Histórico Nacional, do antigo circuito permanente de exposição, década de 40*



*Foto de expedição enviada pelo ministro Miguel Calmon ao interior do Brasil, em 1906*

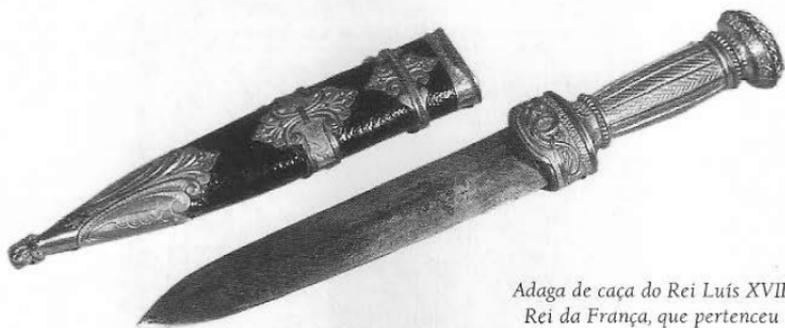


*Capa do álbum fotográfico documentando obras públicas realizadas em Manaus no início do século*

poderia arrumar, classificar e conservar os objetos. Quando não podia ir, enviava seu mordomo, segundo o relato de uma antiga funcionária do museu, que enfatiza o fato de apenas os dois terem acesso à sala para a organização interna.

Sobre a relação público/privado na coleção, é importante assinalar o papel de Alice na escolha dos objetos que ingressaram no museu. O ponto de vista da viúva é visível em detalhes de forma e conteúdo. Os álbuns fotográficos deixam entrever a mão feminina que, entre uma foto e outra, quis salpicar pétalas de flores, inventando uma maneira singular de fabricar molduras. Os livros mereceram encadernação requintada, buscando a uniformidade no tamanho, na cor, na densidade.

Os artigos redigidos por Miguel Calmon foram organizados com as habilidades de um técnico, por assunto, por data. Os objetos foram separados um a um para serem retirados da residência do casal Calmon, listados e enviados ao museu. Objetos de uma memória familiar que ela desejava tornar pública. Assim, ela forneceu os contornos do homem público, precavendo-se, até mesmo, para que nada transpirasse de sua vida íntima. Parte significativa da coleção foi constituída por peças de mobiliário, incluindo lustres, relógios, móveis, tapeçarias. São objetos dos amplos salões do palacete da Rua São Clemente, em Botafogo,



*Adaga de caça do Rei Luís XVIII,  
Rei da França, que pertenceu à  
família Calmon*

ou do antigo Solar dos Calmon, no Recôncavo da Bahia. Não há qualquer peça de mobiliário dos quartos. É interessante observar que os salões configuravam a parte pública por excelência dessas residências de estilo apalaçado das elites cosmopolitas do período. Gilberto Freyre ressaltou que, para os homens públicos, esses salões eram a extensão dos gabinetes e locais de trabalho. Muitas decisões importantes na esfera do poder público teriam sido tomadas nesses ambientes.<sup>8</sup>

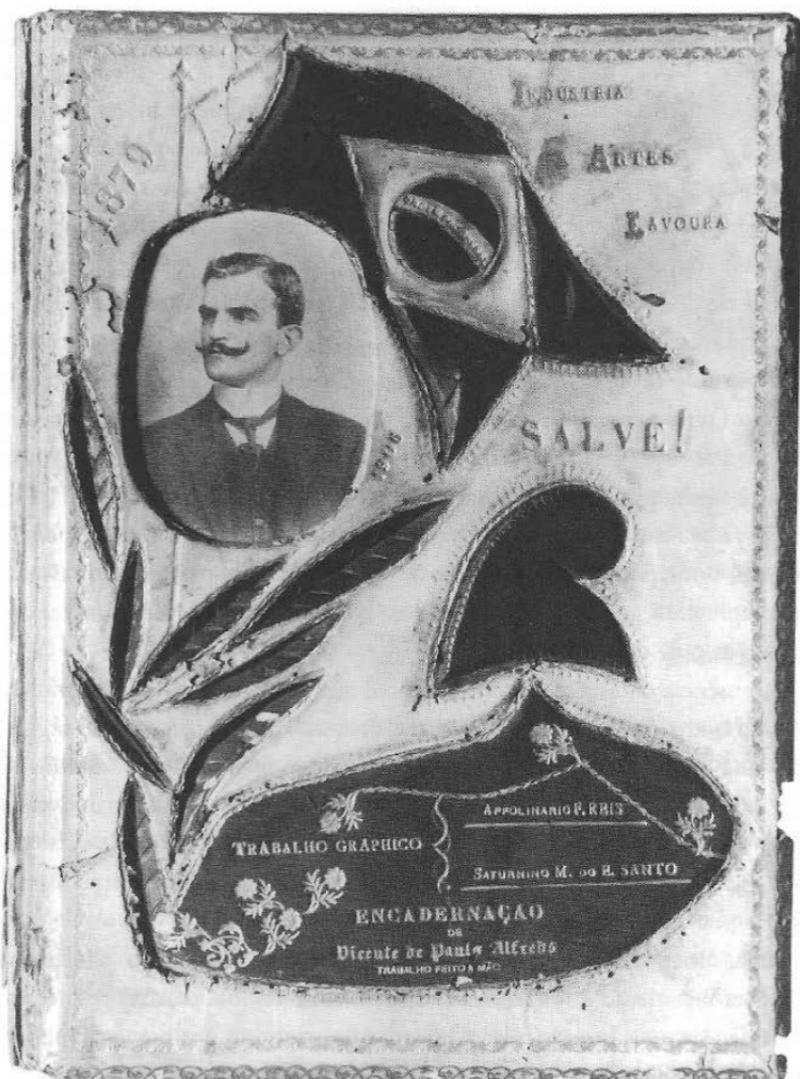
As peças escolhidas possuem também a característica de serem extremamente requintadas e únicas. Grande parte veio da Europa, principalmente da França; algumas trazem a assinatura de fabricantes renomados. Ou foram manufaturadas especialmente para Miguel Calmon, ou adquiridas em condições bastante singulares, como um console do século XVII, trazido de um antigo castelo da França. Peças que sinalizam a atmosfera aristocrática em que vivia o ministro. Algumas são verdadeiros troféus que expressam sua inserção e a de seu clã em grupos restritos da aristocracia. Um exemplo, síntese desse tipo de objeto, é uma adaga do Rei Luís XVIII, da França, que governou o país intermitentemente por breves períodos desde 1814, durante a prisão de Napoleão, na Ilha d'Elba, e que, após a morte desse, passou para as mãos do Duque de Nemours, segundo filho do Rei de França Luís Felipe I e da Rainha Amélia, que nasceu em 1814 e faleceu em 1896. O Duque de Nemours era pai do Conde D'Eu, que se casou, em 1864, com a Princesa Isabel, do Brasil. O Duque de Nemours conhe-

ceu Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes, Barão de Moniz de Aragão, Moço Fidalgo do Paço e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, e lhe presenteou a adaga. Miguel Calmon a herdou de Moniz de Aragão, simbolicamente investida com o valor e a distinção da nobreza e do espírito de um rei. Particularmente, esta peça destaca-se por sua característica emblemática. Ela já foi transacionada, trocada, atravessando longo período no tempo e fazendo parte de uma circulação muito maior e permanente no interior de um mercado de bens simbólicos.

Outra característica importante associa-se a certas peças singulares e raras adquiridas em viagens, como uma faca trazida da visita à Ilha de Java, em 1905. A construção do imaginário indica, nesse particular, a idéia de um homem viajado. Livros e relatórios adquiridos nessas viagens indicam o sentido da ampliação do conhecimento que eles proporcionariam. Viajar, nesse sentido, conferia à representação do homem público a aura do saber, do esclarecimento, da “larga visão”. Guimarães desenvolve algumas considerações sobre o papel das viagens, principalmente às grandes metrópoles, na construção iluminista de uma representação de elite esclarecida no Brasil. “As luzes deveriam expandir-se para as províncias...”<sup>9</sup>

A ausência do aspecto íntimo no perfil que Alice da Porciúncula traça do marido evidencia-se, também, com relação aos objetos de indumentária. Apenas uma gravata usada pelo sogro no dia do casamento e dois vestidos de núpcias da mãe de Alice. Nada de hábitos cotidianos de cunho intimista. Mesmo os leques escolhidos, objetos muito utilizados pelas senhoras, não demonstram uso doméstico, tais são o requinte e a raridade dos exemplares que figuram na coleção.

Treze álbuns de fotografias e mais uma série de retratos avulsos não trazem qualquer recordação do espaço doméstico. Nem mesmo é possível conhecer o rosto de Alice da Porciúncula. A guardiã da memória do “homem público” permanece invisível por trás dos objetos. As fotos enfocam eventos ocorridos na arena política. Nenhuma imagem da infância de Miguel Calmon ou que invoque sua família. Apenas o sério, o circunspecto homem público, com ares graves, de quem se encontra ocupado com uma instância maior e mais sublime: a nação brasileira.



Capa do Álbum Biográfico de Miguel Calmon, confeccionado por seus correligionários, no qual se vê o político baiano cercado por Símbolos Republicanos (a bandeira brasileira e o barrete frígio) e por uma imagem que foi muito utilizada no início do século para representar as Oligarquias Baianas: folhas de fumo

## NOTAS:

1. Miguel Calmon até hoje é conhecido como “o Ministro mais jovem da República” por ter assumido com apenas 27 anos a pasta da Viação e Obras Públicas, em 1909.
2. Barroso, 1944:3.
3. Utilizo a categoria *clã* para designar família extensa.
4. Malinowski, 1976:80.
5. Mauss, 1974.
6. A doação de Alice pode, também, ser interpretada no contexto de um momento de transição, onde as famílias, em especial as mulheres, deixaram de ser guardiãs de memória familiar, transferindo essa função para órgãos oficiais a tal fim destinados, como os museus. Esse tema foi desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora (X. Nora, 1984).
7. Dumans, 1940:215.
8. Freyre, 1974.
9. Guimarães, 1988:8. Nesse sentido, ver também *O Brasil não é longe daqui* de Flora Sussekind (Sussekind, 1990), onde a autora faz uma análise sistemática do gosto pela viagem entre as elites no século passado.

## III



## UM HOMEM-SEMIÓFORO E SEUS OBJETOS-SEMIÓFOROS

Álbuns de fotografias, livros, lustres, miniaturas, móveis, quadros, estatuetas, jóias, diplomas, medalhas, jarras da família imperial brasileira e até uma adaga de caça que pertenceu ao Rei Luís XVIII da França... Qual o princípio básico desta coleção considerada “digna” de simbolizar a memória nacional?

A Coleção Miguel Calmon aponta a representação de um homem-semióforo e seus objetos semióforos.

No entender de K. Pomian, uma coleção compõe-se de semióforos, que, diferentes das coisas, dos objetos úteis, são objetos destituídos de valor de uso. Singulares, não servem para serem usados, mas para serem expostos ao olhar. Considerados preciosidades, são dotados de um valor de troca fundamentado no seu significado. Os semióforos são, portanto, pontes entre o mundo visível e o mundo invisível, são suportes materiais de idéias; “desempenham a função de intermediários entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias”.

A linguagem engendra o invisível, permitindo que os indivíduos se comuniquem reciprocamente com os seus fantasmas e impondo a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe no espaço e no tempo. Ao invisível é atribuída uma superioridade com relação ao visível —“traço constante (...) de todas as mitologias, religiões e filosofias, assim como da ciência”.<sup>1</sup>

Em suas ligações com o invisível, os semióforos são superiores às coisas. A hierarquia dos objetos reproduz a dos homens nas so-



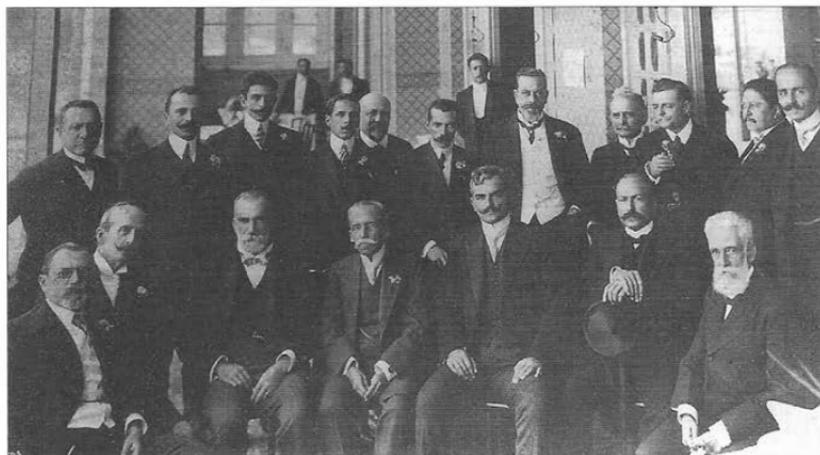
Medalha de ouro com o retrato  
de Miguel Calmon

ciudades. Assim, no topo das sociedades “encontram-se sempre um ou mais homens-semióforos, que são os representantes do invisível: dos deuses ou de um deus, dos antepassados, da sociedade vista como um todo etc.” Esses homens-semióforos estabelecem uma distância entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semióforos e deles fazendo alarde.

Miguel Calmon nasceu em 1879 na cidade de Salvador, na Bahia, filho do contra-almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida e de D. Maria dos Prazeres de Góis Calmon, sobrinho do Marquês de Abrantes, do qual herdou o nome. Foi notadamente um homem público do período designado por República Velha ou República do Café com Leite, que se estendeu de 1889, com a Proclamação da República, até 1930, com a “Revolução de 30”. Ocupou cargos políticos no governo do Estado da Bahia e no Governo Federal, dentre os quais se destacaram: Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia (1902-1906); Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Afonso Pena (1906-1909); Deputado Federal pela Bahia (1910); Ministro da Agricultura do Governo Epitácio Pessoa (1922-1926); Senador pela Bahia (1927). Com a “Revolução de 30”, perdeu o mandato, afastando-se da política; faleceu em 1935.

Miguel Calmon era um representante das oligarquias baianas no interior do aparelho de Estado. Segundo Eul-Soo Pang, que escreveu um trabalho enfocando a participação das oligarquias baianas na República do Café com Leite, a Bahia era “um importante estado secundário na hierarquia da política da federação”, devido “a seu tamanho físico e demográfico, sua importância econômica (açúcar e cacau na costa, gado e mineração no interior) e uma série de destacadas personalidades políticas (Rui Barbosa, José Joaquim Seabra, os Moniz, os Calmon e os Mangabeira). (...) A Bahia era o maior e mais poderoso estado do Nordeste do Brasil, freqüentemente superando seu grande rival, Pernambuco, em prestígio e importância. Além disso, durante a Primeira República, os coronéis da Bahia representavam um amplo espectro de quadros econômicos, sub-regionais e sociais, atividades partidárias e até chegaram a participar de campanhas militares ao lado de determinados grupos políticos estaduais e nacionais”.<sup>2</sup>

Correligionário de Rui Barbosa, ele se submetia ao comando desse, que considerava seu chefe, vindo a ser, com o falecimento de Rui, seu sucessor. Nesse



*Políticos da Primeira República: da direita para a esquerda, sentados; Miguel Calmon é o terceiro; Rui Barbosa é o quarto; em pé, Epitácio Pessoa é o terceiro na mesma direção*

sentido, é interessante reter a definição de oligarquia utilizada por Eul-Soo Pang: “sistema de domínio político por uma ou mais pessoas, representando um clã ou grupo consangüíneo ou não, mantido unido por metas econômicas comuns, interesses políticos e crenças ideológicas e religiosas”.<sup>3</sup>

A Coleção Miguel Calmon, com seus objetos-semióforos, sinaliza a fundação das elites políticas na República brasileira. Percorrendo o mesmo percurso de Miguel Calmon, ao longo de seus objetos mais preciosos, deparamo-nos com a encruzilhada de um momento de transição. Embrião de tendências que se cristalizaram posteriormente, leque de possibilidades que os diferentes atores nas conjunturas seguintes se encarregaram de determinar, mas, sobretudo, momento único, ímpar, crucial para os destinos brasileiros. Sob esse prisma, os objetos-semióforos dizem respeito a todos nós, suportes materiais que são de nossa memória em permanente construção. Pontes entre gerações, legados que nos permitem entrever um mundo invisível onde, em mansões de estilo apalaçado, as primeiras elites da República traçaram o risco de nossas vidas.



*Sala de jantar da residência do casal Calmon*

NOTAS:

1. Pomian, 1983:69.
2. Pang, 1979: 9.
3. *Idem.*

## IV



## HERANÇAS E LEGADOS

O que foi legado ao titular da coleção de que ora nos ocupamos? Quais os significados investidos nos objetos herdados por essa pessoa singular? De onde provém a herança?

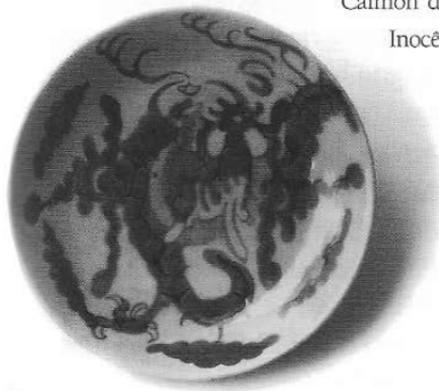
Sangue, nobreza e política, esses três termos parecem sintetizar as fontes básicas de proveniência dos objetos herdados por Miguel Calmon. O sangue, como indicativo de objetos transmitidos por ancestrais; a nobreza sinalizando um conjunto de peças oriundas de casas reais e de nobrezas européias e brasileiras; a política agrupando legados de políticos e figuras de prestígio (notadamente da Bahia).

O casal Miguel Calmon e Alice da Porciúncula emerge como herdeiro natural dos pais de Alice, Simão da Porciúncula e esposa, do irmão de Alice, Oscar da Porciúncula, do pai de Miguel Calmon, almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida, de parentes, como o Dr. Inocêncio de Araújo Góis e, principalmente, o tio,

do qual Miguel Calmon herdou o próprio nome, o Marquês de Abrantes. As principais características dos objetos oriundos desse círculo familiar restrito são a antiguidade e a raridade.

Quase todos esses bens de família são peças bastante antigas que teriam percorrido um circuito de famílias nobres ao longo dos tempos.

Foi observada predominância de cerâmicas, cristais e jóias. Do lado da ascendência de Miguel Calmon, destacam-se



Prato raso chinês do século XVII,  
Dinastia dos Tshing, provavelmente  
reinado dos Kang-Li, 1662-1722



*Dama da corte, óleo de autor desconhecido, século XVI*

bens provenientes do clã dos Góis, em particular do Dr. Inocêncio M. de Araújo Góis, que foi presidente da Província de Pernambuco, em 1888, sob o governo do Imperador D. Pedro II. A coleção do Dr. Inocêncio, herdada por Miguel Calmon, é vastíssima em peças chinesas relacionadas à nobreza daquele país e também às nobrezas européias e brasileira, que mandavam fabricar louças na China com seus próprios brasões. Um prato raso chinês do século XVII é digno de nota por trazer caracteres orientais indicativos de presente de amizade da dinastia dos Thsing, “provavelmente do reinado dos Kang-Li, de 1662 a 1722”<sup>1</sup>. Tanto esse prato como os demais objetos herdados indicam fortes relações de aliança entre clãs no interior da aristocracia. Nesse sentido, podem ser apreendidos como símbolos, por meio dos quais a identidade comum à nobreza estaria sendo reafirmada.

A estreita vinculação do clã de Miguel Calmon à família imperial brasileira é continuamente enfatizada. Um exemplo é a insígnia da independência do

Brasil, herdada de uma ancestral, D. Ana Romana de Aragão Calmon, que, por sua vez, a recebeu pessoalmente do Imperador D. Pedro I. Essa senhora, segundo Gustavo Barroso, teria privado da intimidade da família imperial, tendo sido dama da Imperatriz D. Leopoldina.

Do pai de Miguel Calmon, almirante Antônio Calmon, não há muitos objetos. Uma peça significativa é um castiçal de prata, provável herança do Visconde do Rio Vermelho, Manuel Inácio da Cunha Menezes, que governou a Província da Bahia como vice-presidente, em 1835.<sup>2</sup> O referido castiçal indica o sentido da aliança da família Calmon com a aristocracia baiana, especialmente com as elites políticas locais, sendo, portanto, um legado político.

Do Marquês de Abrantes há um busto, uma miniatura, um retrato com sua própria figura. E, ainda, uma pintura, *Dama da Corte*, do século XVI, um anel com brasão, do Marquês de Abrantes, de seu uso pessoal, e o sinete do marquês. Essas peças formam um conjunto altamente peculiar: Quase todas remetem à pessoa do Marquês de Abrantes, ou retratando sua própria imagem, ou se tratando de peças de uso pessoal.

O legado do Marquês de Abrantes é simbolicamente significativo. Miguel Calmon herda a alma, o espírito, o papel modelar que o tio representa.

Pedro Calmon, ao traçar o perfil do Marquês de Abrantes, enfatiza a identidade de estadista, de homem público. O Marquês era um homem próximo ao imperador, um elemento do Estado Imperial. Algumas características desse homem público exemplar são bastante esclarecedoras do significado embutido na transmissão de seu nome para o sobrinho.

Em primeiro lugar, até meados do século XIX, a sociedade brasileira, materialmente, vivia ainda a fase colonial. Setores das elites iniciaram, então, um processo civilizatório em relação a seus próprios hábitos e costumes. Objetos de cultura material foram abundantemente trazidos da Europa, assim como foi implementado maciço investimento na aquisição de novos hábitos e na formação de bom gosto e tinturas de música erudita, literatura, artes plásticas, filosofia, teatro. Pedro Calmon assim se referiu a esse período:

*“O Império civilizara-se depois que os seus salões respiraram a Europa e perpassara pela sua economia um sopro de americanismo.”<sup>3</sup>*

Nesses salões, a aristocracia construía e aprimorava seu próprio *éthos*.

*“O salão foi a moda, o bom gosto, a civilização. Onde a palestra se desenvolvia, fascinante, a música requintava a espiritualidade, os costumes elegantes davam à aristocracia um equilíbrio de velha raça prazenteira e dominante e as letras renasciam, como no seu milagroso ambiente.”<sup>4</sup>*

Os objetos que decoravam esses salões eram símbolos — fetiches — da distinção desse grupo social e da vinculação com a nobreza européia. A marca dessa aristocracia centrou-se na visão iluminista de um grupo cheio de luz, capaz de irradiar para os outros o seu brilho e conduzi-los na escuridão do destino improvável.

Assim, os salões da aristocracia funcionaram não apenas como *locus* de decisões político-administrativas de âmbito nacional, como, também, foram palcos de encenação cotidiana de grandes espetáculos da civilização e do bom gosto. Um deles era o do Marquês de Abrantes.

*“Abrantes fez o seu salão na mais pomposa casa do Rio. Encheu-a de arte profusa e delicada; os seus quadros, as suas faianças, os seus mármore. Como devia ser um palácio francês ao tempo dos Orléans. (...) A sua porcelana de Saxe, o seu mobiliário de Bouille, a sua tapeçaria d'Aubousson, a sua galeria flamenga, a sua livreria, as salas decoradas pelos melhores artistas da corte, e sua mesa, superavam tudo o que se conhecera nesta cidade quase colonial. Os bailes de Abrantes, o voltarete de Abrantes, os serões de Abrantes foram os mais soberbos do reinado de D. Pedro II. (...) As reuniões, os concertos e os banquetes de Abrantes, durante 20 anos, centralizaram a vida social, a emoção artística, o espírito esfuziante, na capital que se renovava, enriquecida e enobrecida. As iniciativas, a crítica, a política, idéias que deviam depois dar a volta ao Império, recebiam ao redor da tábua de voltarete impulso, sentido, direção. As crises administrativas, a filantropia, o teatro, o salão das Belas-Artes, a ópera*

*nacional respiraram nos saraus de Botafogo o ar calmo das alturas: de lá baixavam às justas da opinião. Nenhum estadista da monarquia imprimiu à sua influência social rumos tão diversos. (...) Sobrou-lhe tempo para ser o mais completo gentleman de sua época. (...) Espírito perfumado pelas amenas flores da literatura, diria Macedo, tinha figura simpática, nobreza de gestos, delicadeza. Dera-lhe o Imperador o viscondado de Abrantes, a vila que o elegeu para seu primeiro cargo, na aurora da independência, em 18 de julho de 1841. Nomeara-o Grande do Império. Elevou-o a Marquês de Abrantes em 2 de dezembro de 1854. Era o seu esplendor. (...)”<sup>5</sup>*

Se tomarmos a conjuntura estabelecida por Hobsbawm — 1870 a 1914 — como consolidação de um modelo de Estado-nação para todo o Ocidente, detectamos também nesse período a emergência de modelos paradigmáticos de estadistas e de homens públicos.<sup>6</sup> Surge uma ética voltada para o sentido da coletividade e do bem público. No Brasil, o Imperador D. Pedro II representou um modelo paradigmático de estadista. Pedro Calmon ressalta “seu perfil de magistrado, a mania da erudição, o gosto das letras, o irredutível gênio civil”.<sup>7</sup> O monarca representou para muitos o elo mediador entre a emergência da modernidade — seu caráter inovador e as bases da tradição. Europeu, amigo das ciências, de poetas, filósofos, gênios da música, D. Pedro II simbolizou, para seus contemporâneos e as gerações que se seguiram, a passagem do Brasil-colônia para o Brasil-nação moderno e soberano. Governando durante 40 anos, deixou, entre seus legados, para a nação republicana, seu próprio perfil de estadista, representado iconográfica e literariamente e seguido por muitos de seus colaboradores.

A aristocracia imprimiu não apenas um estilo de vida, mas, fundamentalmente, um estilo de direção administrativa e política que não se dissolveu com a proclamação da República, sendo incorporado com as mudanças implementadas a partir de então.

Havia um *éthos* de grupo: origem aristocrática, educação refinada, acesso regular à Europa, introjeção dos modernos ideais do Ocidente, notadamente civilização e progresso. O modelo de estadista e, de certa forma, de homem público que se afirma nesse momento, está comprometido com esse *éthos*. Da

biografia do Marquês de Abrantes depreende-se o sentido corporativista das elites próximas ao imperador. Esse sentido entrava em choque com as ligações partidárias. Os estadistas do Império, ou seja, os elementos de confiança do imperador distinguiram-se dos políticos. Enquanto estes últimos estariam vinculados essencialmente a linhas partidárias, os primeiros situar-se-iam acima dos partidos e ligados por um *éthos* comum. Pedro Calmon assim descreve as ligações do Marquês de Abrantes com o Marquês de Olinda, em 1839:

*“Não se separou Calmon de Araújo Lima. Nem em 1839, nem depois. Não havia entre eles uma aliança política formal: era uma confiança recíproca e velha que os unia. A mesma prudência, o mesmo espírito conservador e progressista, a mesma linha de educação clássica, a identidade de atitudes em face dos problemas capitais, da monarquia constitucional, da ordem interna e do reaparelhamento econômico, tornaram inevitável aquele acordo. Os futuros Marqueses de Olinda e Abrantes não se deixariam mais. Independentes dos liames partidários (...)”*<sup>8</sup>

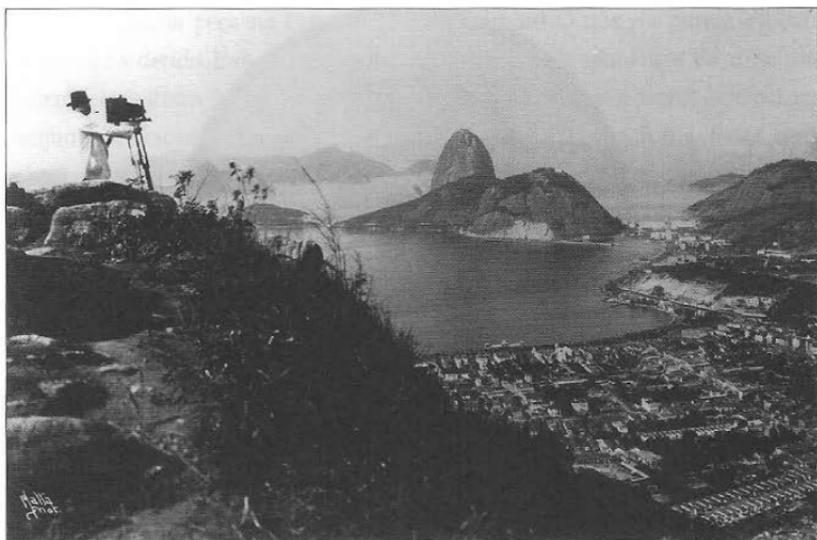
A herança do nome e de um conjunto de peças que remetem à pessoa do tio, Marquês de Abrantes, é significativa. Miguel Calmon recebe o lugar do tio na estrutura social, o legado de dar continuidade à obra desse que foi “estadista de dois Impérios”, como assinalaram os biógrafos de Miguel Calmon.



À esquerda,  
Busto do Marquês de  
Abrantes, bronze do  
escultor francês  
Charpentier, séc. XX



À direita, Busto  
de Miguel Calmon,  
bronze do escultor  
brasileiro Leão  
Veloso, séc. XX

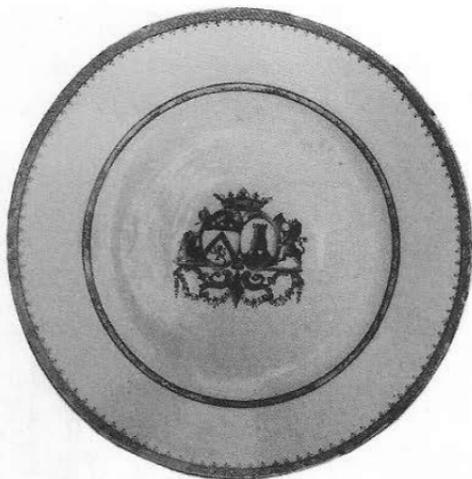


*O fotógrafo Augusto Malta fotografando a Enseada de Botafogo nos primeiros anos deste século*

“O Salão de Botafogo”, assinalou Pedro Calmon, “deixou no Rio uma impressão de cultura, de superioridade e de elegância, que vinculou ao seu tempo reformador triunfante de costumes o nome do Marquês de Abrantes. Ele ensinou a sociedade brasileira a receber, a dançar, a versar, abrindo-lhe aqueles portões históricos encimados pelos dragões de bronze, de asas desdobradas, da Casa de Bragança”<sup>9</sup>

Botafogo, bairro localizado na capital federal, abrigou, durante o Segundo Império, segmentos aristocráticos. Miguel Calmon seguiu os passos do tio e, após o casamento com Alice da Porciúncula, durante a ocupação de duas pastas ministeriais, abriu para as elites e estadistas seus amplos salões da Rua São Clemente, mantendo vivas na República recém-inaugurada algumas das tradições do Império.

Devemos ainda assinalar os bens herdados por Alice, provenientes, na quase totalidade, de seus pais. Há uma predominância de peças francesas, muitas delas adquiridas em antigos castelos, como um prato raso brasonado da Companhia das Índias, que integrava o serviço de uma família da nobreza francesa.



*Prato raso brasonado da Companhia das Índias, século XVIII, com brasões que indicam união de casas nobres*

A aquisição desses bens revela preocupação em estreitar os laços com a nobreza européia. Fica clara a valorização de uma estética, um gosto peculiar. Há mesmo ênfase em retratar iconograficamente essa nobreza: miniatura, onde figura a Rainha Maria Antonieta, da França, leques e medalhões franceses.

As peças sinalizam a proximidade dos Porciúncula com a família imperial. As mais significativas são retratos da Princesa Isabel, do Conde D'Eu, de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina ofertados pessoalmente ao Sr. e Sra. Simão da Porciúncula pela própria Princesa Isabel. E, ainda, uma luneta para senhora, em ouro cinzelado, peça comemorativa da participação do Brasil na Exposição de Viena, em 1873, de uma série de duas, confeccionadas especialmente para a Imperatriz D. Teresa Cristina e para a Sra. Simão da Porciúncula.

As jóias são também sinal de riqueza e prestígio, notadamente o sinete de uso pessoal do Sr. Simão da Porciúncula, em ouro e coralina. Uma mesa de centro do século XVIII, em jacarandá preto — mobiliário do palácio do Conde dos Arcos, na Bahia, e, depois, Visconde do Rio Vermelho, que também governou aquela província como seu vice-presidente, em 1835 —, serviu para a lavratura dos principais atos administrativos desses dois governadores. Qual o

significado dessa peça na Coleção Miguel Calmon? O que ela parece evocar? Observação detida indica que ela compõe, com uma seqüência de tinteiros, cadeiras, crucifixos, jarras, serviços de café e chá, braceletes e outros objetos, um conjunto relacionado com a instância do poder político na Bahia. Esses bens associam-se ao circuito de alianças políticas entre elementos das oligarquias baianas, expressando a herança simbólica do poder político na Bahia. Miguel Calmon era, de fato, um representante das oligarquias baianas na Primeira República.

Gilberto Freyre observou que, nesse período, as elites, no afã de corresponder aos anseios modernizantes, leiloavam as pratas antigas e os móveis de jacarandá herdados de seus avós. No caso em análise, observa-se que, pelo contrário, ocorreu uma tendência à conservação desses objetos. Sinal da importância dos semióforos em detrimento das coisas úteis para esse segmento? Hipótese provável, já que a evocação do passado parece conferir legitimidade e *status* às ações no presente.

## NOTAS:

1. Barroso, 1944:57.
2. Barroso, 1944:209.
3. Calmon, 1933:274.
4. Calmon, 1933.
5. Calmon, 1933:239-249.
6. Hobsbawm, 1988.
7. Calmon, 1938:16.
8. Calmon, 1933:219.
9. Calmon, 1933:248.

## V



## A NOBREZA SE IMORTALIZA

Em seu livro *Individuality and social forms*, Simmel<sup>1</sup> dedica um capítulo ao estudo da nobreza, destacando algumas características e aspectos distintivos desse segmento. Destaca, inicialmente, a homogeneidade do grupo. Simmel chama a atenção para as origens estrangeiras dos nobres, em quase todos os Estados-nações, observando que os laços entre eles teriam permanecido mais fortes do que as adesões às novas nacionalidades. Haveria tal identidade de interesses e de pontos de vista, que, freqüentemente, quando dois nobres se conheciam, tratavam de assuntos pessoais muito mais facilmente do que elementos de outros grupos sociais, que precisariam, inicialmente, estabelecer a base comum (cita a burguesia como exemplo). Essa homogeneidade aconteceria porque as condições comuns de existência dos nobres estariam impregnando profundamente a esfera individual. Simmel observa uma tensão entre a nobreza e as nações concretas onde os nobres estariam inseridos. Cita o exemplo da Cadeia da Nobreza que se formou na Alemanha. Após a Revolução Francesa e com a emancipação dos servos, os nobres teriam experimentado a diminuição de sua importância. Com base na solidariedade existente entre si, formaram uma organização, buscando resgatar a importância perdida. Na carta de princípios da Cadeia da Nobreza, as fronteiras políticas e geográficas das nações foram questionadas em contraposição ao valor atribuído aos laços de nobreza. Simmel refere-se, ainda, à Áustria, onde, mesmo sem haver unidade nacional, houve unidade e coesão entre os elementos da nobreza. Identidade de interesses, coesão e laços fortes com sentido transnacional seriam características distintivas da nobreza.

O segundo ponto a que Simmel faz referência consiste na posição da nobreza com relação a outros grupos sociais. A nobreza situar-se-ia numa estrutura intermediária, entre os estratos mais elevados e os inferiores da sociedade. Nes-

se sentido, aproximar-se-ia da classe média, havendo, no entanto, entre as duas, uma diferença essencial: enquanto a classe média tenderia a expandir-se, a nobreza estaria propensa ao fechamento. Presa à idéia de tradição, de busca das origens, a nobreza não aceitaria qualquer um em seu círculo. O autor assinala três características básicas da nobreza: auto-suficiência, fechamento e centramento em torno de interesses próprios.

Mas o que, definitivamente, distinguiria a nobreza consistiria na relação peculiar do todo com as partes, ou seja, da nobreza, enquanto grupo social, com cada nobre em particular. Duas metáforas seriam importantes. Uma, a do metal nobre. Tal como o “metal nobre”, a nobreza estaria associada à relativa indestrutibilidade. Essa substância impregnaria o grupo de tal modo que, quaisquer que fossem as características particulares que os nobres adquirissem, fosse no tempo, fosse no espaço, o valor do grupo permaneceria estável.

Outra metáfora seria a da árvore genealógica. A substância distintiva da nobreza circularia pelo todo e também pelos indivíduos, da mesma forma que, numa árvore, a substância que compõe a fruta é a mesma que circula pelos troncos, galhos e folhas. No interior da nobreza não haveria hierarquia. Todos os indivíduos compartilhariam do legado de *status* do grupo, isto é, dos valores positivos acumulados (mérito, distinção, prestígio). Cada elemento do grupo desfrutaria das glórias dos mais afamados membros. Haveria um sentido peculiar de totalidade, onde a notabilização de um elemento ou de uma família seria extensiva a todos. Assim, a nobreza revelaria especial tenacidade para a conservação dos laços fundados na tradição.

A outra face dessa moeda aponta a peculiaridade da situação do indivíduo com relação ao grupo. No entender de Simmel, no caso da nobreza, elementos, tais como personalidade, liberdade, campo interno, se teriam tornado significativos em comparação com outros grupos sociais. Isso aconteceria devido à relação dialética entre a substância transmitida pela nobreza a cada um de seus membros e a força e o poder individuais. Para esse grupo social, a ação individual seria importante para manter vivo o material transmitido ao conjunto. Com relação a esse aspecto, a nobreza situar-se-ia entre dois extremos: de um lado, o indivíduo tragado pelo grupo e, do outro, o indivíduo centrado em si mesmo, em atitude de

oposição ao grupo. Se, de um lado, o nobre se destacaria exatamente por pertencer à nobreza, por outro lado, cada indivíduo, em particular, agiria de maneira singular. À guisa de ilustração, Simmel desenvolve o argumento de que o nobre seria avesso à idéia de trabalho, contraditória com o *éthos* absolutamente pessoal da aristocracia. Desse modo, não seria correto falar em trabalho no caso da nobreza, mas, sim, em ocupação. Cita Schiller, que distinguiu entre baixas naturezas, que recebem por aquilo que fazem, e naturezas nobres, que recebem por aquilo que são. Simmel lembra que as ocupações históricas da nobreza eram a caça e a guerra. Faz ainda uma analogia entre as realizações típicas da aristocracia e o trabalho artístico, assinalando, contudo, que, enquanto a ação do artista e seu valor decorrem de um ponto misterioso de singularidade e de individualidade, a ação do aristocrata funda-se numa substância transmitida pelo grupo social que, em cada nobre, toma forma particular, única.

As considerações de Simmel sobre algumas peculiaridades dos nobres são preciosas para a compreensão de características da Coleção Miguel Calmon.

Grande parte dos objetos é proveniente de casas reais européias, dinastias chinesas, antigos castelos da França. Esses objetos vinham circulando durante séculos no interior da nobreza, selando alianças e reafirmando identidades. Ao ingressar no museu, em vez de se imobilizar, eles continuavam ativos, servindo para a perene legitimação dos valores desse segmento. Em outras palavras, por meio da preservação de objetos evocativos, imortalizava-se a própria nobreza brasileira no contexto do Museu Histórico Nacional.

No museu, enquanto espaço destinado a uma representação da história nacional, a nobreza, por meio da exposição de seus objetos, estaria numa posição de destaque e prestígio. Como assinalou Simmel, a nobreza distingue-se de outros segmentos no interior das elites por especial tenacidade em conservar o seu espírito objetivo, realizações de muitos elementos ao longo dos anos cristalizadas na idéia de *tradição*. Tudo aquilo que indivíduos ou clãs adquirem ao longo dos tempos e que pode ser traduzido por distinção, renome, valor é permanentemente agregado ao corpo da nobreza como um todo. Assim, a posição da nobreza distingue-se no interior das elites por aquisições substancialmente diferentes de um poder meramente externo ou da propriedade de bens materiais.<sup>2</sup>



*Mesa de centro, do século XIX, em bronze e porcelana, com o retrato do Rei Luís XVI em trajes de coroação, assinado por Quentin. Rodeiam-no 18 figuras femininas da corte*

Gustavo Barroso, como principal ideólogo do Museu Histórico Nacional, buscou, por intermédio da Coleção Miguel Calmon, reiterar essa posição de destaque atribuída à nobreza. Ao fazer a análise das peças, focalizou-as como testemunhos de uma sociedade paradisíaca e de bom gosto, que a nobreza teria sempre representado ao longo dos tempos. Referindo-se a uma mesa de centro, do século XIX, de bronze e porcelana, com o retrato do rei da França Luís XVI e 18 mulheres da corte francesa, entre elas a Rainha Maria Antonieta, Barroso comentou: “Esta mesa é uma peça preciosa que encerra a lembrança de todas as grandes, belas e nobres figuras femininas da Corte da França no fim do século XVIII. Pertenceu à casa do Sr. Simão da Porciúncula.” Ao mencionar a Revolução Francesa, que destronou a nobreza, pondo fim a essa sociedade de corte, Barroso usou o termo catástrofe. Preocupado com suas causas, parecia buscar nos objetos alguma explicação. Comentando uma mobília de salão, do século XVIII, trabalho francês em estilo regência, disse: “Em tudo, desde a vida político-social até o estilo e a moda, a Regência (período que se situa entre a morte de Luís XIV, em 1715, e a declaração da maioridade de Luís XV, em 1723, durante a qual governou como Regente do Reino o Duque Filipe de Orleans) anuncia o desequilíbrio moral que levaria a França à ensangüentada catástrofe da Revolu-

ção Francesa.” Do discurso de Barroso depreende-se que, sob o enfoque institucional, essas peças estariam servindo, também, para a transmissão de valores. Do ponto de vista estrito da coleção, sinalizam a inserção de Miguel Calmon num segmento social específico, indicando alianças estabelecidas ao longo dos tempos. Muitos objetos são evocativos da sociedade de corte europeia. Particularmente interessante é uma medalha comemorativa da morte de Luiz XVI, século XIX, em prata; no anverso: efígie de Luís XVI; na orla, a legenda circular: “*Louis XVI-Roi de Fr. immolé par les factieux*”; no reverso: figura da França chorando sobre uma urna, debaixo de uma nuvem carregada de raios; na orla, a legenda circular — “*Pleures et vences-le!*” Segundo Barroso, essa medalha foi “provavelmente cunhada no fim do reinado de Luís XVIII, ou começo do de Carlos X, quando se praticavam vários atos de comemoração expiatória da morte do infeliz monarca guilhotinado pela Revolução”.<sup>3</sup> Há um sentido claramente evocativo da restauração dos Bourbon na França, da monarquia e da sociedade de corte. A tematização da nobreza e das casas reais é uma constante na Coleção Miguel Calmon, com ênfase na Europa, mas guardando relação com o Oriente, notadamente com dinastias do império chinês.

Cerca de 40 objetos relacionam-se a reis, rainhas, imperadores, príncipes, princesas. A proximidade com famílias reais expressa valor importante para a coleção como um todo, conforme destacou Gustavo Barroso em livro.<sup>4</sup>

Observa-se nessas peças tendência em refletir o imaginário da aristocracia. Encontramos representados reis franceses (cerca de 14 peças), chineses (3 peças), austríacos (1 peça) e, fundamentalmente, brasileiros (cerca de 25 peças). As peças francesas representam os reis Luís XV, Luís XVI, Henrique IV, Francisco I, anteriores à Revolução Francesa; o rei Luís XVIII, que significou o período de restauração da monarquia na França, e Napoleão, já entronizado como imperador, sob o título de Napoleão I, e sua irmã Carolina, com o título de Rainha Carolina. Nas peças que retratam Napoleão, não há referência à origem, o que dificulta identificar possível aquisição de Miguel Calmon ou herança. Entretanto, é possível detectar um idealizado imaginário real e aristocrático francês.

Objetos procedentes da família imperial brasileira compõem parte significativa do acervo da coleção: vasos, porcelanas, pinturas, fotografias, jóias, entre



*Vasos de porcelana francesa, comemorativos do casamento de D. Pedro II com D. Teresa Cristina, em 1843. O Imperador e a Imperatriz usam a grã cruz do Cruzeiro do Sul. Ao alto, o brasão Imperial*



outras peças. As imagens de D. Pedro II e D. Teresa Cristina são as mais recorrentes, sinalizando marcante evocação do rei e da rainha enquanto semióforos. Não são poucas as imagens que representam o monarca envolvido em atmosfera de conhecimento e sabedoria. Cercado por livros, com sua luneta por perto, em atitude de quem observa o céu, as estrelas e desenvolve estudos de astronomia. Ou com o telefone sobre a mesa, numa remissão ao seu espírito modernizador, em sintonia com os progressos de seu tempo.<sup>5</sup>

Há um par de vasos de porcelana francesa, do século XIX, comemorativo do casamento de D. Pedro II com D. Teresa Cristina, em 1843, ofertado pelo imperador D. Pedro II a um parente de Miguel Calmon, Dr. Inocêncio M. de Araújo Góis, “em lembrança dos grandes serviços” que teria prestado como presidente da Província de Pernambuco, em 1888, “ano em que todo o Nordeste do país foi assolado por terrível seca”.<sup>6</sup>

Uma insígnia da Independência do Brasil, de 1822, de uso feminino, para pendurar no peito, de ouro e prata, foi oferecida pessoalmente pelo Imperador D. Pedro I a uma parenta de Miguel Calmon, a Condessa de Itapagipe, D. Ana Romana de Aragão Calmon, dama da Imperatriz D. Leopoldina.

A proximidade do clã Porciúncula com a família imperial brasileira é continuamente reiterada. Uma fotografia do Imperador do Brasil, da Imperatriz e de sua comitiva na Europa, em 1888, por exemplo, traz a seguinte indicação

manuscrita: “Para o belo e jovem Sr. Cel. Simão da Porciúncula.” O manuscrito cumpre a função de indicar a proximidade do pai de Alice com o imperador e a imperatriz. Destacam-se, ainda, nessa categoria, um broche com a efígie de D. Pedro II, de uso pessoal da Sra. Simão da Porciúncula, e de duas moedas-berloque, com a efígie de D. Pedro II, usadas para dar sorte, que o cunhado de Miguel Calmon, Sr. Oscar da Porciúncula, lhe ofereceu.

Na Coleção Miguel Calmon, a nobreza aparece ainda associada a metais nobres. Cerca de 100 objetos são jóias em ouro, diamantes, rubis e outras pedras preciosas. No interior desse conjunto de jóias figuram três cartões de apresentação em ouro e brilhantes; o cartão de apresentação, expressando a própria representação do sujeito, nesse caso aparece identificado à indestrutibilidade, raridade, distinção.

Uma das razões que tornam a Coleção um caso expressivo no terreno de um mercado de bens simbólicos está associada ao fato de que em plena República os valores da chamada “nobreza brasileira” continuavam a ser evocados. Monique de Saint Martin, em trabalho recente, refletiu sobre formas com que a nobreza em França, mesmo sem existência legal há mais de 200 anos, vem continuando a produzir e manifestar as diferenças que a separam de outros grupos. A autora analisou a crença por parte dos nobres na existência de uma diferença essencial em relação aos não-nobres — fundada no nascimento e nas origens e modificada no decorrer dos séculos. Essa crença na tradição da nobreza seria mantida graças a um trabalho incessante através de diferentes formas objetivas, tais como castelos, monumentos, dicionários, revistas, círculos, grupos, associações. A expressão de tal crença, se daria fundamentalmente por meio das “estratégias educativas, sucessórias, de aliança dos agentes e das famílias, nas práticas, regulares ou episódicas, as mais diversas: trabalho voluntário, esporte, política e mais ainda nos *habitus* desigualmente predispostos e treinados para desenvolver e fortalecer essa crença.”<sup>7</sup>

Gustavo Barroso, diretor e principal ideólogo do Museu Histórico Nacional, caracterizava-se por uma crítica mordaz ao individualismo moderno e a uma nova ordem mundial que, segundo ele, teria se originado com a Revolução Francesa. Contrapunha à sociedade moderna, o culto às tradições, especialmente aos

antepassados e à família. Era defensor de uma sociedade organizada em moldes hierárquicos e sua adesão ao integralismo pautava-se por uma proposta bastante singular de organização social.<sup>8</sup>

Nesse sentido, abriu as portas do museu especialmente aos segmentos mais tradicionais das elites. Herdeiros da antiga “nobreza brasileira” encontraram nessa instituição o local adequado para perpetuarem e atualizarem o prestígio continuamente ameaçado pelo surgimento de outros grupos sociais. Desse modo, conjuntos de objetos evocativos da nobreza foram utilizados não apenas para immortalizar indivíduos num panteão de heróis e personalidades da História do Brasil, mas contribuíram, também, para immortalizar um segmento social específico: a “nobreza brasileira”.

## NOTAS:

1. *Georg Simmel nasceu, em 1858, na Alemanha. Estudou e trabalhou na Universidade de Berlim. Reconhecido como pioneiro de muitas questões de sociologia, desenvolveu importantes trabalhos refletindo sobre sua própria época (a virada do século). Simmel é um observador privilegiado, ocupando-se com a relação indivíduo-sociedade. Sua obra incluiu 12 livros e mais de 200 artigos. Uma de suas marcas consistia em ver as coletividades não como entidades substantivas, mas como redes de relações. Simmel é herdeiro do romantismo, da noção de self-cultivation de Goethe — o indivíduo tem um self que pode ser cultivado. É também considerado o pai do interacionismo simbólico. No seu entender, os indivíduos se organizam em redes, constituem grupos. Essa interação não pode ser entendida somente em termos de ações movidas por interesses, mas de interações comunicativas. As idéias de Simmel foram levadas para a Universidade de Chicago por intermédio de Robert Ezra Park, que foi seu aluno (v. Simmel, 1971).*
2. Simmel, 1971:206.
3. Barroso, 1944:228-229.
4. Barroso, 1944.
5. No Museu Histórico Nacional, entre os objetos relativos à família imperial, encontram-se desde bibelôs até estátuas. No acervo arquivístico, a Coleção Família Imperial compreende cerca de 1 500 documentos de procedências diversas. Há um núcleo de docu-

mentos com certa unidade, resultado de documentação transferida do Arquivo Nacional, em 1922, por solicitação de Gustavo Barroso.

6. Barroso, 1944:70.

7. Saint Martin, 1992:148-162.

8. Neste sentido, ver Barroso, 1939. Ver também minha dissertação de Mestrado *Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais: Um Estudo Antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional, 1990*, mimeo, onde faço referência ao ideário político-filosófico de Gustavo Barroso.

## VI



## ENFIM, O IMORTAL

No campo da memória, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas. Máscaras mortuárias, discursos por ocasião do enterro e biografias são algumas das formas de manter viva a memória do indivíduo. Memória que, diga-se de passagem, é construída item por item. Basta citar debates recentes na imprensa sobre qual imagem do poeta Carlos Drummond de Andrade deveria ser adotada para a posteridade.<sup>1</sup> A descoberta de uma namorada do poeta, até então clandestina, gerou inquietações entre os envolvidos — família, comunidade de escritores etc. —, culminando com o rompimento da família com os organizadores de uma homenagem póstuma ao poeta, uma exposição fotográfica. A família, segundo o jornal, era “defensora radical do mito de um homem sóbrio e discreto”. Já os responsáveis pela homenagem acusavam a família de “querer uma estátua, um homem-instituição”. Reivindicavam que “depois da psicanálise e da revolução dos costumes, as biografias (pediam) o homem-pessoa”. A individualização crescente, nesse caso, parece ter atingido a esfera do privado, do íntimo, dissociado e em oposição ao público, sinalizando o homem-pessoa, comprometido apenas com o seu *self*. A integridade das emoções e dos sentimentos do *self* sobrepõe-se, então, aos valores da família, último reduto da hierarquia em nossa sociedade.

As homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória. Algumas pessoas que se notabilizaram nos campos da arte, da política ou da ciência contratam em vida escritores de sua preferência para redigir suas biografias. Outras chegam a organizar um arquivo pessoal induzindo a elaboração de sua posteridade. Nesses casos, fica evidente o valor crescente que o Ocidente moderno, por intermédio da memória, tem conferido à imortalidade dos sujeitos. O

conjunto desses memoriais dos sujeitos é incorporado à história da humanidade, em sua trajetória linear de acumulação das várias histórias individuais.

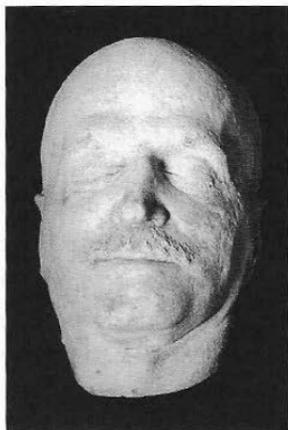
A memória de Miguel Calmon está indissociavelmente vinculada ao museu – agência cristalizadora de representações materiais das memórias individuais. As homenagens póstumas adquirem um sentido peculiar no interior dessa casa de memória.

Confeccionada em gesso, a partir do molde tirado do rosto do cadáver, a máscara mortuária constitui uma homenagem póstuma, cujo sentido consiste em reter o derradeiro momento do sujeito – limiar entre a vida e a morte, divisa entre dois tempos: o da vida na Terra e o da eternidade.

O sentido etimológico de máscara mortuária inclui a idéia de disfarce e de aparência enganadora. Apesar da fidelidade aos traços do indivíduo representado, trata-se de uma representação, a confecção de um artista, a partir da utilização do gesso. Uma vez morto o indivíduo, por determinação dos deuses, inicia-se o processo de sua recriação pelos homens.

Mauss assinala o sentido original de máscara para a palavra pessoa, entre os latinos. Foram eles que estabeleceram parcialmente a noção de pessoa, tornando-a “algo além de um fato de organização, mais do que o nome ou o direito reconhecido a um personagem e mais do que uma máscara ritual: um fato fundamental do direito”.

Ambas as palavras, pessoa e máscara, são provenientes de fonte etrusca, embora haja suposições de que pessoa se origine de um empréstimo feito pelos etruscos ao grego. A instituição das máscaras, particularmente a das máscaras dos ancestrais, parece ter-se originado na Etrúria. Os latinos deram ao termo pessoa o sentido primitivo que veio a ser o nosso. Com a revolta da plebe, em Roma, todos conseguiram a cidadania (menos os escravos) e se tornaram pessoas civis. O cidadão romano passou a ter direito ao *nomen*, ao *pre-nomen* e ao



*Máscara mortuária em gesso, de Miguel Calmon*

*cognomen*, que a sua *gens* lhe atribuía. O prenome traduz, por exemplo, a ordem do nascimento do antepassado que o ostenta (*Primus, Secundus*). Nome (*nomen - numen*) sagrado da *gens*. Cognome, sobrenome (não *surname*).

O *cognomen*, o sobrenome que se pode usar, confundiu-se com a *imago*, “a máscara de cera modelada sobre o rosto do ancestral morto e conservada nas alas laterais do vestibulo da casa de família. O uso dessas máscaras e estátuas deve ter sido privativo das famílias patrícias por muito tempo e, de fato, mais do que de direito, parece que não se estendeu muito entre a plebe. Na origem da palavra pessoa, estaria a palavra latina *persona*. Dois sentidos vinculam-se intrinsecamente a ela: de um lado, “personagem artificial, máscara e papel de comédia e de tragédia, da trapaça e da hipocrisia – estranha ao ‘eu’ –”, e de outro, “sinônimo da verdadeira natureza do indivíduo”.<sup>2</sup>

O costume da máscara mortuária ficou restrito a pequenos grupos da elite, mais especificamente a personalidades desses grupos. Na Roma Antiga, as máscaras mortuárias vinculavam-se aos patrícios, sendo guardadas nas casas da família do morto. Tinham o sentido de preservação da memória familiar.

Uma vez no museu, a máscara mortuária está ligada ao sentido que lhe é atribuído pelo conjunto da instituição. Ela significa o fim da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que contém o sopro de uma nova vida, no templo dos imortais. A máscara mortuária de Miguel Calmon não repousará sozinha nem num Pantheon da família Calmon. Irá figurar num conjunto de outras máscaras mortuárias, onde outros imortais se associam ao destino de Miguel Calmon. Ela anuncia o prólogo da construção do imortal: pessoa pública por excelência, ao lado de paradigmas de homens que tiveram seus destinos vinculados à idéia de nação. Napoleão Bonaparte, Getúlio Vargas, Gottshalk (pianista que fez a alegoria do Hino Nacional), padre José Maurício (músico da capela imperial), Dante, Bartolomeu de Gusmão, Santos Dumont e cinco nobres da Casa Imperial formam a lista das máscaras mortuárias do Museu Histórico Nacional.

Ligando todas elas há traços em comum, que se traduzem na preocupação de um museu voltado para a história nacional: o culto às pessoas-símbolo da nacionalidade. A máscara, como nada mais é do que aparência, permite interpretação, criação, construção. Sinaliza a morte do homem em carne e osso e o nascimento do imortal.

No movimento seguinte, convocam-se os especialistas da memória. Aqueles que, enfatizando aqui e suprimindo ali, traçam o perfil do sujeito que já se foi e que agora ingressa na posteridade: os biógrafos, naturalmente.

## NOTAS:

1. JB, 31/03/90.
2. Mauss, 1974:227-231.

## VII



## O IMORTAL É UM HOMEM PÚBLICO

Como observou Duarte, a temporalidade histórica moderna funda-se na linearidade, tendo como limites extremos o passado e o futuro, por oposição ao tempo mítico ou cíclico das sociedades tradicionais — imerso numa causalidade totalizante. Essa nova temporalidade desembocou “no Reino da História, como criação ‘humana’, como espaço de *realização* do sujeito. História, além do mais, em dois planos: a Grande História da ‘Humanidade’ e do ‘Sujeito Político’ e a História pessoal do Ego, consubstanciada no novo estatuto da *biografia individual*”.<sup>1</sup>

A biografia de Miguel Calmon, redigida por amigos e conterrâneos, expressa uma história pessoal do ego, articulada com a história do sujeito político e com a grande história da humanidade.

A preocupação constante dos biógrafos nesse caso é com o homem público. Traçar os contornos de Miguel Calmon a partir de um modelo paradigmático de homem público, adequá-lo a esse modelo. Sob essa ótica, trata-se de um plano peculiar: o das biografias de sujeitos incomuns que sintetizam e representam uma coletividade. Na configuração individualista, esses sujeitos incomuns colocam-se a serviço dessa coletividade, notadamente da nação e da humanidade. A biografia tem início com uma epígrafe redigida pelo próprio biografado e que lhe serve de epitáfio:

*“Foi fiel à família, porque nunca a deshonrou; à pátria, porque nunca a delapidou; e à humanidade, porque sempre a serviu.”*

O caráter modelar do homem público é enfatizado. A biografia é apresentada como um “documento histórico destinado às gerações futuras”; um “depoi-

mento verídico”; um “resumo de mais de 30 anos de um magnífico esforço produtivo”; um “perfil de um homem de Estado que sempre se mostrou, na sua atuação notável, pelas solicitações do bem público”; um “esboço de uma grande existência”.

Os biógrafos iniciam o texto assinalando que os fatos ali descritos são reais, verídicos, realmente se passaram. O narrador encontra-se absolutamente ausente. Não há autores nominais; sabe-se, apenas, que o texto foi escrito por amigos e contemporâneos. O objetivo da biografia, como o do próprio museu e do esforço de memorização implícito à montagem da coleção, é essencialmente didático. “A mocidade brasileira rever-se-á no modelo que aí vai debuxado. Aprenderá nas lições palpitantes dessa nobre existência, o amor ao trabalho, a fidelidade aos princípios, o sentido da utilidade social, o otimismo e a confiança.”<sup>22</sup>

A massa dos sujeitos estaria identificada com interesses particulares, privados ou de pequenos grupos. O *homem público* encontrar-se-ia identificado com um “*bem maior*”, a *pátria*. “Um lema definiria e resumiria a vida de Miguel Calmon: *tudo pela pátria*.” A pátria tem sentido não apenas de terra natal, mas, fundamentalmente, de uma grande obra em permanente construção. O homem público, na ideologia individualista moderna, assemelha-se ao artista, ao criador. A pátria/nação é a sua criatura. Por esse motivo, essa biografia, além de apresentar o exemplo do homem público Miguel Calmon, expõe suas idéias: “Aqui, a vida, o exemplo. Mais adiante, as idéias: tendências nacionais, influências estrangeiras. Idéias que fizeram ou que farão maior o Brasil que ele idolatrava.”

A nação é um corpo a ser esculpido. Torna-se necessário demarcar seus limites, sedimentar os pilares constitutivos de sua identidade. Os parâmetros dessa arte que se desenvolve no Ocidente são as modernas nações e seus campos segmentados de poderes e saberes. As nações européias constituem o referencial por excelência — fonte de inspiração para os novos artistas.

*“A vida dos homens públicos não lhes pertence, mas a coletividade, pelos ideais que encarna, e mui poucas serão tão férteis em grandes exemplos, estoicismo raro, absoluta honestidade, desinteresse notável e ardente patriotismo, como a de Miguel Calmon.”*

A “narrativa-verdade” segue seu curso linear, buscando reproduzir a vida desse homem público exemplar. Primeiro, a descrição do “berço”, a preocupação em caracterizar a origem familiar, as qualidades dos progenitores, o ambiente propício para a germinação da “semente”. São descritas as qualidades do pai, da mãe e dos irmãos. Do pai, o contra-almirante Antônio Calmon, os biógrafos ressaltam a “competência técnica” como engenheiro de construções navais e a “rara integridade de caráter”. A mãe, D. Maria dos Prazeres de Góes Calmon, é caracterizada como “exemplo das senhoras baianas, pela excelência das virtudes cristãs, pela incansável dedicação e bondade, pelo primor do espírito”.

A união do pai e da mãe é qualificada como “muito feliz”, tendo gerado quatro filhos, “todos distintos, mais tarde, em letras, postos e honras”. Do irmão mais velho, Antônio Calmon, “bacharel em direito pela Faculdade de Recife, dedicado aos estudos de história-pátria”, afirma-se ser “o chefe político de incontestável prestígio da capital baiana, figura impressionante de condutor de multidões”. Com relação ao segundo irmão, Francisco Marques de Góes Calmon, lhe são atribuídas as qualidades de “advogado de notório renome, professor de Geografia e História do Brasil, sociólogo, banqueiro, elevado, em 1924, pela confiança das principais correntes políticas da Bahia, ao governo de sua terra”.

Miguel Calmon é apresentado como o mais moço dos quatro irmãos, batizado com esse nome em homenagem ao tio e ao tio-avô: “Miguel Calmon, o segundo (tio-avô), juiz e esclarecido administrador, o primeiro (tio), estadista dos dois Reinados, Marquês de Abrantes.” Após a descrição do ambiente familiar — o clã dos Calmon —, suas características e seu legado, o próximo passo remete à trajetória estudantil de Miguel Calmon. Semeada em campo fértil (a família), a semente do homem público teria sido corretamente adubada e regada (a educação). Os estabelecimentos de ensino que frequentou são aludidos como os mais conceituados: o Collegio Sete de Setembro, na Bahia, e a Escola Politécnica, no Rio de Janeiro.

O Collegio Sete de Setembro teria desempenhado a função de desenvolver dons inatos ou latentes:

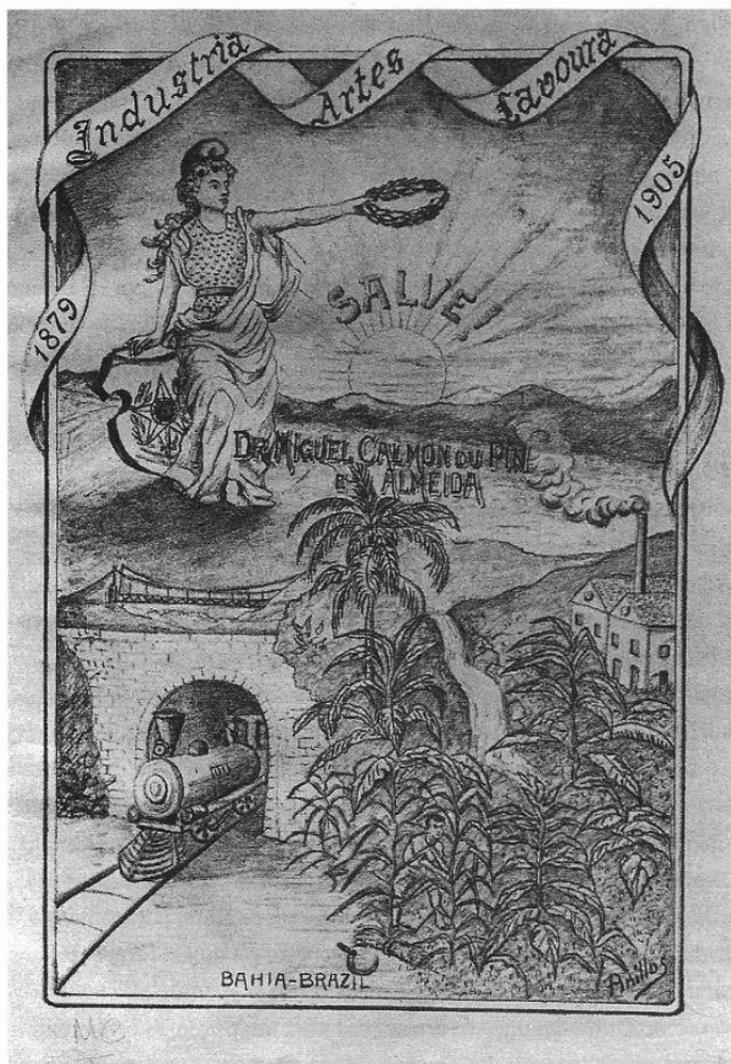
*“Ali emplumavam-se as águias, porque a mais cuidadosa observação acompanhava o desenvolvimento das inteligências, e podia assim obter o mestre, dos alunos mais aproveitáveis e capazes, o máximo do rendimento intelectual.”*

A Escola Politécnica, em 1895, iria representar “a definitiva evolução de seu espírito”. Lá entraria em contato com “o positivismo e o republicanismo”, formando seu espírito patriótico:

*“Escola Politécnica, tradicionalmente republicana, o grande viveiro dos jovens paladinos, ligados por um comum misticismo — a filosofia positiva de Comte — e pelo abrasado republicanismo. (...) Mantendo viva a solidariedade com os colegas, concorreu o estudante baiano para a fixação dos ideais da geração que surgiu para o serviço da pátria.”*

A terceira etapa diz respeito ao desempenho do homem público. Mediante obras nacionais, ele realiza seu principal empreendimento: a construção da nação. O ritual de consolidação do homem público inicia-se com a volta à terra natal. Lá, transformado pelos estudos científicos que adquiriu na capital, Miguel Calmon emerge — sob a ótica dos biógrafos — como um enviado capaz de contribuir para a necessária mudança da paisagem bárbara em sua cidade de origem. É solicitado como engenheiro para trabalhos de organização técnica da cidade de Salvador. Só a ciência é capaz de domesticar a natureza. Dedicar-se a serviços de infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água da cidade e a reconstrução do Elevador Hidráulico Lacerda e do Plano Inclinado do Pilar.

Lado a lado com o construtor, encontra-se o professor. Miguel Calmon é nomeado para dirigir a cadeira de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial da Escola Politécnica da Bahia. Transmite “as suas lições sábias” para os conterrâneos, estendendo um conhecimento técnico necessário à edificação nacional. Por fim, publica textos sobre o assunto, que os biógrafos chamam de “eruditas monografias”.



Álbum comemorativo do 26º aniversário de Miguel Calmon. Estão presentes símbolos do progresso (a ponte, o trem, as estradas de ferro, a fábrica e a lavoura), coroados por uma figura de mulher que representa a República

Sobre o tripé engenheiro-professor-escritor, consolida-se a formação do homem público que, em 1902, é escolhido pelo governador do Estado da Bahia, Severino Vieira, para Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Seu programa de trabalho consiste em fazer progredir a terra natal. “No novo cargo”, reiteram os biógrafos, “uma só preocupação o animava: realizar o largo programa de melhoramentos, com que contava dotar a Bahia, aumentando-lhe os potenciais econômicos e reintegrando-a na perdida prosperidade”. Participando de congressos, apresentando monografias, o homem público desempenha corretamente seu papel, imprimindo a Salvador da Bahia “o seu aspecto novo, de metrópole moderna”, por meio do “surto de remodelação e transformação” que promove com seu conhecimento técnico-científico.

Mediante um folheto em francês, destinado à ampla divulgação, *Briève Notice sur l'Etat de Bahia*, ele sistematiza seus trabalhos e introduz a representação da Bahia numa das exposições preparatórias às exposições internacionais da modernidade, a Exposição de São Luís.

Viagens conferem ao homem público a aura da renovação permanente. Em 1905, é nomeado presidente da comissão que iria estudar em Java, no Egito, em Cuba e em outras regiões produtoras de cana, os melhores de suas culturas e modificações que poderiam vir a ser introduzidas no meio agrícola brasileiro. “A 3 de junho partiu para o Oriente. Essa demorada viagem, de observações científicas e aperfeiçoamento técnico, cunhou no seu espírito impressões e convicções destinadas a soluções dos nossos principais problemas econômicos.”

Dessa viagem escreve um livro, *Factos Econômicos*, que “gerou-se das emoções da vasta peregrinação que lhe rasgavam ante os olhos, panoramas de vida industrial e agrícola que eram bem a imagem do progresso futuro das nossas culturas tropicais”.

Ao regressar do Oriente, depara-se com uma imposição de caráter familiar: o ingresso na política local. O legado do clã impõe-se sobre o engenheiro, o administrador, o professor, o escritor. Como conjugar essa identidade, fundada num conhecimento técnico-científico com a identidade de político, nesse caso fundada na herança do poderio oligárquico?

*“A política que o não aliciara antes, tão absorvido sempre se mostrara pelos serviços administrativos, era-lhe assim imposta como ampliação lógica à sua atividade em benefício da terra natal, de vez que a representação do Estado, na Câmara Federal, exigia as luzes de homens competentes e eficazes. (...) Releva notar, entretanto, que não apenas as suas credenciais de administrador o indicavam à carreira propriamente política. Impeliam-no a ela, igualmente, as influências de sua prestigiosa família, cujo nome, há um século, fulgurava nos anais da vida política brasileira, guindado aos postos mais proeminentes e honrosos. O pai, Antônio Calmon du Pin e Almeida (que a esta época já havia falecido), era um dos chefes eleitorais de maior poderio de todo o distrito da Capital, sendo a vontade popular, aí, sempre consultada por seu intermédio, porque os candidatos que dispunham de seu apoio nunca foram vencidos nas urnas.”*

A tensão, que os biógrafos não conseguem dissimular, entre a identidade de político no contexto do poderio oligárquico e aquelas que sinalizam a aquisição de novas idéias na direção oposta — engenheiro, professor, escritor, administrador — dará a tônica da biografia a partir de então. Como conciliar éticas tão diferenciadas? Se a ética do homem público voltado para a construção da nação moderna aponta o sentido do serviço a uma coletividade de indivíduos — cidadãos unidos por laços nacionais —, a ética do político voltado para a política local na Bahia remete a interesses de um grupo específico — as elites oligárquicas —, à lógica do coronelismo.

A biografia de Miguel Calmon parece, então, sinalizar um momento de transição entre a predominância de uma ética tradicional, baseada na preeminência de um todo (as oligarquias) sobre as partes (os diferentes elementos associados à lógica de funcionamento do domínio oligárquico), e a incorporação de uma ética moderna, individualista. As instituições voltadas para a formação de homens públicos, notadamente a Escola Politécnica, fundavam-se numa visão moderna de homem público, qual seja, a daquele indivíduo voltado para a

edificação dos modernos Estados-nações. A concepção de nação nesse caso era aquela apontada por Dumont, um misto de indivíduo-coletivo e de coletivo de indivíduos. Ora, essa visão moderna de homem público pressupunha a existência de indivíduos livres e autônomos, vinculados diretamente ao Estado. Como assinalou Hobsbawm, referindo-se ao período de 1870 a 1914, na história do Ocidente, a nação deveria ser a nova religião cívica dos Estados, pois “oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade do Estado”.<sup>3</sup>

O pai de Miguel Calmon era nitidamente um chefe eleitoral que seguia as regras da lógica oligárquica. Mantinha sob o seu domínio a vontade popular de todo o distrito da capital, ou seja, nesse contexto, os indivíduos biológicos contidos na expressão vontade popular prestavam lealdade aos chefes eleitorais, representantes do domínio oligárquico. Dito de outra forma, esses indivíduos biológicos não eram indivíduos no sentido moderno. O que se pode observar é que a lógica do domínio oligárquico estava muitas vezes em contradição com a lógica do indivíduo, da nação, do Estado e do homem público que estava sendo gestada. Sua passagem pela capital, seu contato com a ética técnico-científica na Escola Politécnica, sua formação enquanto engenheiro — especialista, segundo a nova ordem — traduziram-se na aquisição de um novo corpo de valores.

Entretanto, se há tensão no texto biográfico entre a lógica moderna e a tradicional, nota-se, também, como, ao nível do sujeito, essa tensão é resolvida com a conciliação. A política lhe era imposta, mas “como ampliação lógica à sua atividade em benefício da terra natal”. A Bahia — e, por extensão, a nação — “exigia as luzes de homens competentes e eficazes”. A conciliação só era possível quando se acreditava no potencial de esclarecimento e de condução das massas que as elites traziam desde o nascimento. Essa concepção iluminista de elite que permeia o texto está impregnada de um sentido de indivíduos biológicos naturalmente eleitos ou escolhidos para se situar acima dos demais, conduzindo o destino do todo.

A vinculação do biografado com a política baiana exige que ele procure o consentimento dos representantes da Bahia para a aceitação do cargo. Os bió-



*Album comemorativo da Estrada de Ferro Central do Brasil, 1908*

grafos citam trechos do depoimento do próprio Miguel Calmon: “Sobre o convite, julguei do meu dever não aceitá-lo, até ouvir os chefes e amigos do partido a que pertencia, deixando a seu critério a decisão do caso. (...) A propósito, recebi então uma carta do Conselheiro Rui Barbosa, meu inesquecível chefe e a quem sempre votei o mais fervoroso culto, expondo até a própria vida em defesa dos seus ideais políticos.” Nessa carta, Rui Barbosa teria autorizado Miguel Calmon a aceitar o convite.

Mais uma vez, observa-se um certo conflito entre a ética do homem público, enquanto representante de um coletivo de indivíduos-cidadãos, e a lógica da fidelidade partidária, suas características holistas, hierárquicas e, portanto, avessas a uma lógica individualista.<sup>4</sup>

A indicação de Miguel Calmon para o cargo é descrita como o momento áureo de sua trajetória pública. “Querida o novo chefe da nação, para reger os negócios da Viação, um técnico ilustrado por serviços valiosos, de especialidade conhecida e perfeita visão dos problemas essenciais do nosso progresso. (...) Se o de Campos Sales fora o governo das finanças e o de Rodrigues Alves o da Capital Federal, seria o de Affonso Pena o governo das estradas de ferro.”

Os biógrafos conferem especial atenção à pouca idade de Miguel Calmon — 27 anos — ao assumir o ministério. A referência à juventude conota genialidade



*Foto de Marc Ferrez documentando obra para o abastecimento de água do Rio de Janeiro durante os primeiros anos deste século*

precoce, reiterando suas qualidades. No projeto de modernização do país, a pasta de Viação e Obras Públicas recebia atenção especial por parte do presidente: “Estas circunstâncias, longe de atenuar, aumentavam-lhe as responsabilidades, que lhe iriam pesar sobre os ombros.”

Grandes reformas urbanas haviam sido projetadas pelo governo de Rodrigues Alves. Pereira Passos representara o protótipo do engenheiro reformador do espaço urbano, fazendo da reordenação da capital federal um balão de ensaio para o resto do país. Os engenheiros eram, então, os construtores materiais da nação que, além de forjar a incorporação dos trabalhadores ao mercado, iriam unir os cantões do território nacional com fios e vias de comunicação. O telégrafo e as estradas de ferro simbolizam esse projeto de integração nacional. As estações telegráficas inauguradas em pequenas cidades com que o governo federal jamais travara contato, assim como a imagem do trem cortando as matas, representavam a utilização da ciência em prol da domesticação da natureza, a serviço dos ideais de “progresso e civilização”.

Os biógrafos enaltecem o programa do ministro Miguel Calmon por suas qualidades técnicas, a confiança numa intervenção racional que encurtava as

vias para o desenvolvimento nacional. Referem-se à introdução de viação férrea e ao povoamento do solo. Miguel Calmon atribui especial ênfase a uma política de atração de imigrantes com vistas a acelerar o ritmo econômico. Reformas urbanas são implementadas com o objetivo de “articular todos os elementos de atração, defesa e prosperidade do colono”. “O saneamento, ponto de partida da intervenção oficial nesses assuntos, se afigura de premente necessidade na própria capital do país, cujo péssimo estado sanitário outrora tanto afastara do Brasil as correntes imigratórias...”

Assim, Miguel Calmon “fez aumentar e melhorar o abastecimento de água do Rio de Janeiro. (...) Com a ajuda de Sampaio Correa e Oswaldo Cruz, mandou executar, também, vasto serviço de profilaxia contra o paludismo nas zonas vizinhas da Capital Federal”. Seu objetivo teria sido plenamente alcançado, uma vez que “a entrada de colonos no país atingiu cifras extraordinárias e cresceu subitamente no exterior o interesse dos países de emigração pelo Brasil”.

Dentre as inúmeras ações de vulto, são destacadas as obras nos portos e o incremento à viação férrea, “que, em pouco mais de um biênio de administração, teve a quilometragem mais aumentada do que em todos os períodos precedentes. (...) Pela primeira vez, a construção de estradas de ferro no nosso país atingia a mil quilômetros em um ano! (...)”

Culminou essa política excelente — de comunicações fáceis e gerais a consolidarem a unidade e a engendrarem o progresso do Brasil — a arrojada iniciativa da construção da Estrada de Ferro de Mato Grosso (...), um dos sonhos da engenharia brasileira”. Além disso, “foi uma iniciativa de seu governo o desdobramento da rede telegráfica, que investiu o Oeste de Mato Grosso até o Amazonas sob a direção do Coronel Cândido Rondon. A comissão (...) foi incumbida não só da construção das linhas telegráficas, como, também, da catequese e colonização dos índios, da abertura de estradas de rodagem, de levantamentos topográficos e determinação de coordenadas geográficas e de estudos geológicos, zoológicos e botânicos em toda a imensa zona do Brasil Central”.

O momento áureo de cristalização da obra do homem público Miguel Calmon é a Exposição do Centenário, organizada em 1908 pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. A exposição serve como “atestado eloqüente” do grau de pro-

gresso atingido após o grande esforço de racionalização técnico-científica promovido pelo Estado e seu corpo de funcionários. A Exposição do Centenário é apresentada como o coroamento da trajetória de Miguel Calmon.

*“Em 1908 comemorava-se o centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. O governo quis comemorá-lo realizando uma Exposição Nacional, que servisse de atestado eloqüente do grau do nosso adiantamento e riqueza.”*

Com o sucesso da exposição — 11 mil expositores e um milhão de visitantes —, Miguel Calmon apresentou ao presidente da República três relatórios, onde descreveu pormenorizadamente todas as questões tratadas na sua administração. A morte de Afonso Pena viria interromper “a febril atividade em que se empenhara, para o bem da pátria, o jovem titular da Viação”.

Desse modo, encerra-se mais uma etapa na vida de Miguel Calmon. Os biógrafos terminam esse capítulo citando notícias de jornais da época, onde seu espírito público teria sido enaltecido:

*“O país que possuir um estadista de menos de 30 anos, capaz de conceber e realizar as grandes obras que o Dr. Calmon ideou e levou a cabo, é, na verdade, um país que pode confiar no seu futuro e dormir tranqüilo dos seus destinos.”*

O “estadista” estaria, de um lado, associado às idéias de modernidade, competência técnico-científica. Por outro lado, teria seu nome (desde o nascimento) vinculado à idéia de tradição.

A biografia prossegue. Após o falecimento de Afonso Pena, o biografado dedica-se à política.

*“Na campanha presidencial de 1910, Miguel Calmon pôs-se ao lado do conselheiro Rui Barbosa, a quem proclamou seu chefe, fiel ao programa liberal que o Mestre defendia e às idéias*

*constanciadas na sua candidatura. (...) Era essa a candidatura da inteligência, do “revisonismo”, na aceção da emenda dos erros políticos e da regeneração republicana, do civilismo, enfim, da Bahia.”*

O relato seguinte refere-se ao casamento de Miguel Calmon. Os atributos da esposa são descritos, reiterando-se as qualidades de sua origem familiar e as contribuições importantes que ela teria prestado ao projeto público de Miguel Calmon.

*“Por esse tempo, contraía matrimônio com a ilustre senhorinha Alice da Porciúncula, filha de uma das mais antigas e eminentes famílias do Rio Grande do Sul, ornamento de raro prestígio, da alta sociedade, que trouxe para o seu lar aquela tradição das grandes senhoras, cujos nomes realçam, pelo esplendor das virtudes e fidalguia da educação, a história de sua família. (...) Companheira de sua vida laboriosa, das atribuições, dos sacrifícios e dos triunfos, estímulo constante de grandes feitos, a robustecer-lhe a fé nas causas justas e a afervorar-lhe o amor da pátria. A ela vai dever parte considerável dos êxitos que, para o futuro, lhe engrandecerão o renome no conceito nacional. Principalmente o pendor filantrópico.”*

Com a derrota de Rui Barbosa, Miguel Calmon empreende demorada viagem à Europa. Viagem que representa uma etapa de confirmação dos valores da modernidade: “Visitou detidamente os centros universais da cultura e do progresso humano, a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Holanda, a Suíça e a Itália.”

Ao retornar da Europa, lança-se novamente candidato a deputado federal pela Bahia e é eleito. Seu discurso de posse tematiza os problemas do ensino no país. Escolhido para vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, encontra “um campo fértil e amplo para a propaganda dos seus ideais econômicos de regeneração pela agricultura (...)”.

Em 1913, nova viagem à Europa, quando presencia uma conjuntura de guerra. Ao retornar, filia-se ao movimento que funda a Liga de Defesa Nacional, “arrimada ao civismo fulgurante de Olavo Bilac e de Pedro Lessa, mas realmente fundada pelo espírito organizador gregário e otimista de Miguel Calmon”.

Durante o período da 1ª Guerra Mundial, Miguel Calmon teria “resistido às solicitações da vida partidária, para levar a cabo a magna tarefa que se impusera. Para que a pátria não dispusesse só de sua inteligência, mas, também, da vida, culminou a evangelização cívica vestindo a farda de soldado do Exército Nacional. Um símbolo da mocidade brasileira: braço às armas feito, de pé no momento do perigo; para a salvaguarda da soberania nacional”.

Nessa seqüência, emerge o tema da oposição entre a vida partidária e a vida a serviço da pátria. A salvaguarda da soberania nacional impõe-se ao homem público Miguel Calmon em detrimento das solicitações da vida partidária. Homem público significa soldado da pátria em oposição ao político submetido a um pequeno grupo de interesses.

O homem público está associado a um conjunto de indivíduos — nação e máxime, humanidade. No combate à epidemia de gripe espanhola, na capital federal, “compenetra-se Miguel Calmon do dever de humanidade que a sua consciência elegera, e desvela-se em prestar socorros a bairros inteiros, prodigalizando remédios e alimentos que, pessoalmente, sem temer o perigo do contágio, ia levar aos lares transformados em hospitais”.

O dever cívico para com o conjunto dos indivíduos conduz a que o homem público se distancie de interesses privados, até mesmo com relação a seu próprio corpo, sua própria saúde — acima do perigo do contágio.

A fidelidade partidária constitui um princípio para Miguel Calmon que recusa o convite para ser candidato a senador pelo Distrito Federal, “por não querer abandonar os seus amigos políticos da Bahia”. Em 1919, retoma a política, fazendo parte do movimento nacional em favor da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Rui Barbosa perde as eleições, mas Miguel Calmon continua fiel a seu chefe político, conduzindo, em 1921, campanha contra a situação estadual na Bahia. Candidata-se a deputado federal “em eleições que constituíam a grande demonstração das forças oposicionistas do estado”.

Por ocasião do Centenário da Independência, presta colaboração à política, participando dos congressos organizativos da Exposição Internacional de Comemoração do Centenário da Independência, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1922, e que deu origem à fundação do Museu Histórico Nacional. Na disputa presidencial do sucessor de Epitácio Pessoa, apóia o candidato da Convenção Nacional, Artur Bernardes. Com a vitória de Artur Bernardes, recebe convite para integrar o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. “Para ele”, afirmam os biógrafos, “assumir (...) uma pasta visceralmente unida à vida, ao dinamismo, à marcha do Brasil, era temeridade e sacrifício, menores, no entanto, que o dever de acudir ao apelo da Pátria”. As qualidades de eficiência e rigor científico são assinaladas para qualificar o trabalho de Miguel Calmon, como de “um estadista de mérito”.

Entre as preocupações de Miguel Calmon enquanto ministro da Agricultura, teria predominado “a de aparelhar serviços de rigor científico, a que se liga, em nexos inevitáveis, a do preparo de técnicos e profissionais”. A temática do rigor científico e do preparo de técnicos reitera a vinculação de Miguel Calmon à ideia de modernização. “O Sr. Dr. Miguel Calmon era um dos *leaders* da modernização”, “O Sr. Dr. Miguel Calmon (...) se rodeava de técnicos que sabem trabalhar”, “(...) um técnico como o Dr. Miguel Calmon conseguiu, dentro dos recursos, grandes coisas: realizou, melhorou, deu ou aumentou o rendimento dos serviços, dando grande impulso à transformação das nossas indústrias extrativas para a cultura sistemática, a substituição dos nossos métodos arcaicos pelos processos científicos de trabalho e produção”. A ética do homem público aparece aqui associada à modernização, racionalização técnico-científica da produção.

Entre as realizações do ministro Miguel Calmon cabe destacar o estímulo ao Museu Nacional, inspirado pela lógica do aperfeiçoamento técnico-científico como condução ao progresso nacional. “O Museu Nacional, cujos méritos, já notórios, ainda se aprimoravam nestes quatro anos, ampliou sensivelmente as suas coleções e os seus trabalhos científicos, avultando o número de publicações de notável valor, feitas durante os últimos anos. Especialmente no Departamento de Antropologia, procedeu-se a craniometria dos índios Urupias; a organização do mapa dos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro

etc.” Nos relatórios do próprio Miguel Calmon, o museu é tema de destaque, quando “logo após o encerramento da Exposição Internacional do Centenário (...) o Sr. Dr. Miguel Calmon, Ministro da Agricultura, compreendendo a necessidade da instalação de uma exposição permanente de artigos nacionais nesta Capital, anexo ao Ministério da Agricultura, fez angariar entre aqueles expositores elementos para a realização (de um Museu Agrícola e Comercial)”. Pretendia-se com esse museu dotar o país de um centro de informações de caráter econômico, notadamente com fins didáticos, que também servisse de intermediário entre os produtores e os consumidores. Produtores podiam expor os seus produtos para que os consumidores os adquirissem.

O balanço dos quatro anos de Miguel Calmon no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio é repleto de obras relacionadas com o progresso da nação. Termina com uma nota enaltecendo a capacidade administrativa do ministro e opondo suas qualidades aos defeitos dos “maus políticos” e dos “brasileiros que se sobrepõem ao interesse nacional”.

Em 1923, com a morte de Rui Barbosa, Miguel Calmon sucede-o na direção da política oposicionista da Bahia, “seguindo as lições do mestre incomparável”.

Em 1927, elege-se senador. Realiza nova viagem à Europa para tratar de problemas de saúde, quando eclode a Revolução de 30. Afastado da política e do Estado republicano, falece em 1935. Sua morte — no entender dos biógrafos — provocou “luto nacional e viva dor das elites brasileiras que tinham no Dr. Miguel Calmon uma garantia de pai criador a serviço dos interesses da pátria”. A biografia chega a seu término com elogios a “D. Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, senhora de rara distinção e bondade, dotada de elevado espírito e exemplar formação intelectual, colaboradora à altura do notável homem público, seu marido e inspiradora da filantropia de tantos atos bondosos e nobres que tornaram a existência de ambos particularmente útil à sociedade brasileira”.

## NOTAS:

1. Duarte, 1983:21.
2. Nessa direção, vale a pena refletir sobre a possível combinação nesse gênero de narrativa entre duas idéias de verdade. A primeira, relativa à formulação ética e pedagógica da história latina de Cícero — História magistra vitae —, história mestra da vida. Essa formulação correspondia ao modelo clássico de História dominante na Europa do Renascimento até o Iluminismo, no século XVIII. Nesse caso, privilegiava-se o relato de exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias. A idéia de verdade, nesse contexto, tinha conotação ética, articulando-se com os valores cultuados no presente. A segunda, relativa à concepção moderna de história, que impõe-se na Europa, a partir do final do século XVIII, após a Revolução Francesa coloca em cena o ideal de uma verdade exata, rigorosa, que se pretende relacionar com as ações dos homens não mais em função dos seus valores, dos debates éticos que eles propiciam, mas apenas pela preocupação em verificar se, quando e onde elas efetivamente existiram. (Araújo, 1988:30-31, e Koselleck, 1985:267.)
3. Hobsbawm, 1988:212.
4. Cabe assinalar que, ao contrapor essas duas lógicas, a individualista e a hierárquica, estamos fazendo uso de noções elaboradas pelo antropólogo Luiz Dumont. Inspirado por Mauss, Dumont relativiza a noção moderna de pessoa. O argumento básico dessa relativização é o duplo sentido da categoria indivíduo, que atravessa nossos discursos, e que serve justamente para a legitimação ideológica do segundo. O primeiro sentido é o do sujeito empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade e cultura. O segundo é o do indivíduo como valor moral, cultural, central e básico para a configuração ideológica moderna. A civilização ocidental moderna enquanto totalidade encontra no individualismo um dos pilares de sustentação. O individualismo para Dumont não é definido como um traço isolado, mas como uma configuração constituída sociologicamente do ponto de vista dos valores globais. Na base da civilização ocidental moderna está a noção de indivíduo, como ser moral e racionalmente autônomo, tendo como atributos a igualdade e a liberdade. Dessa concepção de indivíduo deriva uma concepção de sociedade como *societas*, isto é, comunidades tradicionais, por oposição à sociedade ocidental moderna, como associação no sentido de contrato social de seres autônomos. Nas sociedades modernas, o indivíduo concebe-se e é concebido de maneira radicalmente diversa: ele é parte de um todo, figura a totalidade do *clá* — para usar a expressão de Mauss. Dumont compara a civilização ocidental moderna com uma outra totalidade social — a sociedade indiana.



*Nessa sociedade, há uma predominância do todo com relação às partes. Nesse caso, os indivíduos concebem-se como seres humanos socialmente determinados, existindo, apenas, em função de e dentro de um sistema geral de mundo. O cosmos apresenta-se como um todo solidário e hierarquizado, onde cada um desempenha o seu papel. A sociedade indiana está, pois, fundada em um princípio onipresente – a hierarquia. (Sobre esse tema ver: Dumont, 1985; Duarte, 1986; Mauss, 1974.)*

## VIII



## O PÚBLICO E O PRIVADO

Uma relação hierárquica entre o público e o privado serve de fio condutor à fabricação do imortal. Nesse contexto, o privado encontra-se subordinado ao público.

No decorrer da narrativa, percebe-se, no entanto, que, em alguns casos, delineia-se um prenúncio de oposição entre público e privado. Pode-se dizer que o individualismo se anuncia como tendência numa sociedade onde a hierarquia era predominante. O domínio oligárquico que vigorou durante a República Velha fornecia a base de sustentação de uma ordem tradicional. Contudo, impulsos de modernização — como o que representou a Escola Politécnica na formação dos engenheiros — traziam o embrião de uma nova ordem.

Primeiro, na relação casa-rua, do menino que transita da família para a escola. Philippe Ariès refletiu sobre as grandes transformações que ocorreram na sociedade medieval com o processo de individualização. Deteve-se notadamente sobre o impacto na vida das crianças com a progressiva desagregação da família extensa. A escola foi fruto desse movimento. Na Europa medieval não havia escolas para crianças; o processo de socialização tinha lugar entre os adultos, durante a execução dos ofícios, ou seja, as crianças aprendiam e socializavam-se executando tarefas em conjunto com os adultos.<sup>1</sup> O surgimento das escolas foi um marco de tendência individualizante.

Elas vão constituir o espaço público, onde crianças — indivíduos em formação — passariam a travar contato, se relacionar num mundo de indivíduos. Sob esse prisma, a escola foi se opondo à casa — espaço da hierarquia, onde a criança se encontra subordinada a uma ordem predeterminada (filho/a).

Nas sociedades modernas, a escola configura o primeiro passo para a longa trajetória dos indivíduos, fornecendo as chaves, introduzindo o aprendiz nas

novas regras de um mercado onde indivíduos autônomos e livres terão que transacionar e disputar. No individualismo, a concepção de público foi cada vez mais distanciando-se (e mesmo opondo-se) à de privado, e associando-se à idéia de um amplo mercado de circulação de indivíduos.

*“Dessa maneira, público veio a significar uma vida que se passa fora da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital.”<sup>2</sup>*

Numa sociedade predominantemente individualista, a escola significa, pois, o espaço ritual de passagem de um mundo hierarquizado (a família) para um mundo individualizado (a nação — coletivo de indivíduos).<sup>3</sup> No Brasil do começo do século, essa afirmativa teria que ser, forçosamente nuançada. Pelo relato biográfico que estamos enfocando percebe-se que, em alguns casos, a escola estava comprometida com uma predominância hierárquica. O Collegio Sete de Setembro, onde “emplumavam-se as águias”, traduzia uma continuidade com relação ao espaço da casa (*locus* da hierarquia). Não se tratava de uma escola em termos genéricos, mas de uma escola com características específicas, destinada a crianças originárias das famílias oligárquicas baianas. Lá, o indivíduo carregava a casa na expressão de seu nome de família.

A descrição da casa na biografia que estamos focalizando é plena de valor. Não se trata de uma casa qualquer, mas de uma casa onde o legado da tradição se evidencia. O clã dos Calmon é apresentado como um segmento social altamente diferenciado. Miguel Calmon seria egresso de “eminente família baiana”. Além disso, o nome de batismo evidencia o valor da herança familiar na constituição do indivíduo. Com o nome, herdado do tio-avô, “juiz e esclarecido administrador” e do tio, “estadista dos dois Reinados, Marquês de Abrantes”, Miguel Calmon trazia um legado que o diferenciava dos demais colegas na escola. Por meio do nome fica nítido o traçado do seu destino: ele foi o escolhido pela família para dar seqüência à tradição de “esclarecidos administradores” e “estadistas” do clã. O tio-avô e o tio emergem, pois, como importantes figuras

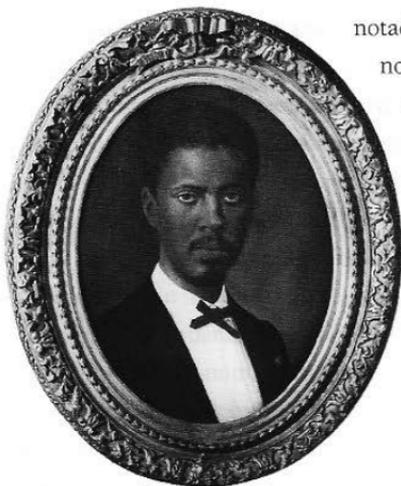
explicativas. No início da biografia antevê-se o seu desfecho. Enquanto o pai e os irmãos iriam dedicar-se à política local na Bahia, Miguel Calmon seguiria, como os tios de quem herdou o nome, a carreira de homem público.

A herança do nome e o seu significado no contexto de transição entre a casa e a rua, entre o privado e o público, revelam a permanência de traços holistas na estrutura social. Se os pressupostos individualistas baseiam-se no princípio da igualdade das oportunidades e da liberdade do mercado, a herança do nome sinaliza o oposto. O significado simbólico desse fato traduz-se na percepção de um mundo social onde também o público estaria contaminado pela hierarquia. No processo de formação do homem público Miguel Calmon, percebe-se que ele irá ocupar um lugar previamente estabelecido na sociedade nacional. Seguirá os desígnios de um destino previamente traçado e não de algum atributo interior que, no bojo da ideologia individualista, geralmente é denominado vocação.

A ida para a capital constitui importante aspecto para a formação do homem público. A Escola Politécnica consolida sua trajetória escolar, a transição da casa para a rua. Lá, entra em contato com uma formação técnico-científica, iniciando-se como engenheiro, tornando-se apto para sua futura carreira de administrador. Os ensinamentos introjetados pela Escola Politécnica o introduzem no sentido de uma ética pública moderna.

É preciso que se observe o significado da Escola Politécnica enquanto formadora de um segmento profissional importante para as demandas de modernização no país no período a que nos referimos: os engenheiros. Segundo Carvalho, o papel dos engenheiros, assim como dos segmentos modernizantes das elites — em especial de alguns setores da indústria —, era no sentido de varrer o atraso colonial, impondo as forças do progresso. Nesse sentido, na virada do século, os engenheiros constituíam “referência pioneira à modernidade no país: encarnaram uma nova eticidade — a burguesa — a que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir daí, como uma doutrina fundada sobre o binômio civilização/progresso”.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro foi criada em 1874, durante o Segundo Império, sucedendo à antiga Escola Central, quando os ventos da modernidade,



*Óleo sobre tela retratando o engenheiro André Pinto Rebouças, de Rodolfo Bernardelli, séc. XIX*

notadamente da ciência, haviam se instalado no Império. D. Pedro II desenvolveu movimento de aproximação com as tendências do século, mantendo sempre contato amistoso com os engenheiros, muitas vezes sob a forma de apoio oficial, como assinala Carvalho com relação ao Clube de Engenharia. André Rebouças é um exemplo desses engenheiros formados no bojo do Império. Negro, baiano, considerado um dos principais expoentes da construção ferroviária no Brasil, Rebouças era amigo pessoal do Imperador. Essa amizade levou-o a exilar-se em Portugal, com a proclamação da República, em solidariedade à família imperial.

Entretanto, era tensa a convivência entre as elites nos últimos anos do século XIX. A aproximação de D. Pedro II com a ciência e os ventos da modernidade não impedia que o Império deixasse de estar identificado com o atraso colonial. As idéias do imperador nem sempre coincidiram com a prática do Império, principalmente com relação ao trabalho escravo. O peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento de um *ethos* burguês e moderno. A noção negativa da categoria trabalho, associada à escravidão, era questionada por segmentos das elites que pleiteavam uma nova ética do trabalho. Esses setores opunham-se à política paternalista do Estado monárquico, onde a população pobre era confinada à margem do sistema produtivo e organizada em torno dos senhores e dos coronéis do setor agrário-exportador. O que as elites modernizantes reivindicavam era a incorporação dos setores mais pobres no mercado de trabalho sob uma ótica individualista e burguesa. Os intelectuais da modernização defendiam a premência da constituição de uma base real para o exercício do contratualismo burguês. Por outro lado, as populações à margem nas grandes cidades constituíam ameaça para o conjunto das elites: as cidades assumiam feições potencialmente explosivas.



*Os famosos quiosques do Rio de Janeiro, locais de reunião da população pobre e mestiça, foram “varridos” da cidade pelo prefeito Pereira Passos*

As elites conservadoras foram vendo-se incapazes de continuar afirmando seu discurso, posto que a cidade real impunha riscos. O programa de incorporação dos de baixo num só mundo — o mercado — foi se impondo. Era preciso trazer a margem para dentro do círculo iluminado da cidade. Os engenheiros foram, então, chamados a preparar as cidades para esse processo. Definidos como os “profissionais da observação”, “especialistas em olhar competentemente”, os engenheiros substituíam os viajantes europeus em passagem pelos trópicos, sendo capazes de sistematizar um trabalho de observação científica em relatórios que constituíam a base para as reformas necessárias.

*“Um olhar otimista e auto-suficiente, que se crê capaz de ultrapassar o potencial trágico presente na história do país, arremessando para o futuro, em busca acelerada de um encontro com o progresso, mediante a compreensão ética dos problemas e a intervenção científica sobre o espaço.”<sup>24</sup>*

Enquanto, nas exposições universais, a burguesia celebrava a vitória do homem sobre a natureza, os engenheiros tomavam como tarefa a incorporação da

margem pela estandarização do espaço, isto é, “pela organização da cidade de uma forma tal que a auto-representação de seus habitantes só pudesse afirmar o igualitarismo e o conagraamento”.<sup>5</sup>

Os engenheiros haviam constituído sua identidade em ligação estreita com o crescimento da atividade industrial no país. Seu *habitat* natural sempre foram as cidades, não raro européias. Desse modo, engenheiros e setores industriais compartilhavam de uma mesma concepção sobre o moderno, ligada a referências universais no sentido cunhado pela razão iluminista. O moderno, nesse sentido, significaria a incorporação de todos a uma temporalidade comum na direção do progresso. Tomando a Europa como referência, encabeçaram um programa capaz de incorporar a margem ao mercado, promovendo um movimento de reforma intelectual e moral na sociedade, mediante a redução de referências culturais dispersas a um solo homogêneo comum. A cidade moderna edificada pelos engenheiros visava à incorporação dos pobres ao trabalho e à vida pública. Essa nova ética tornou-se o ponto de ruptura com as elites imperiais conservadoras.

*“Conectar-se com a nova paisagem do cosmopolitismo: eis o desafio lançado aos técnicos, engenheiros e outros empreendedores ativos das classes dominantes brasileiras. (...) Apóstolos do progresso e reformadores das relações técnicas de produção iriam aparecer com frequência crescente, após 1850.”*<sup>6</sup>

Pela Escola Politécnica passaram nomes como o de André Rebouças (1838-1898) e de Euclides da Cunha (1866-1909). Este último freqüentou a escola em 1884, transferindo-se, em 1885, para a Escola Militar, por falta de recursos. Miguel Calmon ingressou na Escola Politécnica cerca de 10 anos após, 1895. Podemos caracterizar esse grupo de engenheiros da segunda metade do século XIX — como faz Foot Hardman — como um grupo com características homogêneas, combinando “elementos do positivismo e do liberalismo, disciplina do trabalho e visão transformadora da paisagem, parcimônia de gastos e modernidade urbano-industrial. Nisso, aliás, se ajustavam ao espírito sóbrio e austero do setor mais dinâmico das classes dominantes, a burguesia cafeeira paulista”.<sup>7</sup>



*O engenheiro militar e escritor Euclides da Cunha, autor de Os Sertões*

Os engenheiros dedicaram-se a construir pontes, estradas, vias férreas e a instalar estações telegráficas unindo os diversos pontos do país. Apóstolos do progresso, a maior parte deles tomava para si a tarefa de construir materialmente a nação, embora, em alguns casos, como os de Euclides da Cunha, André Rebouças e Cândido Rondon, houvesse, também, uma reflexão intelectual. O exemplo mais contundente é, sem dúvida, o de Euclides da Cunha que, de 1899 a 1901, instalado em uma pequena cabana em São José do Rio Pardo, durante o dia, trabalhava como engenheiro conduzindo a construção de uma ponte metálica e, à noite, escrevia o livro *Os Sertões*, refletindo sobre a Guerra de Canudos que havia presenciado como repórter.

A passagem de Miguel Calmon pela Escola Politécnica é enfatizada no texto biográfico como uma passagem ritual transformadora. Da casa (família) à rua (Collegio Sete de Setembro), Miguel Calmon completa o ritual que o projetará no mundo (a capital-espço público por excelência). A Escola Politécnica significa a iniciação à liturgia técnico-científica.

Iniciado, ele retorna à cidade natal para efetuar seu primeiro trabalho enquanto homem público: a remodelação da cidade de Salvador. É nesse contexto que a dicotomia entre o público e o privado se manifesta, ainda que de maneira singela. O ingresso na política local emerge como imposição do clã Calmon. O político vinculado ao domínio oligárquico é descrito no texto em leve oposição ao administrador, ao engenheiro, ao técnico.

Público	Privado
Técnico ( <i>engenheiros, administradores</i> )	Político
Fidelidade à ciência	Fidelidade Partidária
Educação ( <i>espaço aberto aos indivíduos</i> )	Herança familiar ( <i>espaço próprio da hierarquia</i> )
Âmbito do sujeito	Âmbito da hierarquia
Modernidade	Tradição
Novo	Velho
Administrador	Coronel/Chefe eleitoral
Competência	Apadrinhamento
Luzes da ciência	Atraso colonial

Todos esses termos são alinhados em oposição, configurando particularidades entre a absorção de um discurso moderno calcado na lógica técnico-científica de uma estrutura social definida pela prática clientelista. De um lado, estaria o âmbito do sujeito moderno, e, de outro, o âmbito de um poder local que organiza e comanda a massa de homens e mulheres (indivíduos biológicos) a ele subordinada: “O pai era um dos chefes eleitorais de maior poderio de todo o distrito da Capital, sendo a vontade popular, aí, sempre consultada por seu intermédio, porque os candidatos que dispunham de seu apoio nunca foram vencidos nas urnas.” Política aqui é sinônimo de paternalismo, no sentido da organização da população pobre em torno de líderes representativos do setor agrário-exportador. Herança das tradições escravista e colonial, a política, nesse sentido, torna-se uma obstrução ao desenvolvimento de um *éthos* burguês e moderno, centrado no modelo contratual do liberalismo.

É natural que os biógrafos apontassem essa tensão entre o homem iniciado para o serviço público e as imposições de sua herança familiar. Entretanto, o que se verifica é a permanente conjugação dessas identidades, em princípio tão contraditórias. Miguel Calmon mantém-se fiel à ciência, mas, também, ao partido e a seu “inesquecível chefe” Rui Barbosa.

Concilia a política local e os cargos administrativos estatais na capital. Ocupa a pasta de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Como homem público, realiza, em Salvador, e em outras capitais do país, obras de engenharia com o rigor técnico-científico que a tarefa exige. Prepara cidades para a incorporação dos futuros cidadãos — a população pobre que vivia à margem da esfera produtiva —, incrementa programas de imigração — o trabalhador europeu torna-se um modelo para essa população marginal, constituída, em grande parte, de ex-escravos. Por outro lado, alimenta as velhas máquinas partidárias, heranças do “atraso colonial”. Pode-se mesmo dizer que a biografia de Miguel Calmon é a conjugação de discursos e práticas dicotômicas.

## NOTAS:

1. Ariés, 1978.
2. Sennett, 1988:32.
3. Segundo Dumont, “numa perspectiva comparativa que enfatiza a ideologia, a nação — a da Europa Ocidental no século XIX — é o grupo sociopolítico moderno correspondente à ideologia do indivíduo. Assim, ela é duas coisas em uma; por uma parte, uma coleção de indivíduos, por outra, o indivíduo no plano coletivo, em face de outros indivíduos-nações” (Dumont, 1985:138). Nesse sentido, ver também Mauss, 1969.
4. Carvalho, 1988.
5. *Idem.*
6. *Idem.*
7. Foot Hardman, 1988:79.

## IX

IMORTALIZAÇÃO POR MEIO  
DAS OBRAS

Ao final da narrativa biográfica fica a indagação: como é possível que os indivíduos, resultados de elaborações tão complexas, possam sofrer da mortalidade humana?

Nas sociedades individualistas, essa questão adquire sua mais completa radicalidade. Por quê? Retomemos o tema clássico da Modernidade: a oposição entre Razão e Religião. Um dos componentes básicos da modernidade e de toda a Filosofia iluminista era o combate à religião: as “luzes” deveriam clarear as trevas em que a religião fizera mergulhar a humanidade. A referência à religião servia em todas as instâncias para designar aquilo que deveria ser vencido na direção da Razão plena, da Ciência. A Sociologia e a Psicologia — os dois reinos maiores do saber moderno sobre o homem — nasceram nesse espaço. A própria noção de indivíduo moderno — sujeito e objeto da reflexão filosófica e seu múltiplo universal — a Humanidade — estariam associados a esse movimento. Mas será que caminhou-se na direção do rompimento com toda a religião ou, sob o manto das fragmentações, das segmentações e individualizações, uma nova lógica totalizante se impôs, deixando entrever novas formas, agora laicizadas, de uma mesma visão de mundo religiosa?

Se, no mundo moderno, o indivíduo é o valor central organizador do todo social, esse mesmo indivíduo tenderá, pois, a constituir-se no foco do sagrado. “O homem torna-se um Deus para o homem”, disse Durkheim. “O homem é facilmente levado a tomar por Deus o Homem que está nele e a erigir-se em objeto de culto.” No templo da Razão, a religião não foi banida, pelo contrário, ela manteve-se no culto do eu, do indivíduo singular, fragmentado do todo, mas constituindo, ele mesmo, uma totalidade.

A preocupação com a permanência póstuma acompanha o avanço das “luzes”. Na medida em que o homem ganha lugar de destaque nas preocupações

dos novos cientistas, uma inquietação torna-se cada vez mais presente: a de que os indivíduos, soberbas riquezas tão paciente e ciosamente acumuladas, possam desaparecer.

Entre as soluções modernas que se entrecruzam para esse problema sinaliza-se a da imortalidade pelas obras, ligada à idéia de homem criador, que terá longa vida na Tradição do artista moderno. Cada homem transforma-se potencialmente num criador. Suas obras e realizações passam a significar a marca de sua passagem pela Terra.

“O sujeito ‘desenvolve-se’ no tempo linear, ‘acumula’ maior identidade, ‘progredir’ na Razão. É preciso assegurar que este processo seja ascendente, ‘progridir’ no sentido da mesma marcha em que deve caminhar agora toda a Humanidade.”<sup>2</sup>

O longo processo que redundou na socialização do indivíduo relaciona-se intimamente com a invenção da memória individual. Para o culto do eu, a memória é vital. É preciso salvar do esquecimento, do esfumamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas. O sujeito busca então a eternização na memória dos outros sujeitos, guardando e arquivando testemunhos evocativos de suas obras e realizações. Desse modo, acredita-se poder superar, ao menos em parte, a tragédia da mortalidade humana. A questão da imortalidade adquire sentido plenamente laico. Pois, durante muito tempo, a memória permanecia impregnada de um sentido religioso. Atribuía-se a imortalidade não aos indivíduos, mas, sim, às almas individuais. Estas podiam sobreviver indefinidamente após a morte. Agora, não. Mais do que tudo, é o indivíduo em sua realização terrena, material que é preciso salvar.

As sucessivas “revoluções” tecnológicas acompanham esse processo. As inúmeras possibilidades de registro, arquivamento e impressão de imagens, sons e textos ampliam-se e tornam-se cada vez mais acessíveis. As biografias, os filmes, as fotografias e os registros fonográficos desenvolvem-se na mesma proporção da multiplicação dos indivíduos.

As fotografias ocupam um lugar especial nessa paisagem. Com a invenção deste instrumento de registro torna-se possível documentar a trajetória dos indivíduos e, principalmente, suas obras e realizações.

Numa coleção biográfica as fotografias formam um conjunto altamente revelador. Elas contam histórias, revelam o ambiente, falam sobre a atmosfera que cercava o personagem principal de nossa trama. É preciso desvendá-las em seu conjunto e dissecar cada uma em sua arquitetura interior. Tal como os objetos tridimensionais, elas, também, são semióforos, pontes entre um mundo visível e um outro, invisível, sobre o qual repousam os significados.

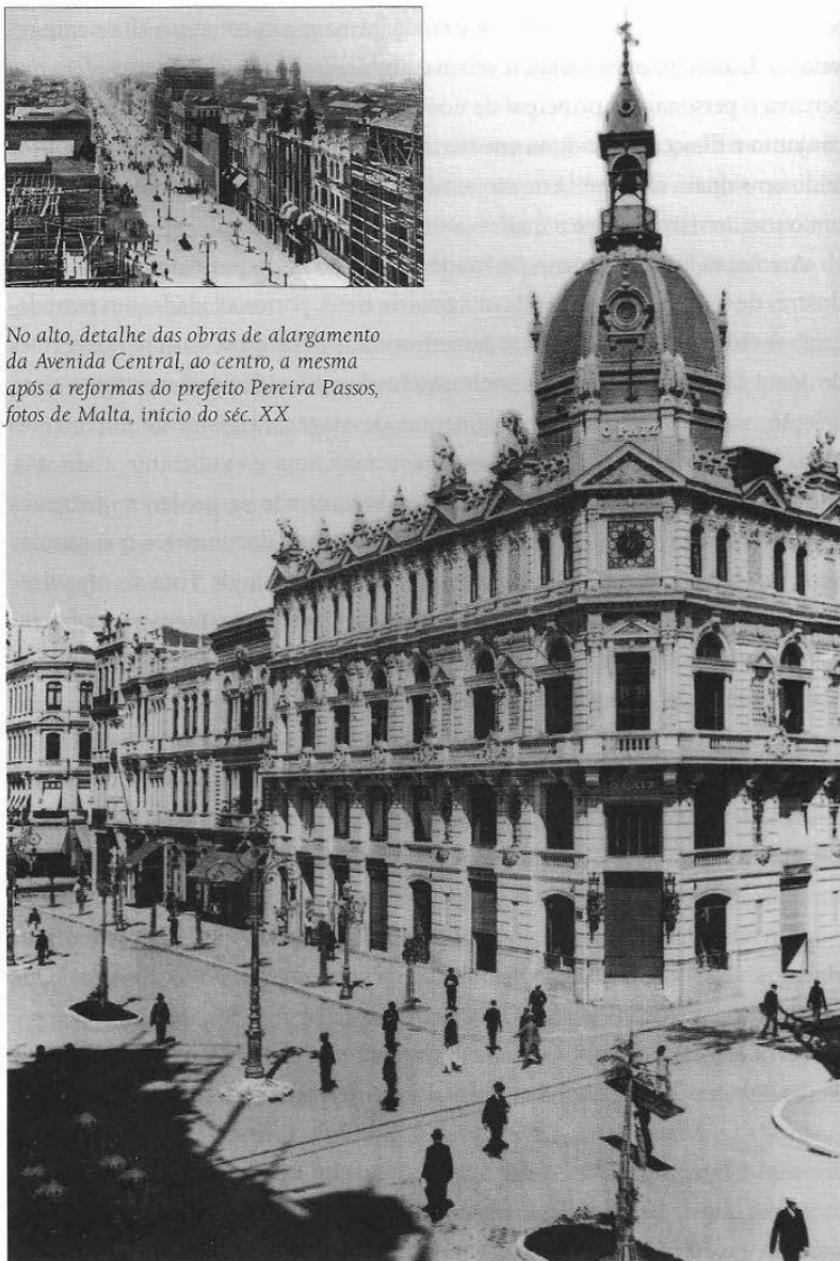
A coleção fornece o pano de fundo, o cenário onde passeiam personagens ilustres de fraque e cartola, onde imagens de trens, portos e cidades em remodelação mesclam-se a pequenas indiazinhas congeladas para sempre nos sertões do Mato Grosso. O fato de panoramas tão diversificados pertencerem a uma coleção nos traz certo alívio. Fragmentos de viagens, registro de imponentes obras públicas, retratos de uma residência majestosa e exuberante, tudo isso, enfim, pode ser desvendado. Informações básicas não se perderam. Sabemos que todas essas fotografias têm um sentido, um fim, documentos que são das grandes obras realizadas pelo homem público. Do ponto de vista do organizador da coleção, são essas imagens que devem ser retidas na memória, arquivadas no museu. São elas que possibilitarão, que atestarão, melhor dizendo, a imortalização definitiva do biografado.

Relacionando os álbuns fotográficos entre si e no interior do conjunto da coleção é possível perceber aspectos que de outro modo nos passariam despercebidos. Antes de mais nada, é preciso esquadrihar as ausências. Por que, por exemplo, não há fotos dos familiares, da infância de Miguel Calmon, de cenas domésticas ou ainda de rituais importantes como o casamento com Alice da Porciúncula? Por que a maior parte das reproduções fotográficas tematizam obras públicas levadas a cabo pelo titular da coleção? Que obras são essas? Que ponto de vista é privilegiado?

Particularmente significativos são os álbuns referentes à pasta de Viação e Obras Públicas, com fotografias assinadas por renomados fotógrafos, como Augusto Malta, Marc Ferrez, Luiz Musso, J. Boscagli, Ernesto Félix de Castro e, provavelmente, Luiz Leduc, fotógrafo da Comissão Rondon. Todos eles têm em comum o fato de haver realizado fotografias encomendadas pelo poder público, fosse em expedições (Luiz Leduc), em documentações específicas de realizações



No alto, detalhe das obras de alargamento da Avenida Central, ao centro, a mesma após a reformas do prefeito Pereira Passos, fotos de Malta, início do séc. XX



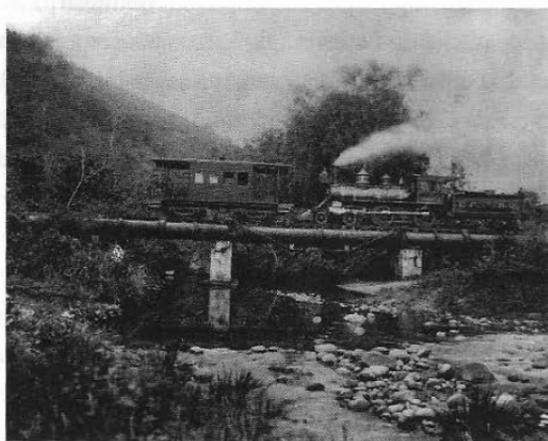
e obras públicas (Marc Ferrez e Castro), em eventos patrocinados pelo poder público (Musso e Cia.) ou, ainda, mediante contrato direto com a prefeitura municipal (Malta).

Esse conjunto merece uma análise detida. Além de configurar o maior número de fotografias incluídas na coleção, ele expressa o ponto de vista particular do homem público que se quer imortalizado. Se o indivíduo em carne e osso se foi, ficam na memória dos outros indivíduos suas obras e realizações.

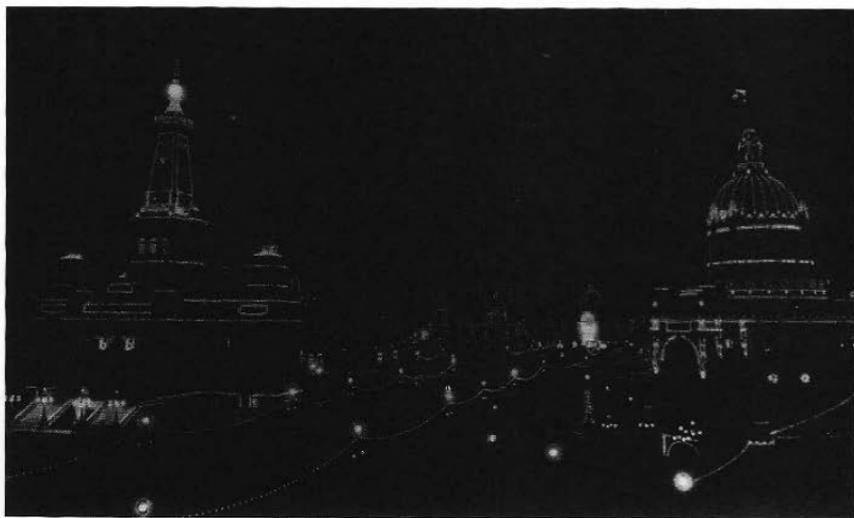
Desse conjunto muitos agrupamentos são possíveis. Mas é importante frisar: alguns temas são recorrentes. Progresso e civilização notadamente. Para os homens públicos daquele tempo, ser moderno era remodelar cidades, implementar ações de grande vulto no território nacional como os trilhos urbanos, as estações telegráficas, a formação dos trabalhadores nacionais.

Assim, pontes, estradas de ferro e canos cortando as matas aparecem com frequência. São recorrentes as imagens de trens, sintetizando visualmente ideais de modernização. “O Brasil é uma criança que engatinha” (dizia Machado de Assis); “só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro.”

Os trens significavam o poder do maquinismo, o domínio do homem sobre as forças da natureza. Sinalizavam, também, a integração das populações dispersas no território nacional.



*Trem de ferro da Central do Brasil, início do séc. XX*



*Detalhe dos efeitos de iluminação da Exposição Nacional de 1908, Urca, RJ, foto de Augusto Malta*

O registro das reformas urbanas constitui tema constante entre essas fotografias. Em fotos de Marc Ferrez, integrantes do álbum *Avenida Central*, é possível vislumbrar uma passagem da remodelação da Avenida Central, no Rio de Janeiro, que serviu de exemplo para outras cidades do Brasil.

Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, registrou o deslumbramento das elites com a luz elétrica na então capital da República. Além de simbolizar a magia da civilização, pelo domínio sobre o desenrolar do dia e da noite, a introdução da luz elétrica tinha um efeito prático, inserindo-se no conjunto de medidas adotadas para afastar as populações pobres e marginais do Centro da cidade e atrair imigrantes e capital estrangeiro.

Dois conjuntos de fotografias destacam-se dos demais. O primeiro focaliza pormenorizadamente a grande “Exposição Nacional de 1908”, considerada como um dos maiores feitos do Ministério Calmon. Com essa exposição, comemorativa do centenário da abertura dos portos, fazíamos eco numa versão tropical aos ideais das grandes exposições universais que desde meados do século XIX vinham sendo realizadas na Europa.



*Vista dos Palácios dos Estados na Exposição Nacional de 1908, Urca, RJ*

O objetivo central desses certamens consistia em exibir as “maravilhas da civilização burguesa” e difundir os ideais de progresso e civilização.<sup>2</sup> O primeiro evento desse tipo ocorreu em Londres, em 1851, no interior de um palácio de cristal construído especialmente para abrigar a mostra. Seguiram-se vários outros, destacando-se a exposição comemorativa do centenário da Revolução Francesa, em 1889, quando a Torre Eiffel foi edificada.

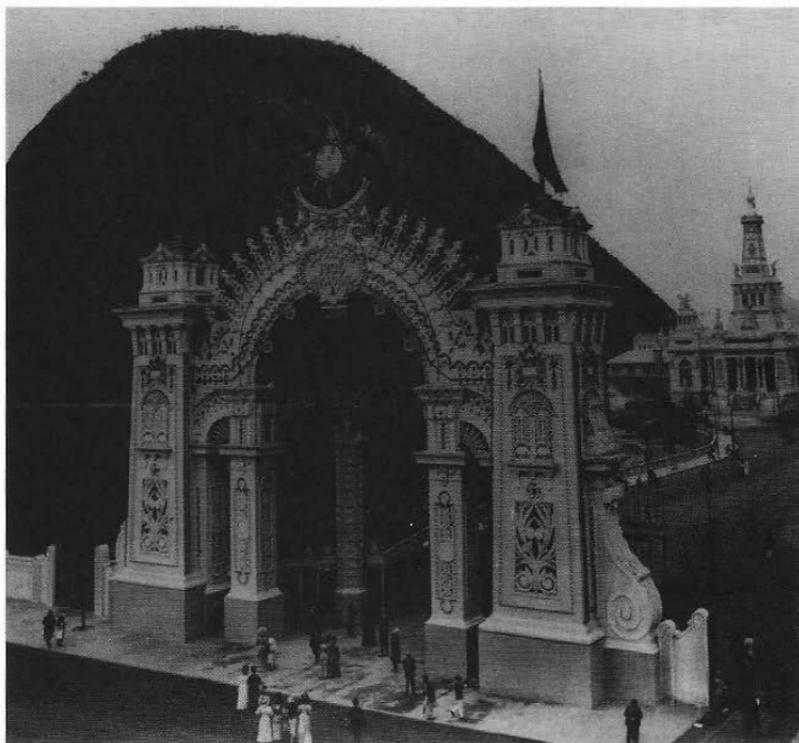
Nessas exposições, os ideais de progresso e civilização estabeleciam hierarquias entre as nações, reforçando as delimitações nacionais. As nações e os seus respectivos produtos eram comparados a partir da valorização da civilização burguesa na Europa (eurocentrismo). As exposições incluíam produtos da indústria moderna e também da agricultura, da mineração e do artesanato. Todos esses produtos eram exibidos no interior de construções que atestavam o progresso da técnica. Do mesmo modo, as idéias de liberdade e igualdade consolidavam-se, anunciando o destino inexorável para o qual se acreditava que toda a humanidade caminharia.

Imbuídas dos pressupostos forjados pelo iluminismo e intensificados pelo evolucionismo — pano de fundo das idéias correntes no final do século passado e início deste —, as elites assumiam messianicamente o papel de condutoras de um processo civilizatório destinado a redimir os povos que ainda estivessem nos estágios de selvageria e barbárie. Acreditavam no poder dos maravilhosos inventos mecânicos para a redenção dos povos. O conceito de progresso norteava a ação desses homens imbuídos da nobre missão de elevar os povos aos mais altos graus de civilização. Os homens públicos, notadamente, consideravam-se verdadeiros apóstolos do progresso, muitos deles seguidores do positivismo de Augusto Comte. As grandes exposições materializavam o culto, representando visualmente idéias de ampla aceitação entre as elites de um Ocidente que se queria moderno.

Os Estados nacionais, formadores das nações modernas e civilizadas, participavam ativamente dessas exposições, constituindo-se em seus maiores patrocinadores. Sob o signo e o poder da indústria e do maquinismo, os homens de Estado procuravam converter essas mostras em arenas pacíficas entre as nações. As exposições universais consistiam ainda num espaço privilegiado para o processo de construção nacional por parte dos países que as sediavam.

A partir de meados do século XIX, a ideologia do progresso arrematou no Brasil os seus apóstolos, a começar pelo próprio imperador D. Pedro II que, personificando a unidade e a tradição do Estado nacional brasileiro, vinculou sua imagem também à introdução da modernidade nos trópicos. O Brasil participou assiduamente das exposições universais. Essa participação era precedida por exposições nas províncias, seguidas por exposições nacionais, onde um levantamento sistemático das forças produtivas e dos bens produzidos na nação era efetuado.

Até o fim da monarquia, o Brasil já havia participado das exposições universais mais importantes ocorridas no Ocidente, como a de 1862, em Londres, a de 1867, em Paris, a de 1873, em Viena, a de 1876, na Filadélfia, e a de 1889, em Paris. Na exposição ocorrida na Filadélfia comemorava-se o centenário da nação americana, e, nessa ocasião, D. Pedro II recebeu uma homenagem, sendo coroado. O governo imperial promoveu ainda a realização de exposições no Brasil. O próprio Marquês de Abrantes teve atuação destacada em alguns desses eventos.



*Porta de abertura da Exposição Nacional de 1908, foto de A. Malta, RJ*

A Exposição Nacional de 1908 era a primeira mostra realizada no período republicano; era, também, a consagração do ministério Calmon. Numa foto de Malta, vê-se a porta monumental de abertura da exposição, passagem para um mundo de civilização, progresso e bom gosto. E, também, ruptura com o atraso colonial.

A exposição tinha duas finalidades principais: enfatizar a imagem do Estado como agente de modernização no Brasil registrando o ingresso do país na nova dinâmica do trabalho livre e da industrialização; e, fundamentalmente, demonstrar que o Brasil, em um século (1808-1908), havia conseguido fazer o percurso necessário para alcançar o grau de cultura que as antigas nacionalidades teriam levado milhares de anos para atingir.

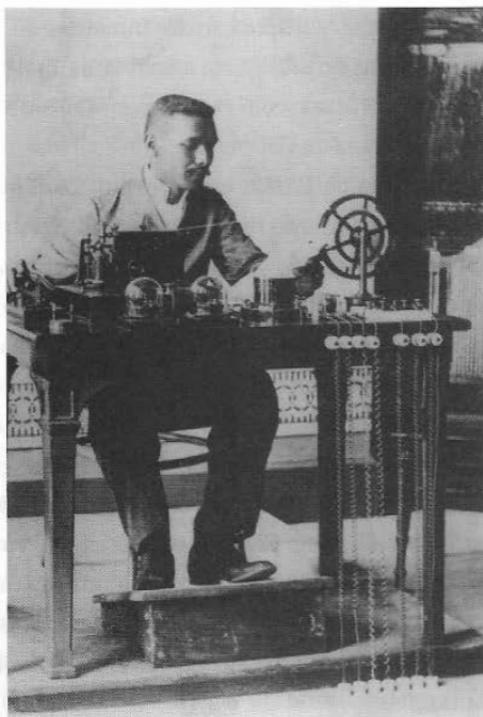


*Vista aérea do traçado arquitetônico dos pavilhões dos estados na  
Exposição Nacional de 1908, na Urca, RJ*

Para abrigar a exposição, todo o bairro da Urca foi remodelado e transformado num cenário feérico, como pode ser depreendido dessa foto de Malta. Alguns edifícios foram aproveitados, como a Escola Militar e a Escola Superior de Guerra, cujo prédio foi concluído para o evento. O traçado arquitetônico dos pavilhões orientava-se por uma lógica didática. Era necessário exibir as maravilhas da civilização burguesa, entre as quais os próprios prédios que abrigavam os produtos.

Centenas de pessoas em trajes de festa percorriam os pavilhões da exposição. Em diversos pavilhões estaduais, o Brasil era representado e exibido como o somatório de características que seriam peculiares a cada estado. Percorrendo a mostra em pequenos vagões de trem, cada brasileiro sintetizava sua própria leitura do Brasil.

O segundo conjunto que merece uma análise pormenorizada documenta a célebre “Missão Rondon”. O então tenente-coronel Cândido Mariano Rondon foi enviado em missão especial pelo Presidente Afonso Pena aos sertões do país



*O engenheiro militar tenente-coronel Cândido Mariano Rondon inaugurando a estação telegráfica de Corumbá, em Mato Grosso, início do século XX*

para introduzir o telégrafo, mapear o território e notificar o Governo sobre as populações encontradas, notadamente as indígenas. Essa Missão teve importantes desdobramentos e foi uma das principais causas de celebração de Rondon. Assumindo na ocasião a pasta da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon teve participação destacada nesse episódio, tendo sido o responsável direto pela nomeação de Rondon. Esse conjunto de fotografias constitui um legado especialmente significativo para as futuras gerações. Por meio de cada uma dessas imagens, a história da “Missão Rondon” é didaticamente contada.

Começemos pelos antecedentes. O engenheiro militar tenente-coronel Cândido Mariano Rondon dizia-se um soldado que jamais pedira nem recusara

serviços, colocando-se sempre “à disposição dos interesses do país”. Assim, partira, em 1890, para os confins do Brasil com a Bolívia, a fim de construir a linha telegráfica de Cuiabá a Bela Vista, com ramais para Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Coimbra e São Luiz de Cáceres.

Retornara em princípios de 1907 e, em fevereiro, foi convidado para uma conferência com o presidente Afonso Pena, que lhe mostrou um estudo de 1904, do Dr. Francisco Bhering, intitulado *O vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas*. Nesse estudo, o Dr. Bhering sugeria a criação do serviço telegráfico no vale do Amazonas, que considerava um problema nacional e da maior importância. Para reforçar suas idéias, o Dr. Bhering anexava ao projeto as opiniões de dois ilustres engenheiros, Euclides da Cunha e Leopoldo I. Weiss.

A autoridade dos estudos técnicos dos engenheiros nesse período era de tal ordem, que o presidente Afonso Pena incumbiu o também engenheiro Rondon da missão idealizada por Bhering. Rondon entrou, então, em contato com o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o também engenheiro Miguel Calmon, para estabelecer as bases de organização da comissão. No dia 4 de março de 1907 ficou aprovada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas.

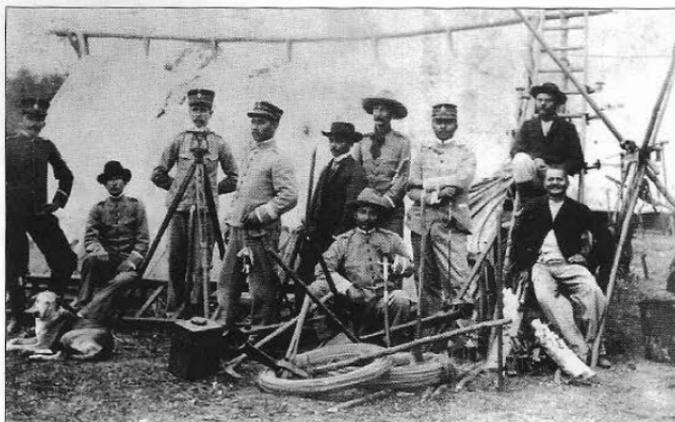
A linha telegráfica partiria de Cuiabá, passando pelas povoações de Guia e Brotas, pelas vilas de Rosário e Diamantino. Haveria ainda muitas linhas, um ramal para Mato Grosso, que seria um prolongamento da linha de Cáceres, outro ramal para o forte do Príncipe da Beira. De Santo Antônio da Madeira partiria uma linha até as prefeituras de Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. O último grande ramal chegaria até Manaus.

Preocupado com a documentação do trabalho da comissão, Rondon comprometia-se, ao final de todo o serviço, a organizar um relatório geral para informar os ministérios envolvidos no projeto, o da Guerra e o da Indústria, Viação e Obras Públicas. Esse relatório pretendia informar quanto ao valor do terreno explorado, sua topografia e estatística, e, principalmente, sobre os índios que porventura houvesse na zona que a linha pretendia atravessar.

Consciente de que somente a documentação ou, como ele dizia, o relato “*urbi et orbe* de tudo o que foi feito, de tudo o que foi visto e de tudo o que

haveria de fazer” tornaria a empresa bem-sucedida, Rondon integrou à equipe da comissão — que englobava um contingente de 350 praças com a respectiva oficialidade — um fotógrafo. Com a documentação escrita e fotográfica sobre o trabalho da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas, Rondon realizou duplamente o empreendimento que lhe confiou o presidente Afonso Pena e o ministro Miguel Calmon: no plano material e no plano da memória. Curiosamente, talvez tenha sido nesse segundo plano que o empreendimento tenha sido mais bem-sucedido, já que os sertões nunca foram de fato incorporados ao “patrimônio da Humanidade triunfante” como Rondon esperava. Em muitos casos, o que restou do trabalho da comissão foram alguns tantos postes e fios perdidos nos acasos das matas, sem quaisquer sintomas de finalidades práticas, como assinalou Lévi-Strauss em viagem à região na década de 50.<sup>3</sup>

Destino diferente tiveram os relatórios e os álbuns fotográficos registrando o trabalho da comissão, integrando o acervo fotográfico da coleção de que ora nos ocupamos. Além dos relatórios descrevendo o trabalho da Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, também dela fazem parte os álbuns fotográficos de parte dessa segunda expedição, de Mato Grosso ao Amazonas, realizada sob a jurisdição do ministro Miguel Calmon. Todo esse



*Comissão construtora de linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, “Comissão Rondon”, início do século XX*



*Criança indígena fotografada pela "Comissão Rondon", início do século XX*

material configura notável síntese visual dos ideais de progresso e modernização no início do século e de sua difusão pelo interior do Brasil. As fotografias retratam desde o trabalho de construção até as festas de inauguração de pequenas estações telegráficas.

Cabe assinalar que os engenheiros militares foram os principais responsáveis pela criação e implementação das comissões telegráficas, idealizadas para ligar os diversos pontos do país. Lima assinala que o caráter estratégico da comissão conferia seu sentido propriamente militar. O engenheiro militar, por sua própria formação, estaria encarregado de construir a nação: além de contar, em sua bagagem, com os mesmos conhecimentos do engenheiro civil (eminentemente técnicos), era-lhe, ainda, facultado o exercício da violência legítima. O poder do Exército cresceu e ampliou-se ao longo da Primeira República. A idéia de que a salvação da pátria era, sobretudo, tarefa dos militares crescera, dentro do Exército, desde a Guerra do Paraguai, fortalecendo-se com a Proclamação da República.

O engenheiro militar, soldado-cidadão, era o agente de salvação da nacionalidade, missão civilizadora que consistia em descobrir e demarcar o território geográfico, submeter e civilizar os que vivessem à margem da nação, significando torná-los produtivos e engajados nesse mesmo esforço.<sup>4</sup>

Um dos pontos considerados estratégicos pela Comissão de Instalação das Linhas Telegráficas era o contato com os índios. Havia um sentido de mapeamento da quantidade de populações indígenas no território e de fornecimento de dados para estudos sobre as tribos e os tipos indígenas nacionais. Por outro lado, havia uma indagação: na meta do progresso, o que fazer com os índios?

A teoria da evolução social funcionava, segundo Castro Faria, como um paradigma teórico nesse período. Ela encompassava o pensamento das elites intelectuais e políticas, “uma espécie de visão de mundo científico-social”.<sup>5</sup> Os povos indígenas eram tomados como inferiores quer em relação à civilização nacional, quer em relação à raça branca. Para os positivistas, por exemplo, os povos indígenas encontravam-se numa fase evolutiva primária.

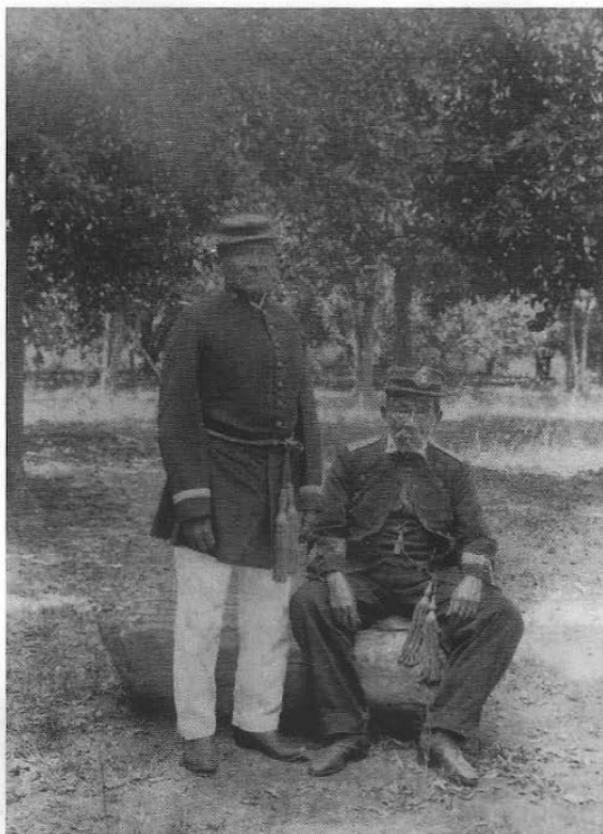
A questão polêmica consistia em avaliar a capacidade ou não da evolução dos povos indígenas; isto é, a capacidade de se transformar dentro de um *continuum* numa direção ascendente do inferior ao superior. Lima assinala posições diferenciadas quanto à questão indígena no começo do século. Havia,

por exemplo, a posição do cientista alemão do Museu Paulista, Von Hering, segundo a qual “tais grupos não seriam capazes de ‘evoluir’, devendo ser entregues a seu próprio arbítrio, sem se esperar que contribuíssem ao ‘desenvolvimento nacional’, senão episodicamente. No mais, retarda-lo-iam ao se miscigenarem à população de ‘raça branca’ introduzindo, por essa mesma mistura, um dado de degradação. (...) No caso dos positivistas, “a marcha inelutável da humanidade”, através dos três estágios, conduzi-los-ia ao abandono dessa primeira condição. (...) Outra visão era de que, embora inferiores, poderiam evoluir dentro de certos limites e contribuir para o progresso da nação. Tratava-se, apenas, de educá-los”.<sup>6</sup>

Em todas as posições era comum a intenção de abrir terras à colonização do interior, de realizar o “extermínio da selvageria” em termos étnicos, e de conferir aos índios um papel em relação à nação. Todos se posicionavam no sentido da proteção e da pacificação dos índios bravios. A demarcação deveria se dar na medida dos interesses nacionais (jazidas, telégrafos...). Os territórios já habitados por grupos indígenas deveriam ser resguardados. Caso os interesses nacionais não permitissem, os grupos indígenas seriam forçosamente transferidos.

No álbum *Construção das Linhas Telegráficas, Mato Grosso, 1906*, é flagrado um encontro da comissão com indígenas. Rondon notabilizou-se por uma prática singular de relacionamento com os povos indígenas. Miguel Calmon, em relatório ao Presidente Afonso Pena, fez o seguinte comentário:

*“Muito cooperou para chamar ao domínio da civilização os nossos míseros aborígenes, perdidos no interior do Estado de Mato Grosso, o engenheiro-militar tenente-coronel Cândido Mariano Rondon, em serviço naquele Estado, por parte da Repartição Geral dos Telégrafos. O dedicado e laborioso explorador, sempre animado dos melhores sentimentos, conseguiu por meios brandos e suavórios a colaboração dos indígenas nos árduos trabalhos a seu cargo, e, pelos benefícios que lhes prestou, pôde captar-lhes a confiança, verificando que muitos resultados se poderão colher desses elementos desaproveitados.”*<sup>7</sup>



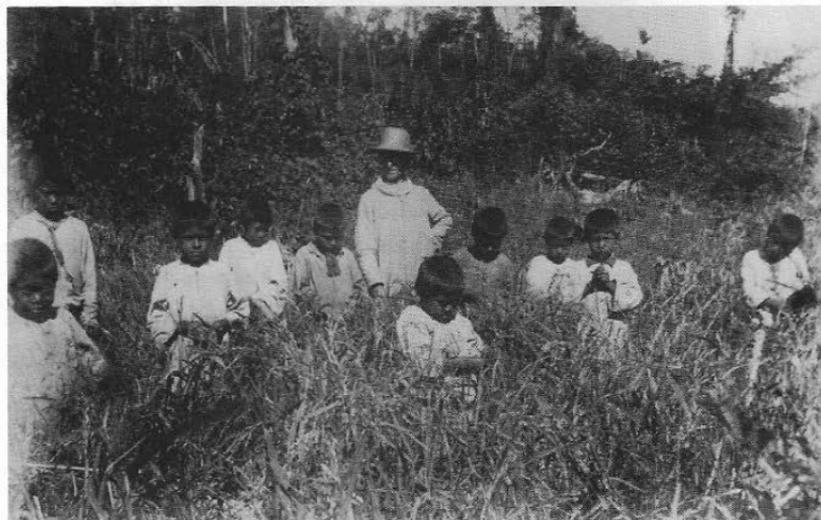
*Caciques da tribo Terena vestindo uniforme militar, fotografados pela "Comissão Rondon", início do século XX*

A preocupação inicial da Comissão com relação aos povos indígenas consistia em documentar os tipos indígenas, suas vestimentas e seus utensílios (arco e flecha eram anotados, por exemplo, como símbolos do estágio primitivo em que se encontravam).

Lima sinaliza duas posições básicas, subjacentes às discussões quanto ao papel dos povos indígenas dentro da questão mais vasta da construção da nação no Brasil.

*“Considerar os povos indígenas como outros e, portanto, fora da nação brasileira, frente aos quais pode-se tomar uma atitude agressiva de defesa ou ataque, ou procurar respeitá-los como tais; ou considerá-los como incluídos nesta nação, quer como origem, quer potencialmente como parte (isto é, uma vez submetidos a tratamento adequado para que se transformem plenamente) desse ‘nós’ que a define.”<sup>8</sup>*

A 17 de novembro de 1908 foi publicada, no *Jornal do Commercio*, uma moção da Sociedade Nacional de Agricultura, propondo a ação governamental para estabelecer a “instrução e educação cívica em colônias agrícolas para os índios que fossem vencidos pelo carinho e a bondade dos representantes do Estado. (...) Assim, o progresso educacional desenvolvido pelas estações agrícolas localizadas em territórios ocupados por índios acabaria por conduzi-los a espontaneamente imitar os métodos de cultivo dos brancos”.<sup>9</sup>



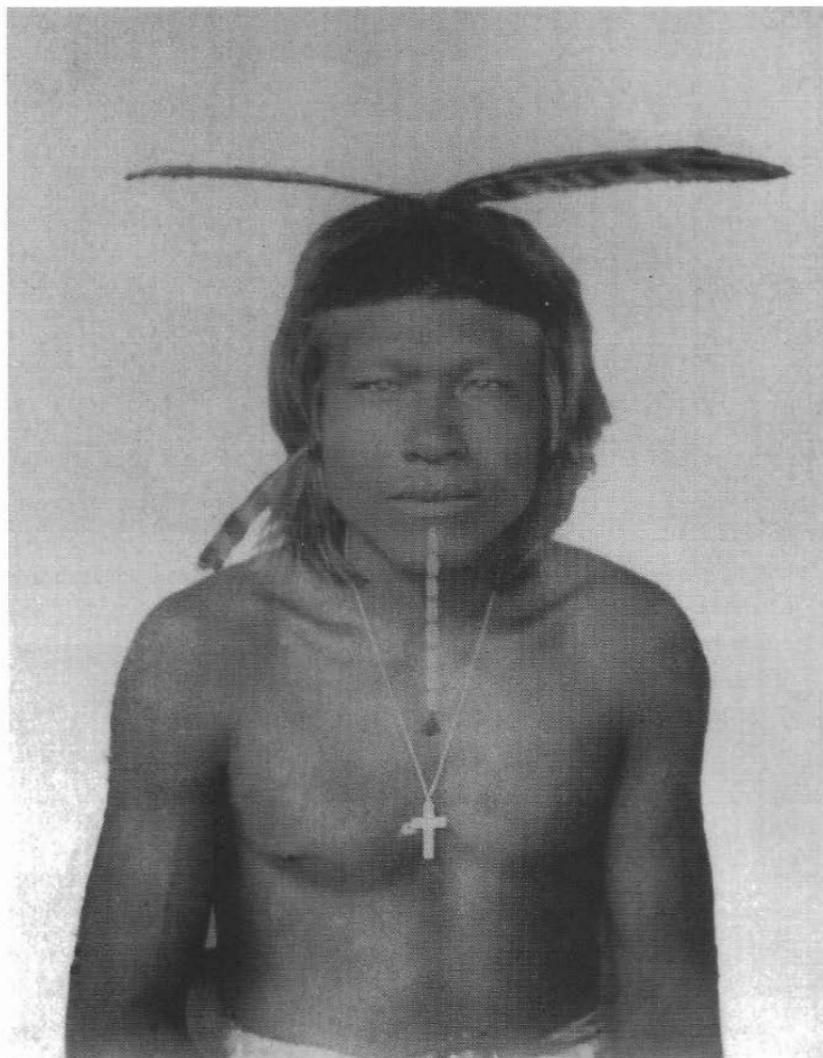
Colônia Agrícola



*Missionárias ensinando religião para índias bororos  
no Mato Grosso, início do século XX*

A instalação de colônias agrícolas em territórios indígenas representou passo decisivo para a formulação de uma política indigenista, que resultou na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Significou, ainda, o momento ritual em que, efetivamente, uma proposta saiu vencedora no campo de disputas com relação ao destino das populações indígenas. Essa posição que Lima denominou de proteção fraternal englobava as “agências situadas no campo político e intelectual com predomínio de participantes diretos ou indiretos do aparelho de Estado”.<sup>10</sup>

Segundo Lima, essa posição era partilhada, sobretudo, pelos engenheiros. Partia do pressuposto de que os povos indígenas se situavam na origem e, enquanto componentes da nação e nesse sentido, deveriam ser incorporados sob a tutela e hegemonia dos ocidentais civilizados. Surgiram, assim, muitos trabalhos missionários junto a grupos indígenas subsidiados pelo Estado. O fotógrafo da Comissão Rondon documentou algumas dessas Colônias Agrícolas.



Índio fotografado pela "Comissão Rondon", início do século XX

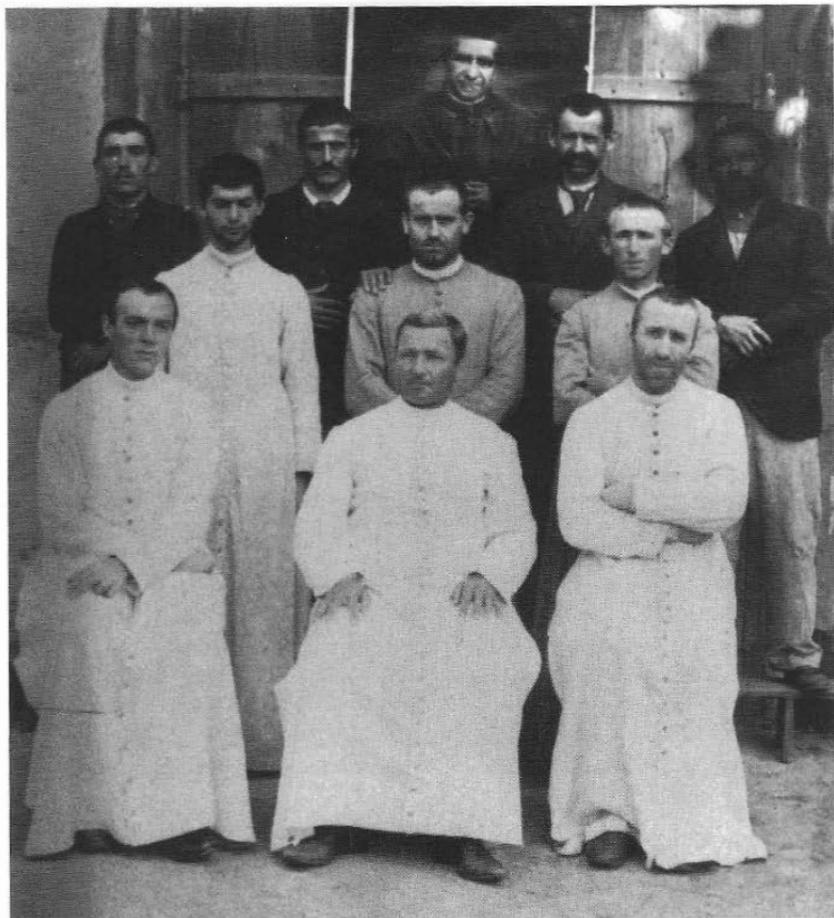


*Missionárias ensinando costura para índias bororos,  
na Colônia Sagrado Coração*

*“Hoje, ninguém confunde mais educação e instrução: esta, muitos podem ministrar; mas, aquela, só missionários, lenta e pacientemente formados na cultura pedagógica, logram exercitar.”<sup>11</sup>*

Os missionários foram chamados a participar do projeto de unificação nacional. Eles completariam o trabalho iniciado pelos engenheiros militares. Enquanto esses apóstolos do progresso canalizavam seus esforços para a construção material da nação, os missionários, pastores da civilização, realizavam trabalho educacional em várias direções: unificação do código lingüístico, disciplinação dos corpos, homogeneização cultural, transformação de hábitos e costumes, e, sobretudo, formação de trabalhadores nacionais.

O Brasil, na concepção de Miguel Calmon, era uma nação “com terrenos inaproveitados em ampla extensão por falta de braços”. A política de localização de



*Missionários Salesianos responsáveis pela educação de índios bororos no Mato Grosso*

colônias agrícolas dirigidas por missionários nas terras indígenas descobertas pela Missão Rondon tinha um duplo objetivo: incluir os povos indígenas na nacionalidade; forjar novos trabalhadores. Essa política associava-se à atração de imigrantes para o território nacional. Segundo Miguel Calmon, o imigrante europeu contribuiria para elevar o padrão da raça brasileira. Uma vez que esse padrão se elevasse, os elementos indígenas aculturados contribuiriam para o progresso nacional.

Uma foto apresenta os missionários salesianos dirigentes da Colônia Sagrado Coração, fundada em 1901, no Barreiro, a 75 léguas de Cuiabá. Foi construída para a educação dos índios bororos na região. No centro, sentado, o padre Antônio Malan, inspetor da Missão.

Em relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, de 1908, Miguel Calmon assinalou a alocação de verba “para auxílio à catequese dos índios e à manutenção e desenvolvimento das colônias agrícolas de Mato Grosso”.



*Meninas bomms e suas mestras, freiras da missão salesiana, posam com a bandeira do Brasil*

Outra foto sintetiza a concepção de trabalho educativo desenvolvida junto aos índios pelos missionários salesianos sob a determinação e o patrocínio do governo federal. Vestir os índios, disciplinar seus corpos (vide a postura corporal das meninas), introduzir hábitos e costumes civilizados, forjar pessoas nacionalizadas. Os missionários eram os agentes do processo. A bandeira do Brasil

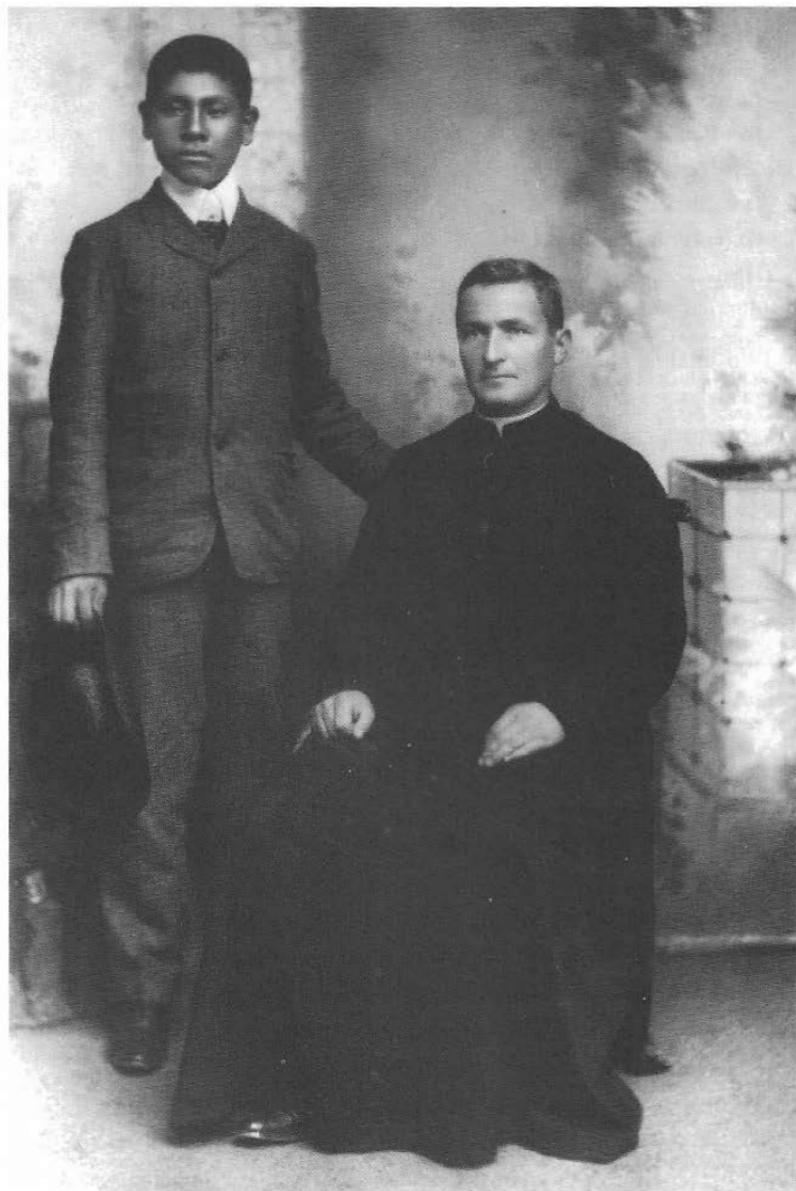
estrategicamente colocada acima das meninas sinalizava “Ordem e Progresso”: unir, homogeneizar, pôr fim às diferenças. Enfim, a nação precisava ser construída: moderna e civilizada. A nação e as pessoas nacionalizadas.



*Banda de música formada por índios bororos  
e organizada por padres salesianos.*

*Na página ao lado:*

*O criador e a criatura: o missionário salesiano  
posa ao lado de índio bororo já transformado  
em ser civilizado*



## NOTAS:

1. *Duarte*, 1983:41.
2. *Foot Hardman*, 1988:49.
3. *Lévi-Strauss*, 1955.
4. *Lima*, 1985:438.
5. *Castro Faria*, 1978, apud, *Lima* 1985:474.
6. *Lima*, 1985:150.
7. *Almeida*, 1909:215.
8. *Lima*, 1985:150.
9. *JORNAL DO COMMERCIO*, 19/12/1918, apud *Lima*, 1985:148.
10. *Lima*, 1985:506.
11. *Almeida*, 1912:12.

## X



## INSÍGNIAS DO HOMEM PÚBLICO

Numa outra seqüência de fotos, cuidadosamente coladas num álbum, distinguimos o então ministro durante a abertura da Exposição nacional comemorativa do centenário da abertura dos portos e da chegada de D. João VI ao Brasil. Primeiro, a chegada triunfal a bordo de uma vitória. Em seguida, a caminhada ao lado do Presidente Afonso Pena e de outros homens do governo. No cenário da rua, do mundo público, apenas os homens caminham. Por fim, a foto para a posteridade. Miguel Calmon, ao lado de Afonso Pena, distingue-se pelo traje de casimira inglesa, pela cartola, pela bengala, pelo porte, pelos bigodes tratados e, fundamentalmente, pela expressão de seriedade e pelos ares de inteligência — marcas indelévels dos homens públicos de seu tempo. Homens empenhados na nobre tarefa de transformar radicalmente a natureza — mãe gentil — numa criatura civilizada, de bom gosto, erudição, fino trato.

Os atributos pessoais funcionavam como emblemas da nova ordem que os homens públicos procuravam implementar. As elites sinalizavam com o próprio corpo o estágio de civilização que deveria ser virtualmente alcançado. Mas apenas virtualmente, pois esses emblemas funcionavam, sobretudo, como símbolos de distinção.

*“A bengala foi por vezes (...) considerada arma aristocrática de defesa ou agressão, em contraste com o cacete plebeu: arma de cafajeste. Era elegante alguém ser agredido a bengaladas, como o Conselheiro Rosa e Silva (...) uma tarde, à porta da Chapelaria Watson, no Rio de Janeiro, pelo industrial Delmiro Gouveia. Em geral, havia “troca de bengaladas”: conflito entre cavalheiros. O humilhante era um homem fino, de cartola e fraque, ser agredido a cacetadas por cafajestes ou capoeiros. Ou a tabicadas, por um caipira ou mulatão de engenho.”<sup>1</sup>*



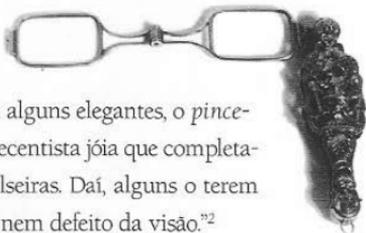
No alto:  
O Ministro Miguel Calmon  
numa vitória, chegando para  
a abertura da Exposição  
Nacional de 1908, Urca, RJ,  
foto de A. Malta

Ao lado:  
O Presidente Afonso Pena e o  
Ministro Miguel Calmon  
durante a solenidade de  
abertura da Exposição  
Nacional de 1908, Urca, RJ,  
fotos de A. Malta



Alguns adereços serviam, muitas vezes, para denotar civilização, como assinala Gilberto Freyre, a respeito do *pince-nez*:

“Muitos os homens notáveis de *pince-nez*: os políticos e não apenas os intelectuais (...). Para algumas senhoras e mesmo para alguns elegantes, o *pince-nez* de ouro tornou-se no Brasil mil e novecentista jóia que completava os anéis, os brincos, os broches, as pulseiras. Daí, alguns o terem usado por elegância (...) e não por miopia nem defeito da visão.”<sup>2</sup>



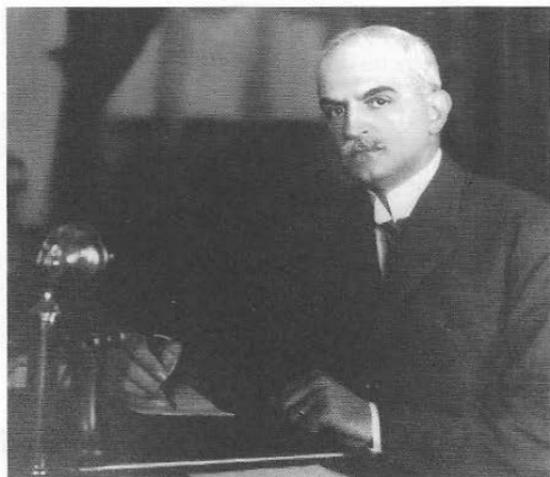
Analisando os costumes das elites, no começo do século, Freyre ressalta, ainda, que esse período foi marcado “pela predominância do fraque sobre a sobrecasaca; (...) do *pince-nez* sobre os óculos; e, também, do bigode sobre as barbas”.<sup>3</sup>

Além dessas fotos de autoria do então fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, Augusto Malta, em que Miguel Calmon aparece como um dos protagonistas da Exposição Nacional de 1908, há, ainda, quatro retratos do titular da coleção. Num deles, ele aparece já rapaz, bem penteado, bem trajado, com aspecto de seriedade, num prenúncio do futuro ministro. Não há fotos de sua infância, sua família, seus pais, seus irmãos, sua esposa. Para o museu, apenas a memória de sua trajetória pública.

Numa aquarela de 1923, ele aparece ainda enquanto ministro da Agricultura. Empurrando uma charrua num campo que se perde de vista, o ministro enfatiza o valor positivo do trabalho com as mangas arregaçadas. Difícil imaginar um trabalhador manual que envergasse gravata tão bem enlaçada. Fica evidente que o ministro está apenas posando. Seu olhar permanece ao longe, como se estivesse mais preocupado com seus interlocutores do que efetivamente com a charrua. Seu corpo não partici-



Aquarela de 1923, retratando Miguel Calmon quando Ministro da Agricultura

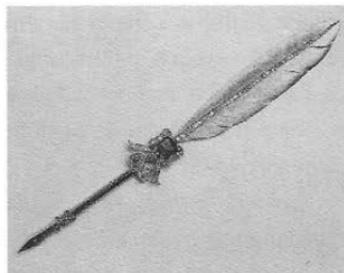


*O Ministro Miguel Calmon em sua residência no Rio de Janeiro*

pa do movimento de empurrar a charrua, ele apenas a segura com as mãos. A gravata, o colarinho, nesse contexto, são adereços que funcionam como símbolos de distinção.

Contrastando com essa imagem, outra foto retrata-o em seu hábitat natural: sentado à sua mesa de trabalho. Nessa, a mesma expressão de seriedade e, sobretudo, confiança. Calmon escreve. Ao contrário da atitude de posar com a charrua, aqui ele efetivamente escreve. A gravata e o colarinho são do mesmo feitio da foto anterior. Nessa, entretanto, ele está mais composto, vestindo paletó abotoado. O telefone, além da caneta, encontra-se em primeiro plano: instrumentos de trabalho, símbolos de distinção e de modernidade. Ao fundo, uma cortina presa ao canto, deixa a janela à mostra, e o ambiente exala sobriedade.

As canetas representam o principal instrumento de trabalho do homem público. Ao todo, foram doadas 11 canetas, 10 em ouro, uma de plástico. Todas foram utilizadas pelo titular da coleção para assinar atos relativos às principais obras de sua vida pública: exposição de 1908; inauguração do Serviço de Abastecimento de Água à Ilha de Paquetá; criação da Estrada de Ferro de Alcobaça, no Estado da Bahia; criação da Estrada de Ferro de Goiás.

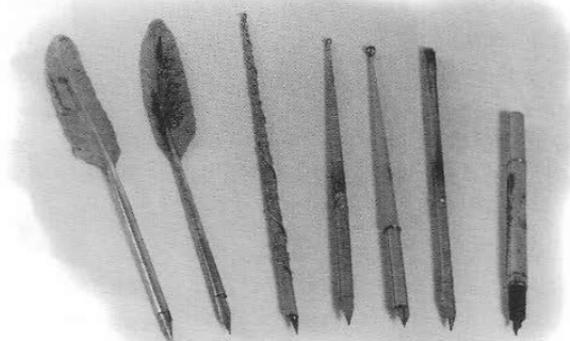


*Caneta em ouro, esmeralda e brilhantes, comemorativa da assinatura da Lei Áurea, com inscrição: "Á D. Isabel, a redentora, o povo brasileiro"*

Nos museus históricos, as canetas são objetos valorizados. No ritual de olhar objetos historicamente significativos, elas emergem como marcos, divisores entre dois tempos na instauração de fatos novos, uma vez que aparecem associadas a atos do governo, com elas assinados. Ilustrativo é o caso da caneta que foi oferecida à Princesa Isabel, por subscrição pública, pela assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que se encontra no Museu Histórico Nacional e é bastante solicitada pelos visitantes,

como se, por meio do olhar, pudessem reviver um momento ritual de transformação de um dos capítulos da História do Brasil: o fim da escravidão.

Existem, ainda, alguns objetos singulares, atributos do homem público, utilizados na mesa de trabalho, tais como dois pesos para papéis que tematizam o progresso vinculado a obras de engenharia: o primeiro, em mármore, foi retirado das rochas do Monte Simplon, quando nele se abriu o túnel que liga a França à Itália; o segundo, em aço, é um pedaço de trilho, cortado verticalmente, com a inscrição "E.F. Central do Brasil, 1907".



*Conjunto de canetas da coleção de Miguel Calmon, em ouro e pedras preciosas*

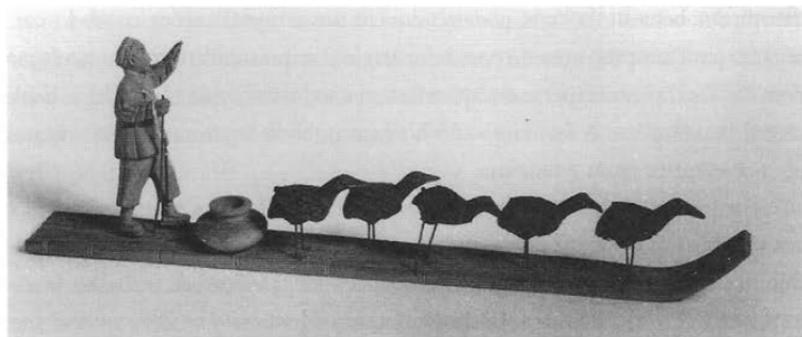
A extrema valorização das obras de engenharia sinalizava a crença na ciência como religião. Esses objetos são relíquias desse culto, evocam as transformações radicais dos ambientes naturais, em busca da evolução da humanidade e do domínio científico das forças da natureza. Esse poder de evocação significa também a cristalização de valores próprios da modernidade.

De sua mesa de trabalho, vale a pena citar um corta-papel em bronze, um prende-livros para mesa, ambos do século XX, em bronze e mármore italiano, uma águia de bronze, também para prender livros, um bloco de notas, de madeira envernizada com guarnição dura de ouro a um canto, homenagem do Derby Club.

Esses objetos demonstram requinte, principalmente com relação ao uso de metais nobres — ouro e bronze. A águia, em sentido figurado, pode estar associada a pessoa de grande talento e perspicácia, pessoa notável, como se verifica nos casos dos codinomes atribuídos a Rui Barbosa, “Águia de Haia”, e a Napoleão I, “Águia de Austerlitz”. Nesse contexto, a águia de bronze da coleção me parece expressiva, podendo mesmo significar a noção de elite na tradição iluminista: acima das massas, a guiar-lhes os destinos; distanciada dos comuns mortais e voando alto no céu.

*Alguns livros da Coleção Miguel Calmon presos por duas águias de bronze, também da coleção*





*Miniatura de jangada javanesa com pescador acompanhado de corvos marinhos, aves adestradas para a pesca, século XX*

Os troféus de viagens são objetos curiosos, exóticos, adquiridos em viagens a diferentes localidades. Também expressam curiosidade pelo conhecimento. No caso específico da viagem à Ilha de Java, em 1905, os objetos são compostos de curiosidades, como reproduções em madeira de figuras e objetos javaneses, século XX: carrinho de mão, jangada de pescador, canoa de pesca, canoa de passeio; reproduções em miniatura de armas, de instrumentos de trabalho agrário etc.

Ao lado desses objetos curiosos e exóticos, figuram peças representativas de hábitos e costumes, como fumar e frequentar teatros, por exemplo. Há um conjunto de tabaqueiras finas, confeccionadas em madrepérola ou marfim. Três caixas de confeitos pintadas a mão são relíquias de alguém que frequentou o teatro da moda. Trabalho francês, essas caixas trazem estampas como flores ou uma representação do príncipe e do usuário. Nessa sequência de objetos, denotando hábitos requintados, um merece destaque, embora não faça parte do que se poderia chamar de uso pessoal do titular. Trata-se de uma caixinha de pó de ouro usada para empoar os cabelos das damas, em ocasiões festivas.

Há uma classe de objetos referenciados exclusivamente à pessoa. Estão intrinsecamente ligados a ela e servem para construir sua imagem pública. São os diplomas, as medalhas e os distintivos. Mais do que quaisquer outros, esses bens só fazem sentido quando associados a quem pertenceram originalmente. No

campo dos bens simbólicos, podem adquirir novas significações; contudo, carregarão para sempre a aura do possuidor original, expressando íntima vinculação com ele. Os diplomas (perto de 50!) refletem a valorização de um saber institucional, acadêmico. A formação do homem público legitima-se pelos rigores técnico-científicos da Academia.

A valorização do conhecimento adquirido nas escolas e universidades é uma tônica em nossa cultura. Ainda hoje, é comum encontrar diplomas emoldurados e pendurados nas paredes de escritórios e gabinetes de trabalho. Mediante a exibição pública de seus diplomas, os profissionais buscam estabelecer, no exercício de suas funções, uma relação de confiança com o público, evocando o espírito cultivado e o grau de saber alcançado.

Os de Miguel Calmon funcionam como distintivo, indicando seu espírito letrado. Fazem jus à constituição biográfica e ao fato de esse homem público ter ocupado postos elevados na administração estatal. Assim, predomina, nesse



*Título de sócio e protetor da Liga Marítima Brasileira, RJ, 1907. Alegoria Naval. A figura da República saudada por marinheiros. Vista do Porto do Rio de Janeiro*

caso, o discurso da competência técnica do indivíduo, em detrimento de seu lugar na hierarquia. Em outras palavras, há intenção em demonstrar a capacidade individual, responsável por seu sucesso pessoal. O inverso seria a determinação social, a ocupação de cargos políticos por atributos familiares, por características hereditárias.

Os diplomas dessa coleção referem-se, principalmente, às áreas de formação científica, a entidades voltadas para o progresso e a modernização do país, a entidades específicas de agricultura, a associações comerciais e a entidades internacionais. Há, também, diplomas que vinculam o biografado a instituições e irmandades religiosas de caridade e a agremiações recreativas.

A identidade de engenheiro sobressai. No diploma de Engenheiro Civil, o então diretor da Escola Politécnica, Dr. José de Saldanha da Gama, faz saber que o brasileiro Miguel Calmon “acha-se habilitado a exercer a profissão de Engenheiro Civil” em 12 de maio de 1900. No meio das assinaturas, uma rodela de papel em branco indica que ali esteve afixada uma medalha de prata, prêmio de quem obteve excelente classificação durante o curso.

O diploma de 1908, assinado pelo Presidente Paulo de Frontin, serve para atestar o ingresso como sócio efetivo do Clube de Engenharia, importante entidade do período.<sup>4</sup>

O diploma do Instituto Politécnico Brasileiro, de 1908, é também um documento de uma instituição voltada para o “estudo e a difusão dos conhecimentos técnicos e práticos dos diferentes ramos da Engenharia e das ciências e artes acessórias”.

Há, ainda, diplomas de entidades científicas. Vale destacar o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1914, onde a figura alegórica da História se situa entre os atributos das Ciências e das Artes. Nessa categoria, encontram-se outros diplomas, como, por exemplo, o de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1907.

Outros documentos atestam sua participação em eventos, como o da Exposição do Centenário, em 1922, a mesma que originou o Museu Histórico Nacional. Alguns desses diplomas são aquarelas especialmente pintadas por artistas consagrados. Numa certa quantidade dessas aquarelas, vemos a Baía de Guanabara ao lado de imagens que representam o trabalho, a ciência, a



Diploma de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das instituições científicas mais importantes da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. Litografia representando uma vista da Baía do Rio de Janeiro. No primeiro plano, figura alegórica da História entre os atributos das ciências e das artes

modernidade, o progresso. Essas iconografias reiteram o discurso vitorioso dos primeiros anos do século XX, de afirmação da técnica e da ordem fabril. Entre esses diplomas, encontra-se o de sócio-honorário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que consiste numa aquarela de Henrique Bernardelli, representando o recinto da Exposição Nacional de 1908. Ao alto, figuras alegóricas do trabalho e do comércio. Embaixo, reproduções do selo da Associação Comercial. Dos lados, as figuras da arte e da indústria sustentando a cartela em que estão os dizeres: “Estradas de Ferro, Portos, Exposições Nacionais, Povoamento do Solo, Agricultura.”

NOTAS:

1. Freyre, 1974:677.
2. Freyre, 1974:683-684.
3. Freyre, 1974:683.
4. Ver Carvalho, 1988.

## XI

## UM HOMEM DE LETRAS

A identidade dos homens públicos na República Velha passava fundamentalmente por sua condição letrada. De maneira geral, na virada do século, as letras representavam importantes bens simbólicos. As elites se relacionavam com livros que eram arrumados em estantes num espaço nobre das residências: os gabinetes de trabalho, lugares geralmente próprios dos homens, dos chefes de família. Esses, talvez, tenham sido bons motivos para levar Alice da Porciúncula a incluir a biblioteca pessoal de Miguel Calmon na coleção.

Considerada de grande porte pelos técnicos do Museu Histórico Nacional, essa biblioteca acompanha a trajetória do sujeito. Os livros que a compõem

foram adquiridos pelo titular da coleção no percurso de sua vida.

Apenas alguns poucos volumes foram herdados. Em linhas gerais, são publicações que vão do final do século passado até os últimos anos da década de 30 deste século, quando Miguel



*Livros de autoria de  
Gustavo Barroso na  
Coleção Miguel Calmon*

Calmon faleceu. Em investigação mais detida sobre títulos, subtítulos e temáticas dos livros, foi possível estabelecer duas grandes linhas de classificação: a construção da pessoa e “o Brasil como representação”.<sup>1</sup>

Na primeira, foram sublinhados autores e temáticas que mais se aproximavam do campo da pessoa. Livros que, por diversos motivos, podiam ser associados diretamente ao biografado. Alguns porque indicavam escolha do sujeito, outros porque apontavam características de familiaridade ou eram modelos rituais de pessoas, como as biografias. Observou-se a recorrência de alguns autores, entre eles, Rui Babosa, Gustavo Barroso e Pedro Calmon. Do primeiro, foram encontrados discursos pronunciados no Senado (1896), relatórios enquanto ministro da Fazenda (1891). Quanto a Gustavo Barroso, há uma lista extensa de volumes. De Pedro Calmon, sobrinho e afilhado de Miguel Calmon, bem como o responsável pelo início das negociações para o ingresso da coleção no Museu Histórico Nacional, encontramos as obras completas. Historiador e conservador do Museu Histórico Nacional, Pedro Calmon produziu uma série de obras, notadamente sobre História do Brasil, entre elas, *História da Civilização Brasileira*<sup>2</sup> e *História da Civilização para a Escola Primária*.<sup>3</sup>

Com relação a temáticas recorrentes, numa primeira abordagem encontramos referência sistemática à História. Há alguns volumes que abordam uma História Geral, focalizando a questão das raças, como *Les races et les peuples de la terre*, de J. Deniker.<sup>4</sup> Outros referem-se a aspectos específicos da História do Brasil, como *História do Império: a elaboração da independência*, de Tobias do Rego Monteiro,<sup>5</sup> ou *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo; sua vida, suas opiniões, sua época*, de Joaquim Nabuco.<sup>6</sup>

Histórias de personalidades públicas são encontradas em grande quantidade, como do general Osório, de D. Pedro I, de D. Pedro II, de D. João VI, do Marquês de Abrantes e de contemporâneos de Miguel Calmon, como Oswaldo Cruz. Na linha dos contemporâneos, nota-se a presença de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, numa edição de 1927, pela Francisco Alves.

Quatro ensaios do Marquês de Abrantes afirmam a presença de heranças e legados. Um deles consiste num relatório dos trabalhos efetuados na Bahia durante o Império de D. Pedro I (1823). Os demais tratam de assuntos diversos,

colonização (1846), criminalidade (1898), fabrico do açúcar (1843). Vale assinalar uma mensagem de um dos irmãos de Miguel Calmon, Francisco Marques de Góes Calmon, quando governador da Bahia, em 1926.

As biografias mostram-se bastante reveladoras. Miguel Calmon foi homenageado por amigos e admiradores em três livros biográficos. Os dois primeiros lhe foram presenteados em 1905 e 1911. Tecem elogios a seu trabalho na esfera pública, sem pretender traçar uma história linear do sujeito. O terceiro, que foi analisado em capítulo anterior, foi redigido após sua morte (1936), imbuído da preocupação de dar conta de sua trajetória.

Com relação à história do sujeito, dois livros constituem referências significativas. O primeiro é uma edição comemorativa do 50º aniversário da Escola Politécnica (1874-1924). Lembremos do que essa instituição representou para a formação de Miguel Calmon, a incorporação de ideais modernizantes que desempenharam importante papel em sua atuação pública. O segundo livro nesse contexto tematiza a história do Jockey Club (1868-1922), um dos locais de conagraçamento entre as elites no período.

O livro de bolso de Miguel Calmon era o *Mémorial Technique*, de autoria de L. Mazzocchi, editado em Paris, no ano de 1889. Segundo descrições de Gustavo Barroso, esse livro era “de uso pessoal do Dr. Miguel Calmon na sua carreira profissional como Engenheiro Civil”. Trata-se de um pequeno manual técnico, *recueil de tables de formules a l’usage des ingénieurs, architectes, mécaniciens, industriels, entrepreneurs, conducteurs de travaux, agents-voyers, arpenteurs, etc.* 3<sup>e</sup> édition. *Avec 200 figures et un petit dictionnaire technologique français-italien-allemand-anglais.* PARIS. LIBRAIRIE H. LE SOUDIER 174, BOULEVARD ST-GERMAIN, 174 1889.

*Livro de bolso com informações técnicas para uso de engenheiros, publicado em 1869, em Paris, de uso pessoal de Miguel Calmon e portando sua assinatura ao lado à direita*





Biografias da coleção Miguel Calmon

Há muitos ensaios biográficos e autobiográficos, notadamente de personagens históricos. Os principais nomes são: Mauá, Castro Alves, Antonio Pereira Rebouças, Pereira da Silva, Joanna Angélica, Afonso Pena, padre Antônio Vieira, D. Pedro I, D. Pedro II, D. João VI, Jesus Cristo, Marquês de Barbacena, padre José de Anchieta, Rui Barbosa, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Romão Duarte, Fra Angelico, Nabuco Araújo, general Osório, Oswaldo Cruz. A maior parte das biografias refere-se, portanto, a homens públicos brasileiros. Os títulos assinalam continuidades interessantes, como a biografia de Nabuco de Araújo, *Um Estadista do Império*, escrita por seu filho, Joaquim Nabuco, em 1897, e a biografia do próprio Joaquim Nabuco, redigida em 1922, por Henrique Coelho. Os grandes vultos da história são destacados, principalmente, por seus papéis modelares.<sup>8</sup>

Os 20 textos de autoria do titular da coleção incluem relatórios de trabalho apresentados ao governador da Bahia, pelo então secretário de Viação e Obras Públicas (1902), e ao presidente da República, por ocasião das duas pastas ministeriais que ocupou, de 1907 a 1909 e em 1922. Há também discursos e conferências para a Sociedade Nacional de Agricultura (1903), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1922), o Senado Federal (1927), bem como uma oração de paraninfo (1926) e textos técnicos. Os principais temas referem-se à modernização agrícola e industrial: O algodão e a solidariedade internacional (1922), Aplicações industriais do álcool (1902), O açúcar e o álcool na Bahia (1903), As cooperativas de crédito (1929), Fatos Econômicos (1913), Notas acerca da produção e comércio do cacau (1917), Produção e Comércio da Borracha (...), sobre o projeto de monopolização do comércio de borracha (1906), Tendências nacionais e influências estrangeiras (1922), A valorização do café (1906). Observa-se, ainda, referências ao tema educação: As promessas e os resultados da Pedagogia Moderna (1915), Instrução pública (1912).

Há poucos volumes da área de literatura em sentido estrito. Entre eles, foram encontradas *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (ed. 1907), *A árvore*, de Júlia Lopes de Almeida (ed. 1916), e uma edição antiga de *Marília de Dirceu*. Esta última é também um legado, pois, segundo Barroso, consiste em exemplar de 1ª edição da obra.

A biblioteca, no que tange a aspectos primordialmente ligados à pessoa, reproduz o que é perceptível em outros domínios da coleção. Há uma construção de homem público modelar. As figuras dos imperadores de Portugal e do Brasil são invocadas e também as dos funcionários da corte imperial, como Marquês de



Ex-Libris de Miguel Calmon ilustrado pelo Brasão dos Calmon du Pin, usado pelo Marquês de Abrantes. Segundo o Frei Jaboatão, essa família procede do reino de França, na província da cidade de Cahors, onde se achava o castelo "Pin", antigo solar dos Calmões

Barbacena, Marquês de Abrantes, José Bonifácio. São encontradas referências a figuras míticas da nacionalidade, como os padres José de Anchieta e Antônio Vieira. Os heróis pontuam a coleção bibliográfica, militares ou religiosos, grandes homens que teriam como causa última o serviço à humanidade. Em linhas gerais, no conjunto da biblioteca, parece predominar a concepção clássica de História, com seus exemplos magistrais.

O perfil do titular da coleção é delineado por meio dessa construção modelar de homem público. Construção que foi sendo atualizada ao longo dos tempos, segundo a adoção de novos padrões e valores, a importância atribuída à técnica e à ciência, por exemplo. Parece-me significativo que o livro de bolso seja um *Mémorial Technique*, que Miguel Calmon tenha participado de alguma forma do 50º aniversário da Escola Politécnica, que seus textos tenham forma de extensos e detalhados relatórios rigorosíssimos em dados, tabelas e descrições minuciosas, e, ainda, que ele se tenha apresentado como um homem articulado com tendências contemporâneas discursando para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das principais agências de formulação de uma História nacional, sobre “a Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822)”.

A segunda grande vertente dessa biblioteca, “o Brasil como representação”, abarca volumes relacionados com a nação, cuja maioria trata de agricultura e de educação. O primeiro tema remete ao fato de Miguel Calmon ter ocupado o Ministério da Agricultura, em 1922, e o segundo está associado a uma preocupação sistemática dos homens públicos durante a Primeira República.<sup>9</sup> Há livros sobre os contornos da nação e outros que enfocam o progresso e a modernização.

No recorte Identidade Nacional estão incluídos relatórios da Câmara dos Deputados e de vários ministérios. Há alguns volumes sobre a Liga da Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac e pelo próprio Miguel Calmon.

Significativa é a importação de livros, notadamente franceses e ingleses, sobre o Brasil: *Le progrès brésilien*, de Baron D'Anthonard, Paris (1911), *Le Brésil au XX<sup>e</sup> ème siècle*, de Pierre Denis, Paris (1917), *L'Amazonie Brésilienne*, de Paul Le Cointe, Paris (1922), *Le Brésil*, de E. Levasseur, Paris (1889), *La France et les Républiques Sud-Américaines*, de General Maitrot, Paris, (1920); *Brazil in 1912*, de J. C. Oakenfull, London (1913); *La verité sur le Brésil*, Paris (19?); *Brazil e*

Portugal, de Moreira Telles, Lisboa (1914), *The Brazilian National Exposition of 1908*, de Marie Robinson Wright, Philadelphia (1908), *Brasileiros e Yankees*, de Hélio Lobo, Nova York (1925), *O Brasil e a Emigração*, de Moreira Telles, Lisboa (1914).

A construção da identidade nacional passava, creio eu, necessariamente pela aceitação da visão do outro civilizado como roteiro básico. Isso fica patente nas exposições internacionais, em que as elites buscavam representar o Brasil seguindo padrões do mundo civilizado. Ler a leitura do outro civilizado, em geral visitantes estrangeiros, sobre o nosso estágio “em processo de evolução” era de fundamental importância.

A nação deveria abarcar as regiões e, se possível, minimizar suas diferenças. Assim, a problemática regional é enfocada sob a ótica da construção nacional em títulos como *Pelos Sertões do Brasil*, *História do Rio Grande do Norte*, *O Torrão Maranhense*, *Limites do Estado da Bahia*, *Dicionário de brasileirismos* (peculiaridades pernambucanas), *O que é o Paraná*, *Na terra natal* (sobre Maceió), *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. A absorção ou erradicação de índios do território nacional era tema de controvérsias no começo do século. Miguel Calmon teve participação nesse debate. Livros como *O tupi na geographia nacional* (1901) e *Os índios do Brasil* (1908) indicam alguma reflexão sobre o tema.

Há, ainda, obras que tratam da formação de entidades importantes no processo de edificação nacional. *O Banco do Brasil, sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional* (1926), *Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil* (1908) são alguns deles.

Observa-se documentação sobre algumas das exposições universais ou exposições preparatórias às universais: *Exposição Nacional de 1908* (RJ) – *Guia Oficial*, *Exposição Internacional do Centenário da Independência*, RJ – 1922-1923 – *Relação Oficial dos Expositores Premiados pelo Jury de Recompensas* (1924), *Da exposição de S. Luiz à Califórnia ao Colorado e ao Canadá sob o ponto de vista brasileiro* (1907), *The Brazilian National Exposition of 1908*.

Alguns volumes que tratam do Brasil trazem títulos sugestivos: *O Gigante Deitado* e *A Passo de Gigante*, por exemplo. Um livro em particular faz a defesa

da Primeira República por oposição à Revolução de 30 que acabara de ocorrer: *A República que a República Destruiu*, de Sertorio de Castro (1932).

Educação é tema recorrente. O próprio Miguel Calmon dedicou alguns textos ao assunto. Os títulos apontam a estreita vinculação entre a educação e a construção da nação moderna: *O ensino como fator do ressurgimento nacional* (1916), *Problemas de educação nacional e de instrução pública* (1921), *A educação nacional no regimen republicano* (1907), *O Brasil e a educação popular* (1917), *O ensino público no Governo Washington Luís* (1924). A preocupação central refere-se ao ensino público e à introdução de uma educação nacional, como, por exemplo, no texto da “Lei Orgânica do ensino superior e do fundamental da República”, com comentários do ministro do Interior, em 1912, Rivadávia Correa.

A preocupação com a homogeneização da língua — quesito básico para a formação da nação — encontra-se em: *Ortographia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortographias portuguesas*, Lisboa, 1904.

A representação do Brasil enquanto somatório de regiões é observada particularmente nos primeiros anos deste século. A descrição de João do Rio sobre a Exposição Nacional de 1908, onde o conjunto dos pavilhões estaduais significava a descoberta do Brasil, pode ser lida, também, como metáfora de uma tentativa de integrar à idéia de nação as diversas regiões do seu território. O modelo federativo e o tamanho do território (“gigante”) geravam tensões entre as áreas de domínio federal e as atribuições dos estados. Essas tensões manifestavam-se em setores como o educacional. A título de ilustração, vale citar a Constituição de 1891, onde era estabelecido que à União cabia fixar os padrões da escola secundária e superior, enquanto os da primária e técnico-profissional competiam aos estados. Esse dualismo com relação às atribuições dos estados e da União é verificado durante toda a Primeira República e, certamente, teve implicações ao nível das representações sobre a nação.

Na biblioteca em análise, encontramos títulos que enfatizam a participação da Bahia na construção nacional: *Acção da Bahia na obra da independência nacional* (1923), *A Província da Bahia nas luctas da independência do Brasil* (1922). A valorização da Bahia e dos baianos aparece em obras como *Álbum da*

*imprensa da Bahia em 1908* (1908), *Dicionário geográfico e histórico da Bahia* (1923), *Autôres e atôres dramáticos baianos, em especial: biografias* (1923), *Na barricada: campanha da libertação da Bahia* (1920), *História da Bahia* (1927), *Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia* (1836).

Há, ainda, um número razoável de publicações técnicas sobre obras de infra-estrutura urbana, como portos marítimos, estudos sobre navegação ou sobre minas de carvão de pedra, ou sobre traçado sanitário das cidades, entre outros assuntos específicos. Há, também, tratados mais amplos sobre a modernização do Estado, da agricultura ou das finanças do país. Alguns enfocam a questão dos transportes, como um relatório conclusivo de estudos de uma estrada de rodagem apresentado por Miguel Calmon no ano de 1904, quando desempenhava a função de secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia. Ou, ainda, um estudo descritivo da viação férrea do Brasil (1909). Há, também, trabalhos sobre a pesca e os pescadores no Brasil (1924) ou sobre as fronteiras da nação brasileira, *Limites e superfície do Brazil e seus estados* (1918). Temas aparentemente diversos podem ser encontrados, como instalação de hidrelétricas, higiene alimentar, produção de cocos e de tabaco e aperfeiçoamento da cana-de-açúcar por meio de hibridação e seleção. O que liga todos esses assuntos é a preocupação constante com a técnica, com a modernização e com o progresso.

Essa seqüência de livros técnicos especializados inscreve-se no papel atribuído aos engenheiros no processo de construção da nação. Turazzi sublinha as vinculações íntimas desses engenheiros com as elites sociais do período. O Clube de Engenharia, do qual Miguel Calmon fazia parte, criado no Rio de Janeiro em 1880, reunia os interessados no desenvolvimento da engenharia enquanto instrumento para o “engrandecimento da pátria pelo trabalho”. “Não era um clube de engenheiros apenas, mas, antes, uma instituição ‘a serviço da engenharia’, compreendida já em seus estatutos a partir de sua estreita ligação com o ‘desenvolvimento da indústria no Brasil e a prosperidade e coesão das duas classes — engenheiros e industriais’— que a nova entidade propunha-se a representar.”<sup>10</sup>

Essa associação de engenheiros com as elites sociais evidencia que a preocupação com textos técnicos visando à modernização de processos agrícolas,

industriais ou de infra-estrutura urbana não consistia em interesses episódicos do engenheiro Miguel Calmon, mas está ligada a uma dinâmica social mais ampla e ao lugar dos engenheiros nessa dinâmica. Certamente, esses estudos eram importantes para conferir autoridade às ações públicas. Com relação à memória do homem público, servem, sobretudo, para dignificá-lo (de novo a oposição com os “políticos tradicionais oligárquicos”).

Ainda com relação a publicações técnicas, a agricultura revelou-se tema bastante recorrente. Os textos, em seu conjunto, sinalizam um leitor preocupado em formular algum tipo de política para o setor ou, ao menos, em refletir sobre algo como a questão agrícola no Brasil. Há títulos que sugerem reflexão em torno do caráter da agricultura, sua abrangência (*Cultura dos Campos, Noções gerais de agricultura etc.*) e outros específicos sobre culturas particulares (eucalipto, cacau, coco, banana, café, amendoim etc.).

Essa bibliografia sugere sentido prático de busca de medidas a serem implementadas. Há trabalhos importados refletindo experiências bem-sucedidas em outros países: *L'hevea asiatique; Suite aux études pour une plantation d'arbres a caoutchouc*, Bruxelas, 1903; *Una revolución agrícola*, México, 1893; *The world's cane sugar industry*, Manchester, 1912; *Le tabac, culture et industrie*, Paris, 1901; *Observaciones sobre agricultura; 15 años de trabajos filotécnicos en el Uruguay*, Montevidéo, 1928; *Le varietà tipiche della nicotina tabacum*, Itália, 1906; *The banana (...)*, London, 1913. A agricultura no Brasil é tema de trabalhos produzidos em outros países: *La hevea brasiliensis e le altre piante a Coucciù*, Roma, 1907; *L'organisation agricole au Brésil*, Paris, 1913. Um desses trabalhos assinala a existência de uma Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura, sediada em Lisboa, em 1898, destinada a refletir sobre “alguns cultivos actualmente mais urgentes no Brasil”.

No conjunto, todos esses trabalhos valorizam a fala do técnico, do especialista. Alguns são escritos por engenheiros e “dedicados aos dirigentes públicos e aos senhores agricultores”. A biblioteca torna perceptível um *ethos* de homem público na Primeira República. Moderno, ele rejeita a lógica pura e simples dos políticos tradicionais associados ao domínio oligárquico. Inspira-se no novo — as novidades da ciência e da tecnologia produzidas pelos técnicos e cientistas

do chamado Primeiro Mundo. Tradicional, enfatiza sua condição de herdeiro dos agentes do Estado imperial. O culto a modelos paradigmáticos produzidos pelas biografias serve para confirmar o lugar social que lhes parece ter sido atribuído desde o nascimento. Nesse contexto, onde modernidade e tradição se conjugam, o homem público parece buscar conhecimento bastante amplo, a ponto de poder dar conta de questões aparentemente tão diversas quanto educação e agricultura ou tão específicas quanto o cultivo de cocos, o tupi na geografia nacional, a Batalha de Pirajá, a história do Jockey Club e a biografia do general Osório. Na verdade, questões apenas aparentemente diversas, já que é possível entrever uma lógica própria reunindo todos esses títulos. Lógica da construção de um homem público na capital da recém-proclamada República dos Estados Unidos do Brasil, no início do século XX. Construção que aponta um projeto de nação moderna — coletivo de indivíduos e indivíduo coletivo — que nunca chega efetivamente a se realizar. O homem público Miguel Calmon afirma-se a serviço da pátria e, em última instância, da humanidade.

Desse modo, esse conjunto de livros afina-se com o restante da coleção. Percebe-se cuidadosa seleção de títulos, cuja função consiste em corroborar com o perfil de sujeito que se quer imortalizar.

## NOTAS:

1. *Expressão cunhada por Afrânio Garcia Jr, em Garcia Jr, 1981.*
2. *Calmon, Pedro (1933), História da Civilização Brasileira.*
3. *Calmon, Pedro (1934), História da Civilização para a Escola Primária.*
4. *Deniker, J. (1926), Les races et les peuples de la terre, 2ª ed., Paris, Masson, 1926.*
5. *Rego Monteiro, Tobias do (1927), História do Império: a elaboração da independência, RJ.*
6. *Nabuco, Joaquim (1897), Um estadista do Império: Nabuco de Araújo; sua vida, suas opiniões, sua época, RJ, Garnier, 3v.*
7. *Barroso, 1944:197.*
8. *As biografias e as autobiografias são gêneros muito antigos. De acordo com Araújo, a concepção clássica de história, dominante na Europa desde o Renascimento até o Iluminismo, privilegiava a reunião de histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma,*

capazes de fornecer orientação e sabedoria, numa direção ética e pedagógica. Com a supremacia da concepção moderna de história, algumas formas da concepção clássica irão ainda subsistir por algum tempo ou tomarão novas formas. A esse respeito ver Araújo, 1988; Koselleck, 1985; Bakhtin, 1990.

9. Nesse sentido, ver Nagle, 1977.

10. Turazzi, 1989:39.

## XII

DIMENSÃO PÚBLICA  
DO PRIVADO

*Um dos salões do casal Calmon no Rio de Janeiro*

Entre as fotografias que Alice da Porciúncula selecionou para integrar a coleção, encontram-se algumas reproduções da residência do casal. Além daquelas que mostram o imenso jardim geometricamente desenhado em extenso gramaço, há outras que evidenciam o prédio da ampla e imponente residência.

As demais desvendam cinco dos amplos salões. É possível, então, observar em detalhes a multiplicidade de móveis, quase todos estofados, a não ser umas poucas cadeiras de palhinha. Os tetos decorados com rosáceas em alto-relevo, arcos que dividem os ambientes, tapeçarias e quadros espalhados pelas paredes. No chão de tábuas corridas, impecavelmente enceradas, alguns tapetes aqui e ali. Lustres pendendo dos tetos, quase sempre centralizados. Ao fundo de uma

das salas percebe-se um relógio-armário. Disposta sobre os móveis, uma profusão de objetos de adorno: esculturas, vasos, bronzes, abajures, relógios de mesa, imagens e pequenos objetos metidos em cristaleiras.

Mas, para o olhar que espreita e busca adivinhar o cotidiano dos habitantes dessa residência, ficam algumas indagações. Não há pessoas nas fotos, o que indica o propósito de destacar o ambiente, privilegiá-lo. A residência, por certo, abrigava outros cômodos. Entretanto, apenas foram anexadas à coleção fotos dos salões. Enfatizou-se a dimensão pública da residência, onde o ministro certamente recebeu e conviveu com muitos de seus pares.



Na construção da memória do homem público, optou-se por relegar ao esquecimento a intimidade dos quartos, dos banheiros, da cozinha, enfim, do dia-a-dia da casa.

A residência emerge, então, aos nossos olhos, repartida em dois. O que vemos consiste no espaço público, o que não vemos é o que não precisa ser visto. Nem o espaço doméstico, nem aspectos da vida familiar cotidiana importam para a História da nação. A residência — seu aspecto exterior, seu traçado arquitetônico e paisagístico, assim como os amplos salões, configuraram provas materiais do espírito público de Miguel Calmon descrito na biografia.

A imagem desses ambientes procura expressar a sintonia do homem com seu meio transmitindo as mesmas idéias, os mesmos valores.<sup>1</sup>

A arquitetura constitui o primeiro ponto a ser observado. As elites reclamavam a modernidade, imbuídas dos ideais de progresso e civilização. Em oposição à tradição colonial, edificaram palácios em estilo *art-nouveau* ou neoclássico. As residências eram majestosas, dignas das grandes realizações de um homem público. Os amplos jardins que circundavam esses palácios obedeciam a rigoroso traçado. Assim, a nova ética civilizatória difundida nas capitais incluía reformas urbanas que se iniciavam nas residências das elites.

Exterior e interior apontavam uma só direção: os signos da modernidade deveriam estar por toda parte. As elites adquiriam os objetos *cults* do momento. O mobiliário seguido de adornos importantes, como os lustres, os relógios, os bronzes, entre outros, simbolizava a aquisição do *status* que a nova ordem exigia.<sup>2</sup>

Needell faz referência à relação público/privado na organização do espaço doméstico. Nos cômodos de uso mais público e formal — segundo ele — privilegiava-se decoração repleta dos artigos de luxo europeus modernos, enquanto, nos espaços de uso mais privado, se conservava estilo mais tradicional. Ao espaço público da casa, esse autor associa a idéia de *show*: “servia como uma demonstração pública de *status* superior”.<sup>3</sup>

O mobiliário consistiu, na virada do século, num dos principais itens de insígnia de *status* social. Para decorar as amplas salas de suas residências *art-nouveau* ou neoclássicas, as elites importavam peças da Europa. Os estofados vinham substituir os móveis de jacarandá do período colonial. Civilização e progresso significavam mudanças de hábitos e reordenamento do espaço doméstico. É importante frisar que, até meados do século XIX, as residências eram bastante desprovidas de peças. Em geral, havia o estritamente necessário. A partir de então, a tendência se inverteu. Entre as elites, predominou o excesso que foi incrementado pelo consumismo desenfreado. Excessos de móveis e de utensílios domésticos em geral.

Especialmente os lustres e os relógios eram signos da modernidade. O advento da luz elétrica no começo do século foi efusivamente comemorado. Significava o início de uma nova era, em oposição ao obscurantismo no período colonial. Tornava possível suprimir ou afastar as populações marginais e atrair capitais e imigrantes estrangeiros. Cidades às claras eram idealizadas, seguindo as metas da higienização e saneamento. O Porto do Rio de Janeiro, sujo, malcheiroso, escuro — como assinalou o cronista Luiz Edmundo —, deveria ceder a uma cidade-jardim, feericamente iluminada, uma Paris dos trópicos. As reformas projetadas pelo engenheiro Pereira Passos para o Rio de Janeiro serviam de experimento para todo o Brasil, modelo que foi copiado nos anos que se seguiram pelas prefeituras das principais capitais do país. As luzes permitiram o



*Relógio de algibeira francês em prata, século XX,  
vulgarmente chamado cebola<sup>4</sup>*

alongamento dos dias. Negócios puderam ser realizados até mais tarde. O mundo do trabalho sob o compasso do capitalismo estendeu-se. Uma transformação radical dos hábitos teve lugar. Jantava-se mais tarde, trabalhava-se mais, realizava-se maior número de atividades.

Os relógios tornaram-se os companheiros inseparáveis dos seres gerados pela modernidade. A marcação do tempo transformou-se em aspecto fundamental da vida cotidiana, notadamente entre as elites cosmopolitas. O ritmo das cidades aqueceu-se ao som dos tique-taques dos milhares de seres atomizados. O convívio dos indivíduos, agora centros do universo, passou a ser regulado pelas horas, denominador comum dos homens e mulheres que se movimentavam apressadamente por entre várias esferas da vida em sociedade. O ritmo dos negócios, o trabalho, a vida doméstica, o cuidado com os filhos, as relações entre as pessoas, tudo necessitava da pontualidade das horas. A tal ponto que, de mobiliário de residências e escritórios, o relógio transformou-se em atributo do próprio indivíduo com o lançamento dos relógios de pulso. Acoplado ao pulso humano, o relógio deixou de significar a marcação de um tempo externo, para vincular-se, cada vez mais, ao próprio sujeito, comandando o pulsar de sua própria vida.



A Ciência e o Progresso, bronze de autoria de Bruchon, com duas figuras alegóricas: o Progresso, como um gênio alado, leva aos ombros a Ciência, que brande uma palma triunfal

Quatro estatuetas em bronze expressam temas relativos à modernidade, *Victorieux* e *O sementeiro de idéias*, de E. Picault; *A glória corando o gênio* e *A Ciência e o Progresso*, de Bruchon.

Essas estatuetas foram provavelmente confeccionadas por encomenda. Na época, eram muito usadas nos escritórios e locais de trabalho das elites. A primeira das estatuetas de Bruchon traz a inscrição: "Ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, lembrança da Diretoria da Associação Comercial da Bahia. 18-9-1913." A segunda, do mesmo escultor: "Ao seu notável filho, Dr. Miguel Calmon, a Bahia reconhecida. 18-9-1913." A estatueta denominada *A glória corando o gênio*, de Bruchon, traz, sobre um pedestal com base de mármore rosado, um grupo de duas figuras alegóricas: a Fama ou a Glória e o Gênio, representado por um jovem alado com um facho. Já na outra de Bruchon, *A Ciência e o Progresso*, vê-se um pedestal formado por peças de máquinas, um fitão e um livro aberto, com base de mármore verde. No fitão, a seguinte legenda: "*La Science Moderne Couronne l'oeuvre du XIX ème siècle en ouvrant au génie humain des horizons nouveaux.*" Numa das páginas do livro, uma máquina; na outra, "*Chemins de Fer, Télégraphe, Téléphone, Photographie, Radiographie*". Sobre o pedestal, um grupo de duas figuras alegóricas: o Progresso, como um gênio alado, leva aos ombros a Ciência, que brande uma palma triunfal.

Essas estatuetas sintetizam a crença na ciência como condutora das nações ao progresso e a crença no progresso como redentor da humanidade. O gênio, como figura paradigmática da ciência, aparece enquanto encarnação da vitória sobre a desorganização de um mundo pré-científico. A nova racionalidade científica é enfatizada, representada iconograficamente por livros. Idéias que, uma vez semeadas, florescerão no futuro.

A ciência moderna abre para a humanidade novos horizontes mediante suas invenções geniais: estradas de ferro, telégrafo, telefone, fotografia, radiografia.

É nítida a associação do titular da coleção com o universo simbólico que essas esculturas representam. A aproximação do homem público que instaura as condições necessárias para o progresso da nação moderna.

As duas esculturas de Bruchon são homenagens prestadas por baianos, fato que não nos parece casual. Assim como, entre os nativos das Ilhas Trobriand, os objetos que circulavam eram colares e braceletes e não outros objetos quaisquer, essas estatuetas de bronze têm significado altamente peculiar.<sup>4</sup> Com o intuito de prestar homenagem a “um baiano ilustre”, os baianos utilizam estatuetas de bronze que evocam temas da modernidade. Simbolicamente, numa alusão “ao jovem político”, “o ministro mais jovem da República” – com a figura do gênio alado capaz de, pelo rigor técnico-científico, conduzir o Brasil e, principalmente, a Bahia, ao progresso e à civilização.



*Bronze dourado e marfim da deusa grega Minerva, oferta do Museu de Viena a Miguel Calmon, em 1908*



Baiana endomingada de autoria do escultor baiano Erotides Américo de Araújo Lopes, em casca de cajazeira, século XIX

Referência importante nesse conjunto é a *Estatueta de Minerva*, deusa grega da Inteligência, da Sabedoria, das Artes, da Indústria e da Guerra, que sintetiza o poder da razão, da ciência sobre o mundo material desordenado. A estatueta foi oferecida, pelo Museu de Viena, em 1908, a Miguel Calmon, então ministro da Viação e Obras Públicas.

Importante ressaltar um grupo de nove estatuetas de casca de cajazeira intituladas *Tipos bahianos de rua*. Segundo a classificação adotada pelo Museu Histórico Nacional, são “estatuetas folclóricas, esculpidas pelo grande artista baiano Erotides Américo de Araújo Lopes” (Barroso, 1944:106). Os tipos repre-

sentados são: “vendedora de mamão”, “africano vendedor de louça”, “ganhador”, “negra peixeira”, “aguadeiro”, “baiana endomingada”, “vendedora de bananas”, “africano carregador”, “vendedora de frutas”. Segundo observações de Barroso, essa coleção forma “belíssima documentação folclórica ou, mais propriamente, talvez, ergológica dos costumes antigos da Bahia”.

## NOTAS:

1. *Observando o caráter geral do acervo do Museu Histórico Nacional, verifica-se uma tendência em passar ao largo de uma memória da vida doméstica nas coleções. Privilegiaram-se objetos que enaltecessem o papel do Estado e seus agentes na construção da nação. Assim, além dos bens relacionados a “heróis ou pessoas-símbolo da nacionalidade” são encontrados em quantidade fardas militares, bandeira, esculturas, distintivos, pinturas, enfim, objetos de uma História do Brasil onde o Estado aparece como ator principal, e seus símbolos por si só identificam a nação. Objetos relativos a mulheres e crianças (salvo algumas situações específicas) constituem quase uma raridade.*
2. *Nesse sentido, ver Freyre, 1974.*
3. *Needell, 1988.*
4. *Referência ao texto clássico sobre o kula melanésio. Ver: Malinowski, 1976.*

## XIII

UMA CASA-MEMÓRIA PARA A  
MODERNA NAÇÃO BRASILEIRA

Em 1936, quando a Coleção Miguel Calmon foi incorporada ao “acervo de relíquias”, o Museu Histórico Nacional já havia ampliado consideravelmente suas dependências. Localizado num dos prédios mais antigos da Cidade do Rio de Janeiro, na Praça Marechal Âncora, de frente para o mar, sua história se confundia com a própria história da cidade.<sup>1</sup>

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922, ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, pelo Decreto Presidencial nº 15 596, de 2/8/1922.<sup>2</sup> O próprio presidente Epitácio Pessoa presidiu a solenidade de fundação, demonstrando o interesse do governo federal pela criação de um “lugar de memória” para a nação brasileira.



*Ex-libris da fundação do Museu Histórico Nacional: à esquerda, o Presidente Epitácio Pessoa, à direita, o diretor fundador do museu, Gustavo Barroso. Abaixo, fachada do museu em 1922*

Do velho Passeio Público até a Ponta do Calabouço, estendia-se a exposição por 2 500 metros. Na sua primeira parte, na Avenida das Nações, alinhavam-se os palácios das representações estrangeiras. Ao fim dessa avenida, o antigo Forte do Calabouço emergia completamente transfigurado, compondo a segunda parte da mostra, onde se erguiam os palácios brasileiros. O Rio de Janeiro vivia um momento de festa, estreando sua fachada neocolonial.

Meses antes, a cidade passara por obras de grande vulto, que procuraram dar à capital da República uma feição civilizada. Dessas obras, a de maior impacto foi a derrubada do Morro do Castelo, que as autoridades governamentais consideravam resquício de um passado colonial, lugar “habitado por uma população pobre e envolvido em uma aura de misticismo, magia e superstição”.<sup>3</sup>

Quais os motivos que, naquela ocasião, levaram o governo federal a criar um museu histórico de amplitude nacional?

Em primeiro lugar, a criação do Museu Histórico Nacional representou uma continuidade da própria Exposição do Centenário e tudo aquilo que ela representava.

No contexto das exposições universais, a história nacional representava um componente valorizado. Os países que promoviam as mostras geralmente elegiam e celebravam efemérides de suas respectivas histórias nacionais. O historicismo representava a busca de legitimidade para a ideologia do progresso. Mediante os conceitos de civilização e progresso difundia-se a crença numa história geral da humanidade.<sup>4</sup>

Não eram poucos os intelectuais que, nesse período, atribuíam à história o papel de pedagoga de uma nacionalidade. Acreditavam que o grau de cultura e coesão nacional de um povo podia ser medido pela intensidade do culto a datas históricas e vultos notáveis. Em 1919, Graça Júnior publicou um folheto intitulado *Da Comemoração da Grande Data Nacional. Uma idéia útil e prática*: “Pode-se bem aferir da cultura e da coesão nacional de um povo pelo maior ou menor fervor com que esse mesmo povo cultiva as suas grandes datas históricas e venera os vultos notáveis que mais têm contribuído para a prosperidade, para o progresso e para a grandeza da pátria.”<sup>5</sup>

Por intermédio da imprensa, alguns intelectuais argumentavam em favor da edificação de lugares de memória para a moderna nação brasileira. Já no

início deste século, o escritor Gustavo Barroso lançara-se numa campanha pela criação de um museu histórico, escrevendo uma série de artigos. “Ainda era tempo”, dizia ele, “duma ação salvadora de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.” Outro artigo assinalava: “O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis.”<sup>6</sup>

Em 1922, o governo republicano buscava, com a criação do Museu Histórico Nacional, resgatar o passado como constitutivo básico da nacionalidade. A idéia de nação pressupunha uma história, um passado. E o Museu Histórico Nacional, situado numa área histórica do país, parecia ser o local adequado para preservar os documentos e os objetos capazes de evocar o passado nacional.



*O prédio que passou a abrigar o Museu Histórico Nacional no momento de sua fundação, 1922*

Um outro motivo para a criação do Museu Histórico Nacional relacionou-se aos protestos gerados pela derrubada do Morro do Castelo. Apesar de resquício de um passado colonial que se queria ocultar, o Morro do Castelo representava, também, o berço da ocupação da cidade. Sua derrubada provocou acirradas



No alto: Morro do Castelo em 1907. Em primeiro plano, o portão do antigo Arsenal de Guerra, onde, em 1922, é instalado o Museu Histórico Nacional. Abaixo: Morro do Castelo já totalmente derrubado, 1922.

polêmicas. A destruição de um dos monumentos vivos da memória nacional levantava a suspeita de que os brasileiros eram pouco apegados à própria história. A criação de uma casa-memória para a moderna nação brasileira ao final da Exposição do Centenário sinalizava para uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública.<sup>7</sup>

Do ponto de vista de uma História ou de uma Antropologia dos museus brasileiros, a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, constituiu-se num divisor de águas entre os museus enciclopédicos, que deveriam dar mostras de todo o conhecimento humano — como assinalou Von Hering, diretor do Museu Paulista, em 1895 —, e um conjunto de museus criados posteriormente, vinculados à temática da brasilidade, especialmente da História e da Arte nacionais.<sup>8</sup>

O museu do tipo enciclopédico atingiu seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados dos anos 20. Essa instituição cumpria papel relevante enquanto local de ensino e de produção científica.<sup>9</sup> O grande paradigma era o evolucionismo, e, sob essa égide, os museus problematizavam a temática da evolução das espécies. Em geral, abrigavam coleções que representavam indistintamente variedades da flora, da fauna e de espécie humana. Segundo Schwarcz, “os museus transformam-se aos poucos em depósitos ordenados de uma cultura material fetichizada e submetida à uma lógica evolutiva. Comparar, classificar, concluir eram as grandes metas desses cientistas, verdadeiros filósofos viajantes que, financiados por museus e outras instituições europeias, vinham a terras distantes e exóticas, como o Brasil, em busca de coleções (...)”.<sup>10</sup>

O Brasil era palco de viagens e excursões de naturalistas estrangeiros que aqui coletavam vestígios de culturas em extinção. Evidentemente, consideravam que esses vestígios estariam mais bem preservados nos museus metropolitanos. Desse modo, “até meados do século XIX, toda a ciência era feita por viajantes estrangeiros que para cá vinham exclusivamente para coletar”.<sup>11</sup> Nos últimos anos do século XIX, esse quadro sofreu alterações significativas. Segundo F. de Azevedo, citado por Schwarcz, vários centros de intelectuais, tomando por base a teoria da evolução, partiram para um trabalho de reelaboração das teorias europeias em função do contexto específico brasileiro, pensando em sua aplicação local.

É nesse período que entram em atividade três dos maiores museus brasileiros: o Museu Paraense, fundado por Emílio Goeldi, em 1885, o Museu Paulista, dirigido pelo cientista alemão Hermann Von Ihering, em 1893, e o Museu Nacional, criado em 1818, que passa por grandes transformações sob a direção de Batista Lacerda (1895-1915).<sup>12</sup> A perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória marcou essas instituições.

Com o Museu Histórico Nacional passou a existir no país uma instituição de cultura consagrada à brasilidade de um ponto de vista histórico. O objeto privilegiado consistia no processo de construção do Brasil enquanto nação independente. Nas palavras de um colaborador de Gustavo Barroso, “o Museu Histórico Nacional (...) surgiu numa fase em que se comemorava o primeiro centenário da nossa emancipação política. As festas da Independência levaram o governo à convicção de que constituía lacuna imperdoável a falta de um departamento oficial que (...) marcasse episódios das nossas glórias do passado”.<sup>13</sup>

A proposta de um museu histórico nacional distanciava-se, portanto, dos museus enciclopédicos dedicados à temática da evolução dos seres vivos, em especial, da espécie humana. Seu principal objetivo era tratar de uma outra evolução, a evolução da chamada nação brasileira.

## NOTAS:

1. *A esse respeito ver “O Conjunto Arquitetônico do Calabouço e o Museu Histórico Nacional” in: O Museu Histórico Nacional, SP, Banco Safra, 1989.*
2. *Sobre a Exposição do Centenário e as exposições que ocorreram no século passado, ver Neves, 1986, e Foot Hardman, 1988.*
3. *Os debates que se travaram sobre a derrubada do Morro do Castelo foram fartamente documentados por Motta, 1992.*
4. *Neves, 1986:23.*
5. *Citado por Neves, 1986:60.*
6. *Barroso, apud Dumans, 1947.*
7. *Motta, 1992:72-73.*
8. *Schwarcz, 1990:3.*



9. *Stocking*, 1985:3-13.
10. *Schwarz*, 1990:9.
11. *Schwarz*, 1990:10.
12. *Schwarz*, 1990:11.
13. *Dumans*, 1940.

## XIV

## CULTO DA SAUDADE

Ao nomear Gustavo Barroso para dirigir o Museu Histórico Nacional, o presidente Epitácio Pessoa cumpriu as normas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras, onde as oligarquias se revezavam no poder, trocando cargos, honrarias e privilégios. As ligações de Gustavo Barroso com Epitácio Pessoa já vinham de longe, ambos egressos de tradicionais famílias do Norte.<sup>1</sup>

Os laços entre Gustavo Barroso e Epitácio Pessoa haviam se estreitado particularmente quando, em 1919, Gustavo Barroso, então com 31 anos, e já com sete livros publicados, seguiu como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, em Versalhes, chefiada pelo futuro Presidente Epitácio Pessoa.<sup>2</sup>

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, no Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Felino Barroso, membro de uma tradicional família do Norte, e da alemã Ana Dodt Barroso.

Órfão de mãe aos sete dias de nascimento, foi criado por uma tia paterna que lhe ensinou as primeiras letras. Em 1898, ingressou no Colégio Partenon e, no ano seguinte, transferiu-se para o Liceu do Ceará, ambos em Fortaleza, formando-se em 1906. Nesse mesmo ano, publicou seu primeiro artigo no periódico cearense *Jornal da República*.

Bacharelou-se em Direito, em 1910, no Rio de Janeiro. Atuou como jornalista, advogado e escritor. Filiou-se ao Partido Republicano Federal, em 1912, onde permaneceu até 1918, tendo sido eleito deputado federal pelo Ceará, em 1915.



*Gustavo Barroso, primeiro diretor do Museu Histórico Nacional*

Em 1922, foi nomeado diretor do Museu Histórico Nacional e, em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado, que, ainda nesse ano, se transformou em partido político. Participou da conspiração e do levante integralista de 1938.<sup>3</sup> Com o recrudescimento de manifestações de repúdio ao integralismo, em 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas, Barroso distanciou-se da política, passando a dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional. Faleceu em 1959.

Caricaturista, romancista, poeta, teatrólogo, tradutor e ensaísta, Gustavo Barroso foi um expressivo intelectual, de origem e formação católica. Seus biografos assinalam o carisma, a capacidade de reunir em torno de si inúmeros adeptos para suas idéias, a espantosa produção literária de quase uma centena de volumes. O pensamento de inspiração totalitária e conservadora caracterizou a produção intelectual desse homem considerado infatigável pelos amigos.

Com relação ao Museu Histórico Nacional, pode-se dizer que o primeiro diretor da instituição foi, também, seu principal ideólogo. De 1922 a 1959, com um breve intervalo de 1930 a 1932, período em que esteve à frente da instituição, o ideário por ele defendido foi decisivo para a formação e a consolidação de uma política oficial que se refletia principalmente na aquisição dos objetos.

Nesse ideário, tradição era uma categoria-chave, associando-se notadamente à idéia de passado. O tempo passado, entendido como antiguidade, conferia legitimidade às coisas e aos homens. Em livro autobiográfico, o próprio Barroso citou uma conversa com seu pai, onde repetia seus ensinamentos:

*“Os nomes das ruas duma cidade, meu filho, refletem a sua vida e resumem a sua história. É um erro, senão um crime, mudá-los a cada passo, sobretudo para homenagear individualidades passageiras. Destroí-se a tradição que deve ser sagrada porque é a alma de uma Pátria. Não pode haver pátria sem tradição.”<sup>4</sup>*

Barroso atribuía um valor positivo à categoria tradição, prezando “o amor ancestral à tradicionalidade”. Traçando sua genealogia, vinculava tradição à

origem familiar. Citava seus avós paternos como homens de “prestígio e fidalguia”, cujos nomes “projetavam-se no cenário provincial e no cenário nacional, nas letras, na política e nas armas”. Assinalava que a estirpe de seu avô materno “se prendia à velha nobreza de Walsrode”, na Alemanha.

O diretor do Museu Histórico Nacional percebia-se como sucessor de fundadores da nacionalidade, utilizando enfaticamente a expressão povoadores iniciais para marcar a distinção de seus ascendentes com relação às novas populações que se haviam formado na região do Norte do país.

*“(...) meu bisavô, o velho João da Cunha Pereira, capitão-mór dos índios da Paupina, depois Mecejana (...) era pernambucano, nascido em Goiana, mas da grande e antiga família dos Cunha, povoadora do Vale do Jaguaribe. Minha bisavó descendia dos Lages, que também haviam sido os povoadores iniciais do Ceará Grande, como então se dizia para diferenciar do Ceará Mirim ou Ceará Pequeno, região do Rio Grande do Norte. Meu avô paterno era o capitão José Maximiano Barroso, considerado, no começo do século, como sendo o homem de mais prestígio e fidalguia do Aracati. Os nomes de Fidelis e Liberato Barroso projetavam-se no cenário nacional de letras, na política e nas armas.”<sup>55</sup>*

Barroso atribuía grande peso à origem e formação familiar na constituição de suas crenças. Relata ter sido bastante influenciado por uma tia que o criou, irmã mais velha de seu pai.

*“(Ela) tinha bastante leitura e o espírito romântico da cultura de 1860. Falava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro.”<sup>56</sup>*

Os ideais românticos foram absorvidos em sua vasta obra literária, especialmente nos estudos de Folclore. Gustavo Barroso inclui-se no rol dos intelectuais

que se preocuparam com a construção da identidade nacional. Sob esse prisma, procurou resgatar as chamadas antigas tradições, seguindo o mesmo movimento dos intelectuais do romantismo alemão do final do século XVIII.<sup>7</sup>

A categoria do Norte assinala em Barroso mais do que uma região de origem. Assinando-se sob o pseudônimo João do Norte, o escritor usava essa categoria como indicativa de pertencimento a um grupo, marcando uma identidade regional. Nessa direção, consagrou grande atenção a estudos de costumes regionais. Um de seus livros mais famosos intitula-se *Terra do Sol (Naturezas e Costumes do Norte)*.

A categoria tradição era utilizada por Barroso, também, para conferir legitimidade a um grupo social. Referindo-se ao critério de antiguidade, buscava compor, por meio da reconstituição sistemática do passado dos indivíduos (as árvores genealógicas), um grupo social cuja identidade era definida pela idéia de nobreza e fidalguia. Esse segmento era concebido como um todo indivisível e distinto dos demais por uma questão de substância: o sangue. As árvores genealógicas constituíam sua metáfora por excelência, onde uma mesma substância percorria da raiz ao tronco, aos galhos, aos frutos.

Sob a égide da tradição, a nação era concebida como uma construção cujas bases teriam sido edificadas num passado remoto, a que a República apenas dava continuidade. Barroso opunha-se aos que viam na República uma ruptura com relação ao Império. Privilegiava o aspecto de permanência (em detrimento da mudança) em sua construção histórica da nacionalidade. Desse modo, buscava recuperar os elos que interligavam passagens do todo nacional na linha do tempo. Nessa construção, eram atribuídos valores a períodos considerados notáveis (Barroso referia-se ao Império como meio século de bondade).

É nítida em Barroso a predominância de uma concepção ética da História. A História, mestra da vida onde exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores no presente.<sup>8</sup> Essa vertente antiga de história algumas vezes combinava-se com o modelo moderno de uma história realista, factual e narrativa. Principalmente quando Barroso procedia a estudos de peças museológicas, buscando comprovar a autenticidade e fixar as características dos objetos.<sup>9</sup>

Significativamente, o mesmo decreto presidencial que criou o Museu Histórico Nacional revogou o banimento da família imperial. Esse fato não passou despercebido ao primeiro diretor do museu. Em texto escrito para os jornais, Gustavo Barroso enunciava uma visão restauradora (o culto da saudade), demarcando distância com relação aos republicanos positivistas. Fazia questão de elogiar a atitude do Presidente Epitácio Pessoa, radicalmente diversa — no seu entender — dos governos anteriores. O Presidente Epitácio Pessoa “instituiu o culto da saudade”, enquanto o “estrito sectarismo positivista” se tinha esforçado por “matar as tradições”.

*“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estremo sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o largo peito dos nossos heróis.”<sup>10</sup>*

Barroso referia-se fundamentalmente ao projeto messiânico dos primeiros governos republicanos, que ensaiaram uma ruptura com o passado. O banimento da família imperial representou o ponto de partida de um projeto de dissolução. Com o objetivo de pulverizar a memória do Império, o governo republicano anunciou, em 1890, um grande leilão de todos os bens da família imperial a ser realizado no Paço de São Cristóvão. Após acalorado debate pela imprensa, onde simpatizantes de D. Pedro II reagiram à idéia do leilão, esse terminou ocorrendo em 13 etapas diferentes, com objetos que iam desde bibelôs até peças de mobiliário e um carro fúnebre.

*“Na tribuna de 22 de agosto de 1890, um artigo pedia, em nome da nação brasileira, a atenção do chefe do governo provisório para o ofício dirigido pelo advogado Sr. Dr. Silva Costa, ao Sr. Ministro de Instrução Pública, Correio e Telégrafos, relativamente à venda arbitrária e forçada dos bens da Família Imperial, da qual, menciona que o Sr. Marechal Deodoro, hoje chefe do Governo, ao depor a monarquia, não o obrigam os atos de violenta prepotência contra a pessoa e bens do venerando chefe da família deposta.”<sup>11</sup>*

O público que participou dos leilões em São Cristóvão era constituído por “curiosos, amadores de objetos de arte, capitalistas, amigos da família imperial, donos de belchiores e ferros-velhos na cidade.” Todos “tinham o seu objetivo, uns velando a segurança do novo regime, outros em busca de objetos que lembrassem a realeza. Outros, ávidos na aquisição de peças que, por qualquer preço, seriam vendidas”.<sup>12</sup>

Contudo, o governo republicano não logrou seu intento. As peças da família imperial configuravam emblemas, sintetizando valores de uma visão de mundo aristocrática. Especialmente os bens associados ao próprio imperador D. Pedro II, como objetos de uso particular, pinturas, retratos. Os amigos da família imperial adquiriram muitas dessas peças, afirmando o culto à nobreza e ao imperador. Muitos deles presentearam outros amigos da família imperial com bens adquiridos nos leilões, acionando um circuito de trocas simbólicas entre si que perdurou ao longo dos anos. Garantiram, com isso, a atualização do passado e a preservação dos valores tradicionais investidos nesses objetos.

Muitos dos objetos adquiridos no leilão do Paço de São Cristóvão terminaram por serem alocados definitivamente no Museu Histórico Nacional ou, posteriormente, no Museu Imperial de Petrópolis, como resultado de doações dos herdeiros dos amigos da família imperial. O próprio Gustavo Barroso concorreu em muito para que essas doações se efetivassem. O culto da saudade, apregoado pelo primeiro diretor do Museu Histórico Nacional revelava uma de suas faces: culto ao Império e à nobreza.

*“Foi arrematado pelo Sr. Luiz Machado uma mobília composta de 17 peças de jacarandá (...). Essa mobília veio a ser mais tarde doada pelo Conde Modesto Leal e por intermédio de sua filha, Dona Aurea Leal Rocha Miranda, entregue ao Museu Imperial, em Petrópolis.”<sup>13</sup>*

*“Um lombinho de couro (...) que serviu no cavalo em que montou D. Pedro II na rendição de Uruguaiana, foi vendido (...) ao Sr. Fortunato da Fonseca, residente em Portugal e que, em 1922, vindo assistir ao Centenário da Independência do Brasil, ofereceu-o ao Museu Histórico Nacional.”<sup>14</sup>*

Foi durante a regência de Gustavo Barroso que se configuraram a formação do acervo e a consolidação da instituição. A maioria das peças foi adquirida nessa fase. Ao tomar posse, o escritor já havia elaborado listas com os objetos que desejava incluir no museu. Barroso apregoava que se reunissem no museu objetos de toda sorte “para ensinar o povo a amar o passado”. Assim, enumerava cada objeto e o local onde podia ser encontrado: “no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; na Igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; no Museu Naval estão os canhões do Forte do Príncipe da Beira; nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas”.<sup>15</sup>

Por meio de decreto presidencial, muitos desses objetos foram transferidos para o museu. Quais os significados desses objetos? O que o primeiro diretor do museu queria com eles evocar? Relíquias, em estreita vinculação com fatos e personagens da História do Brasil, destinavam-se à função educativa: “ensinar o povo a amar o passado”, reforçando os laços dos cidadãos com a nacionalidade.<sup>16</sup>

## NOTAS:

1. Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB), no dia 23 de maio de 1865, filho do coronel da Guarda Nacional e senhor de engenho José da Silva Pessoa e de sua segunda mulher, Henriqueta Barbosa de Lucena, ambos descendentes de proprietários rurais pernambucanos. Epitácio Pessoa era o caçula de cinco irmãos e, aos sete anos de idade, perdeu os pais, vítimas da varíola. Foi, então, entregue aos cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena, depois Barão de Lucena, que ocupava na ocasião a presidência da Província de Pernambuco. Após concluir o curso de humanidades, Epitácio Pessoa ingressou, em 1882, na Faculdade de Direito de Recife, onde também estudavam na época Graça Aranha e Silvio Romero. Bacharelou-se em 1886 e foi nomeado promotor público em Bom Jardim (PE). Permaneceu em Pernambuco até 1889, quando ocorreu uma contenda entre ele e um juiz de direito que repercutiu na imprensa de Recife. Epitácio Pessoa deslocou-se para o Rio de Janeiro. Ao chegar, por intermédio de seu irmão mais velho, o tenente José Pessoa, estabeleceu contato com o Marechal Deodoro da Fonseca, também amigo pessoal do Barão de Lucena. Proclamada a República alguns dias depois e instalado o governo provisório de Deodoro, José Pessoa foi escolhido ajudante-de-ordens do presidente, enquanto Epitácio obtinha trânsito fácil no Itamarati, então palácio presidencial. Epitácio Pessoa foi nomeado pelo Presidente Deodoro da Fonseca Secretário-geral do Estado da Paraíba. Em setembro de 1890, Epitácio Pessoa foi indicado pelo Presidente do Estado da Paraíba, Venâncio Neiva, para ocupar uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte. Epitácio Pessoa foi o deputado mais votado na Paraíba e, em dezembro de 1890, voltou ao Rio logo após sua eleição. Às vésperas da constitucionalização, sobreveio uma crise que resultou na demissão em massa dos ministros. Convocado por Deodoro, o Barão de Lucena aceitou a pasta da Fazenda, passando assim a fazer parte do novo ministério. Promulgada a primeira Constituição da República, em 21 de fevereiro de 1891, a Assembléia elegeu Deodoro presidente com o voto, entre outros, de Epitácio Pessoa. Após a eleição, a Assembléia transformou-se em Congresso ordinário. O mau relacionamento entre o Congresso e Deodoro tendeu a se agravar. O Presidente da República e o Barão de Lucena eram atacados pelo Legislativo. Hostilizado por um deputado da oposição paulista, o ministro da Fazenda foi defendido por Epitácio Pessoa na tribuna, em agosto de 1891. Antecipando-se ao golpe que imaginava estar sendo preparado pela oposição, Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, em 3 de novembro, e decretou o estado de sítio. Desencadeou-se uma onda de reações. Deodoro renunciou, passando o governo ao Vice-presidente, Floriano Peixoto.

Epitácio Pessoa integrou a oposição a Floriano. Crises sucessivas entre Epitácio Pessoa e o Presidente Floriano Peixoto obrigaram Epitácio a deixar a capital da República e embarcar para o Norte. Na Paraíba, deu novo impulso à oposição ao governo federal, sustentada pelo jornal O Estado da Paraíba. Logo depois, Floriano decretou o estado de sítio nessa unidade da federação. Em 1894, Epitácio Pessoa casou-se com Francisca Chagas, filha de um dos chefes políticos de Oliveiras, no Noroeste de Minas Gerais. Embarcou para a Europa com a esposa. Dez meses depois, Francisca faleceu ao dar à luz uma criança morta. Em 1897, Epitácio Pessoa retornava da Europa, encontrando o país mergulhado em grave crise política. O sucessor de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, completava o terceiro ano de mandato. Havia dois grupos antagônicos disputando a presidência da República. A candidatura de Campos Sales foi lançada como uma candidatura de conciliação. Campos Sales foi eleito em 1898, e Epitácio Pessoa recebeu convite para ocupar a pasta da Justiça. Em novembro do mesmo ano, Epitácio Pessoa casou-se com Maria da Conceição Manso Saído. Enquanto ministro da Justiça, Epitácio Pessoa elaborou um Código Civil com base em projeto do jurista Clóvis Bevilacqua. Outra iniciativa foi a reforma do ensino secundário e superior, consubstanciada no Código de Ensino de 1901. Essa iniciativa, entretanto, gerou protestos e manifestações estudantis que levaram à queda do ministro da Justiça. Em 1902, Campos Sales nomeou Epitácio Pessoa ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Por decreto presidencial, foi nomeado, cinco meses depois, pelo próprio Campos Sales, procurador-geral da República. Em 1905, já no governo de Rodrigues Alves, um atrito com José Joaquim Seabra, então ministro da Justiça, levou-o a demitir-se da Procuradoria Geral, permanecendo, apenas, como ministro do STF. Em 1907, já no governo de Afonso Pena, licenciou-se do STF e viajou para a Europa. Em 1908, retomou suas funções no STF. Em 1909, a convite do Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, elaborou um projeto de Código de Direito Internacional Público. Ao final do ano de 1912, solicitou aposentadoria do STF a conselho médico. Nesse mesmo ano, assumiu a cadeira de senador pela Paraíba para um mandato de nove anos. Em novembro de 1914, defendeu o então Presidente Hermes da Fonseca, que vinha sofrendo forte oposição. Em 1915, assumiu a chefia política da Paraíba. Ainda em 1915, o Congresso retomou a votação do projeto do Código Civil, parado desde 1901 no Senado, “entre pronomes e verbos”, devido ao parecer de Rui Barbosa, que considerava imperfeita sua redação. O referido projeto foi aprovado pela Câmara e promulgado por decreto por Venceslau Brás com data de 1º de janeiro de 1916. Em dezembro de 1918, Epitácio Pessoa foi convidado pelo então ministro das Relações Exteriores, Domício Gama, para integrar a delegação brasileira à Conferência de Paz, em

Versalhes, sob a chefia de Rui Barbosa. Após a renúncia do parlamentar baiano, Eptácio Pessoa passou a presidir a delegação que, entre seus integrantes, contava com Gustavo Barroso. Durante a realização da conferência, em janeiro de 1919, sobreveio a morte de Rodrigues Alves, eleito presidente da República, sem que tivesse sequer assumido o cargo. O Vice-presidente Delfim Moreira substituiu-o. Surgiu, pela terceira vez, a candidatura de Rui Barbosa para a presidência da República. A oposição dos grandes estados à candidatura de Rui propiciou o lançamento, em fevereiro, do nome de Eptácio Pessoa, considerado candidato neutro, por iniciativa do Partido Republicano Mineiro (PRM). Sua indicação colheu-o de surpresa, ainda na Conferência de Paz. Rui Barbosa fez uma exaustiva campanha pelo interior do país. Nas eleições presidenciais de 13 de abril de 1919, Eptácio Pessoa saiu vitorioso. Durante o mandato de Eptácio Pessoa, pela primeira vez na República, foram nomeados civis para pastas militares, o que suscitou animosidade nos círculos militares contra o novo presidente. Eptácio Pessoa iniciou seu governo num período marcado pela crise econômica e social, já que, desde 1917, cresciam as greves operárias, orientadas por elementos anarquistas. O presidente enfrenta ainda uma série de crises no campo político. A oposição dos grandes estados a Eptácio levou-o a unir os estados do Norte, buscando um equilíbrio com as forças do Sul. Tais esforços, contudo, desgastaram ainda mais a imagem do presidente. Em setembro de 1922, o governo Eptácio Pessoa festejou o Centenário da Independência, organizando a Exposição Internacional montada na Praia de Santa Luzia, que se estendia até a Praça Mauá. Despertaram muita atenção as obras realizadas na cidade, como a construção do Hotel Glória, para abrigar os visitantes na festa do Centenário, e o desmonte do Morro do Castelo, cujos entulhos foram utilizados no Aterro da Glória e da Ponta do Calabouço, onde Eptácio lançou a pedra fundamental do atual Aeroporto Santos Dumont. Nos terrenos resultantes do desmonte do Castelo, obedecendo ao plano urbanístico do arquiteto e paisagista francês Alfred Agache, surgiria, mais tarde, o novo centro comercial e administrativo do Rio de Janeiro. Construiu-se ainda o Túnel do Rio Comprido, ligando os bairros da Tijuca e de Laranjeiras, e foi aterrado um trecho da Lagoa Rodrigo de Freitas, bem como inaugurada sua avenida de contorno, batizada com o nome de Eptácio Pessoa pouco antes de o presidente deixar o governo. Eptácio transmitiu o cargo a seu sucessor, Artur Bernardes, em 15 de novembro de 1922 e, no dia seguinte, embarcou para a Europa, onde permaneceu até julho de 1923. Em setembro desse mesmo ano, passou a ocupar a vaga aberta na Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia com a morte de Rui Barbosa. Em 1924, ocupou nova-

mente o mandato de senador pela Paraíba. Em 1929, teve uma breve participação na primeira fase da Aliança Liberal, movimento político que uniu o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e as oposições locais das outras 17 unidades da federação em torno das candidaturas de Getúlio Vargas — então presidente do Rio Grande do Sul — e João Pessoa — sobrinho de Epitácio Pessoa e então presidente da Paraíba — para a presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. O desdobramento do movimento da Aliança Liberal resultou no assassinato de João Pessoa e na tomada do poder por Getúlio Vargas. Durante os anos 30, Epitácio Pessoa retirou-se da vida pública, participando apenas esporadicamente de algumas atividades no ramo do Direito Internacional. Faleceu em Nogueira, município de Petrópolis, em 1942. (Dados retirados do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, do Centro de Política e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.)

2. Silveira, 1988:118.

3. A participação de Gustavo Barroso no movimento integralista foi de peso. Barroso era um dos principais líderes, fazendo parte da cúpula integralista. Segundo dados do Dicionário Histórico Biográfico, “enquanto a maioria dos teóricos do integralismo se inspirava no fascismo italiano e português, Gustavo Barroso tinha posições bem mais próximas da doutrina alemã. Claramente anti-semita — em seu livro de memórias intitulado O Liceu do Ceará chegou a criticar os judeus ao nível da vida cotidiana —, Barroso expôs suas posições principalmente em Brasil, colônia de banqueiros, obra lançada em 1934 e bem recebida pelo semanário anti-semita alemão Der Sturmer, lançada pelo ‘papa’ do racismo, Julius Streicher, tendo sido considerado pelo jornal nazista Deutsche La Plata Zeitung, de Buenos Aires, como o fuhrer do integralismo brasileiro. Por isso mesmo, foi o único elemento do integralismo que disputou a liderança com Plínio Salgado”.

4. Barroso, 1939:26.

5. Barroso, 1939.

6. Barroso, 1939:13.

7. Sobre o Romantismo alemão, ver Burke, 1989.

8. Sobre a influência do Romantismo alemão no Brasil, especialmente entre os folcloristas, ver Ortiz, 1991, Mello e Souza, 1983, Cavalcanti, 1992.

9. Koselleck faz extensa análise sobre essa vertente historiográfica em Koselleck, 1985.

10. Neste sentido, ver Santos, 1989.

11. Barroso apud Dumans, 1947:10.

12. Santos, 1940.



13. Santos, 1940.
14. Santos, 1940.
15. Santos, 1940.
16. Barroso apud Dumans, 1947:10.

## XV

CONTANDO UMA  
HISTÓRIA DO BRASIL

Em que consistia a reconstrução do passado enunciada pelo Museu Histórico Nacional? Qual História do Brasil era ali contada?

A primeira grande agência destinada a escrever uma história do Brasil foi fundada em 1838, ainda no Império: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Guimarães sinaliza a tarefa específica dessa agência que consistia em “escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador”.<sup>1</sup> Seu principal expoente era Francisco Adolfo Varnhagen, historiador que sintetizou uma tendência da historiografia expressa na idéia de que a história era o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Esses historiadores incorporavam a visão iluminista de que o historiador era um homem esclarecido capaz de influir, com seu conhecimento, nos destinos do país. Segundo Guimarães, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro configurava um momento de passagem entre uma visão antiga e uma visão moderna de pensar a história, congregando aspectos de uma e de outra. A concepção moderna de história implicava traçar a história na linha do tempo, articulando passado, presente e futuro num processo linear marcado pela noção de progresso.

A preocupação fundamental dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro consistia em dar conta da especificidade nacional brasileira, forjando sua identidade. Varnhagen explicitaria “os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização européia”. A nação brasileira seria definida enquanto “representante da idéia de civilização no Novo Mundo”. O conceito de nação operado resultaria fortemente excludente, ficando restrito aos brancos. Os índios e os negros estariam excluídos por não serem portadores da civilização. Pensar o dilema brasileiro enquanto amálgama dessas três raças seria uma das tarefas do Instituto Histórico e Geográfico Bra-

sileiro levadas a cabo no quadro do evolucionismo. Por outro lado, a concepção antiga ou clássica de história estaria presente por meio da idéia de história enquanto mestra da vida. Reunindo biografias capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, sistematizava uma galeria de heróis nacionais. Os heróis representavam pessoas exemplares ou paradigmáticas da nacionalidade, cuja função precípua consistia em, pela repetição de suas histórias, transmitir ensinamentos à população em geral. Com isso, buscava-se garantir a homogeneidade de pensamento no interior da nação, no sentido de congregar em torno de um referencial comum grupos sociais altamente diversificados culturalmente.

Capistrano de Abreu representou no período de transição entre os séculos XIX e XX mais uma contribuição importante no sentido da formulação de uma história do Brasil. Araújo, em artigo sobre Capistrano, situa sua obra entre a produção de Varnhagen e as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.<sup>2</sup> A peculiaridade desse autor, segundo Araújo, residiu no fato de ter sido o historiador que “talvez tenha mais bem encarnado entre nós o ideal da busca “moderna” de verdade, dedicando-se incansavelmente à tarefa de procurar documentos inéditos, ocupando-se de sua tradução e publicação, tentando estabelecer a identidade dos seus autores, cuidando, portanto, de estimular e promover a pesquisa das fontes históricas por todos os meios que estivessem ao seu alcance”. Essa atividade o destacou, transformando-o em modelo de uma geração de autores dedicados à pesquisa e à redação da história do Brasil.

A evocação de Varnhagen e de Capistrano sinaliza alguns dos fundamentos que embasaram a produção historiográfica nas primeiras décadas deste século. Embora os autores caminhassem a passos largos para a afirmação da vertente historiográfica moderna, o modelo estabelecido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, combinando as vertentes antiga e moderna, em muitos de seus aspectos, parece ter exercido grande influência sobre o Museu Histórico Nacional, sob a direção de Gustavo Barroso.<sup>3</sup>

Tanto nas exposições quanto em sua produção literária, o Museu Histórico Nacional tendeu a uma combinação peculiar desses dois modelos de história — o clássico e o moderno. Não se pode, por exemplo, dizer que a história do Museu Histórico

Nacional ignorasse o tempo como *continuum* ou não se preocupasse em produzir a compreensão global da realidade. Esses pressupostos de um modelo moderno de história estavam presentes na organização das salas de exposição que se dividiam em: “Colônia (sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (salas D. Pedro I e D. Pedro II); República (sala Deodoro); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias) (...)”<sup>4</sup>

Nessa organização havia claramente a intenção de fixar períodos a partir de marcos políticos relativos ao estabelecimento do país enquanto nação independente. Entretanto, essa periodização conviveria com o resgate de momentos significativos, o culto a épocas do passado e, principalmente, a nostalgia do Império, freqüentemente observada. As épocas históricas seriam evocadas não no sentido de estabelecer a verdade, mas de afirmação de valores, como se pode observar na descrição do conservador Dumans sobre as salas dedicadas à Colônia e ao Império.

*“Noutras salas, os retratos da época colonial e dos 1º e 2º Reinados; o de D. Carlota Joaquina; e de Dona Escolástica, e o de sua filha, a Marquesa de Santos, favorita de D. Pedro I; o de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei; o de D. João VI; o de D. Pedro I, D. Pedro II e D. Maria I; o dos grandes Generais Osório e Caxias; maquete das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Thereza Christina, princesa Izabel e outras muitas produzem impressão duradoura, revelam um passado tranqüilo e magnífico, revivendo flagrantes materializados de eras brasileiras.”*<sup>5</sup>

Essa galeria de personagens reforçava a idéia de uma história mestra da vida, onde o passado com seus exemplos revelava ensinamentos para as ações no presente. Essa concepção atualizava-se numa ênfase no chamado “papel educativo do Museu Histórico Nacional”, que mereceu espaço extenso e significativo nos artigos dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, publicação oficial que circulou regularmente de 1940 a 1975.

Para Nair de Moraes Carvalho, colaboradora de Gustavo Barroso durante praticamente todo o período em que esteve à frente da instituição, o Museu

Histórico Nacional era um “foco de cultura e aprimoramento” que “contribuía para o desenvolvimento da cultura no país”, trazendo “o jovem e a criança para o museu”, segundo os pressupostos de “modernas teorias” de “estudiosos estrangeiros”.<sup>6</sup>

Na visão do conservador Sigrid Porto de Barros, os objetos seriam testemunhos de épocas determinadas, portando conhecimento transmissível. Eles permitiriam a “concretização dos fatos narrados em aula”, a vivência do passado por parte dos alunos e, sobretudo, a “formação do espírito cívico”, “de idéias patrióticas e humanitárias”. O Museu Histórico Nacional, no seu entender, devia oferecer

*“um conjunto vivo que, a par de detalhes artísticos e técnicos, favorecesse sobremodo o ensino da História, proporcionando aos alunos um conhecimento básico da época em que vivem, tornando-os capazes de compreender que o presente é consequência do passado e a importância da causalidade em História”<sup>7</sup>*

Se, por um lado, o passado (por meio dos objetos) ensinaria sobre o presente (História *magistra vitae*), por outro lado, havia a busca, também por meio dos objetos, da compreensão global da realidade mediante o estabelecimento de períodos, “Brasil-Colônia, Reino, Império, República”, e da relação de causalidade em história. Os objetos seriam, pois, exemplos de uma construção narrativa, veículos para a transmissão de ensinamentos prefigurados (História Moderna). A função precípua dos museus seria a transmissão dos valores da civilização a todos os povos. Particularmente num museu de história, a educação assumiria um fim prático “visando precipuamente à formação da consciência patriótica”. Idealmente, o museu seria importante auxiliar do Estado nacional em seu objetivo de transformar o conjunto dos habitantes de um território em cidadãos referenciados à nação, como constitutivo básico de suas identidades. Com essa finalidade prática e política enunciada, a história como mestra da vida seria enfatizada no Museu Histórico Nacional. A formação da consciência cívica seria ultimada “por meio da narrativa dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional”. Os conser-

vadores procuravam atrair para o museu “associações ou entidades trabalhistas” e, principalmente, as “escolas públicas”, onde estariam os estudantes de menor nível sociocultural. A “mensagem cultural” do Museu Histórico Nacional era também “niveladora”, no sentido de forjar os cidadãos conscientes do “dever cívico de amar e respeitar a pátria”, ou seja, de se tornarem, acima de suas diferenças culturais, brasileiros.

A principal característica da História do Brasil enunciada pelo Museu Histórico Nacional, que demarcava um campo próprio, era a ênfase atribuída à relação de continuidade do Brasil enquanto nação com o Estado patrimonialista português. Barroso preocupou-se — como assinalou Miriam Sepúlveda dos Santos, em trabalho recente sobre museus — em “estabelecer uma marca nacionalista com base no culto às tradições estabelecidas pelo modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial implantado por Portugal no Brasil e pela valorização de uma etnia peculiar, autóctone, que incorporava negros, índios e mestiços, ainda que por meio de uma representação paralela — a do folclore nacional, o qual não ocupava espaço privilegiado no Museu Histórico Nacional”.<sup>8</sup>

A visão hierárquica de sociedade preconizada por Barroso estruturava-se basicamente pela demarcação entre as elites e o povo. As elites aparecem associadas originalmente ao Estado Imperial, enquanto o povo seria caracterizado pela idéia de amálgama singular entre as raças, básico para a construção de uma identidade nacional.

Barroso pretendia recolher ao Museu Histórico Nacional os objetos representativos das elites — “*Leit* ou *Leyt* a Elite, o escol, a nata, isto é, os guerreiros capazes de combater”.<sup>9</sup>

Considerava importante criar um museu destinado à preservação dos objetos representativos do povo: um museu folclórico ou ergológico — “*Folk* ou *Vôlg*, povo, o vulgo, os que acompanham”.<sup>10</sup> Chegou até a escrever artigos sobre o assunto, entre os quais “O Museu Ergológico Brasileiro: o Desenvolvimento dos Estudos Folclóricos em Nosso País”, para os *Anais do Museu Histórico Nacional*, de 1942.

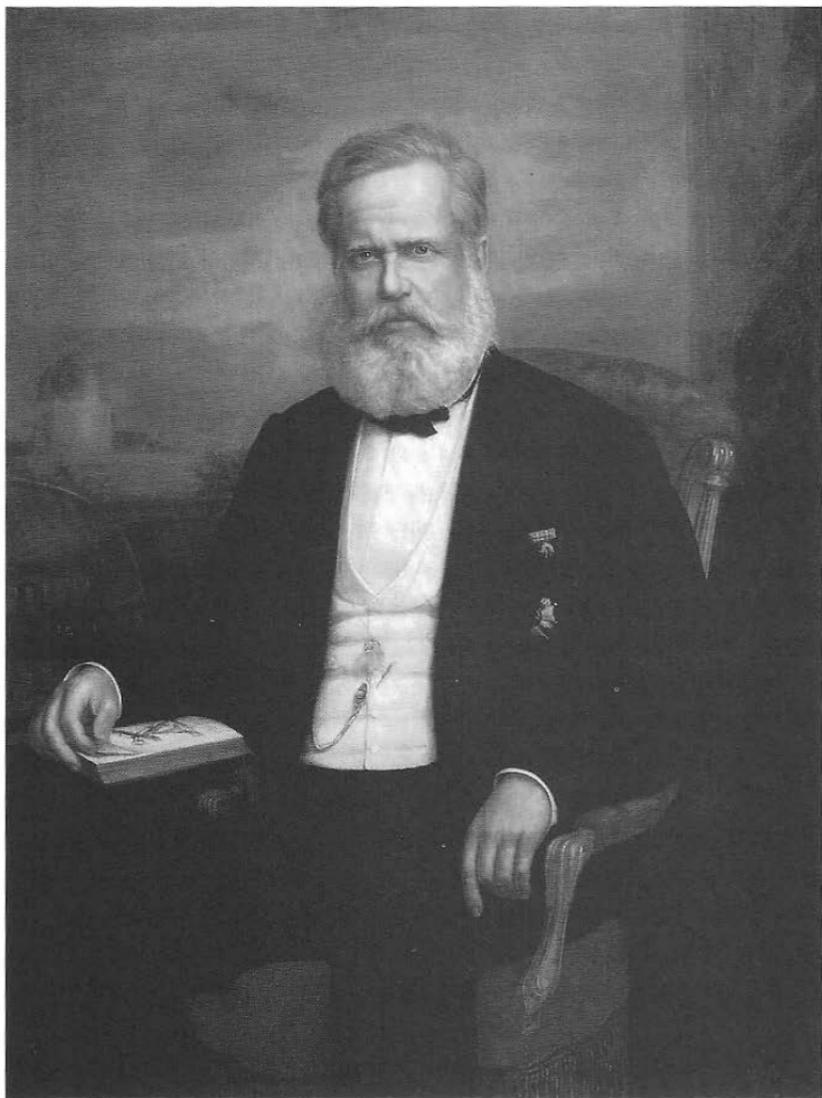
A História do Brasil para Barroso tem início em 1808, quando a Coroa Portuguesa instituiu o Reino Unido de Portugal e Algarves. Sob a ótica de Barroso, o

Estado Imperial teria forjado a nação brasileira, unificando os brasileiros e demarcando as principais fronteiras. A tradição brasileira — que deveria ser preservada e cultuada — havia sido estabelecida pelo Império. Assim, como também observou Santos, o Museu Histórico Nacional, sob a direção de Barroso, recolheu, principalmente, objetos associados ao Estado Imperial e não às novas aquisições da República. Barroso opunha-se mesmo a algumas medidas republicanas, como a “descentralização” dos estados que a República promoveu.

Em linhas gerais, é possível assinalar divergências entre a construção histórica de Barroso e a construção histórica que a República, em seus primeiros anos, procurou consolidar. A Proclamação da República implicou a invenção de uma tradição republicana, para usar expressão do historiador inglês Eric Hobsbawn. Personagens como Tiradentes foram retirados do limbo do esquecimento para serem glorificados como precursores da nação republicana. Essa orientação almejava forjar uma tradição republicana para a nação, enfatizando a descontinuidade da República com relação ao Império.<sup>11</sup>

Barroso, em contraposição, seguia a tendência que fundamentava as bases da tradição nacional no Império.

No Museu Histórico Nacional, o culto à tradição implicou o culto a pessoas exemplares, capazes de personificar essa tradição. O Museu Histórico Nacional tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Corporificando a idéia de monarca esclarecido, D. Pedro II, por exemplo, era apresentado como uma dessas pessoas exemplares. O culto à pessoa exemplar, tanto no caso do Imperador quanto no de outras pessoas eleitas como tal, estruturava-se por meio dos objetos a ela relacionados. Walter Benjamin sugere que, nesse sentido, seja utilizado o conceito de aura. “A ‘aura’ de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado.” Benjamin reserva as noções de singularidade (*uniqueness*) e permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reproduzibilidade e a transitoriedade dos objetos “não-auráticos”. “Estes últimos, exatamente por serem reproduzidos e transitórios, não guardam qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal e coletivo.”<sup>12</sup>



Óleo sobre tela retratando o imperador D. Pedro II, de autoria de Delfim da Câmara, 1875.  
D. Pedro II é aqui representado como um homem erudito, voltado para os estudos e as novidades da ciência

Havia no Museu Histórico Nacional, sob a direção de Barroso, grande preocupação com a origem das peças (autenticidade) e a relação das peças com o possuidor originário ou com o doador que a conservou por seu valor simbólico. Essa relação estreita, possuidor-original-doador-objeto reforçaria a aura do objeto, quase sempre associado a alguma grande personalidade ou pessoa exemplar. Após ter ingressado no museu, o objeto permaneceria, desse modo, associado ao possuidor original e/ou ao doador, como representação particular da pessoa além da morte, uma relíquia. O doador, nesse contexto, seria, também, um primeiro conservador, pois, percebendo certo valor simbólico no objeto, teria decidido conservá-lo, para, mais tarde, depositá-lo num museu de sua confiança, uma instituição capaz de conservá-lo para a eternidade. A relação entre museu e doador seria de confiança recíproca, e, com a conservação dos objetos, procuraria assegurar a conservação daquilo que eles estariam simbolizando.

O Museu Histórico Nacional destinava-se a “guardar e expor as relíquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens”.<sup>13</sup> O conservador Dumans atribui o sucesso da iniciativa de criação do Museu Histórico Nacional à legitimidade adquirida por Barroso nos meios oficiais e nas elites socioeconômicas. As boas relações do diretor do Museu com presidentes, como Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, associadas a seu talento e habilidade, teriam sido fatores decisivos. Além disso, menciona o “louvável interesse do público”, “não só pelo crescente número de visitantes”, como na “cooperação direta”, mediante doações.<sup>14</sup> Segundo Dumans, “a Diretoria teve de apelar para a generosidade particular, cuja assistência não lhe faltou, destacando-se pelos seus donativos as seguintes pessoas: Drs. Guilherme, Arnaldo, Carlos e Otávio Guinle; Barão Smith de Vasconcelos, Sr. Manuel Mendes Campos, Dr. Julio Otoni, Sr. Mario de Oliveira, Sr. Cândido Souto Maior e Sra. Miguel Calmon”.<sup>15</sup>

Resultado de uma iniciativa oficial, articulado com determinada noção de história, sob a liderança de Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional converteu-se, também, num espaço de articulação entre grupos sociais diversos, funcionando como uma instância do que Bourdieu denominou mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 1987). Por meio das doações, alguns grupos sociais

estariam materializando troca de objetos pouco palpáveis, como prestígio, honra, legitimidade.

O culto da saudade implicava uma visão nostálgica do passado, onde alguns momentos eram especialmente glorificados em detrimento de outros. Ao período do Império corresponderia um passado tranqüilo e magnífico. A civilização nos trópicos brasileiros teria sido aquisição da nobreza brasileira, consolidada durante o reinado de D. Pedro II, o monarca esclarecido e culto.

A distinção da nobreza brasileira, enquanto grupo social, e do Império, enquanto período histórico, com relação a outros grupos sociais e a outros períodos da história do Brasil, inspirou muitos artigos para os *Anais do Museu Histórico Nacional*. Alguns faziam considerações sobre a função educativa do museu, enunciando explicitamente a relevância em transmitir, principalmente à criança e ao jovem, os valores civilizados adquiridos pela nobreza brasileira que implicavam determinado gosto, determinado padrão de vida com hábitos consagrados. Objetos tão diversos quanto espadas, louças, jóias, brasões, pinturas, fotografias, livros eram preservados e exibidos segundo essa lógica. A aparente diversidade deixava entrever a disposição hierárquica dos objetos, que traziam a aura de seus possuidores. Deles emanavam hábitos considerados civilizados. Assim como o mito, que, contado várias vezes, tem por função estabelecer as regras básicas de uma sociedade indígena, o museu sob a direção de Gustavo Barroso tinha por função a manutenção de uma ordem construída cotidianamente por meio dos objetos — representações visuais de uma idéia que encaixava as categorias museu, história e nação, segundo lógica própria. Assim, o público-alvo do Museu Histórico Nacional circulava num espaço público, identificando valores ou aprendendo sobre eles com os objetos expostos nas vitrines. Por meio do culto a determinada representação do passado, esse conjunto de idéias e valores era afirmado no presente.

## NOTAS:

1. Não havia formação específica para a atividade de conservador até 1932, quando foi criado, no próprio Museu Histórico Nacional, um curso de museologia, embrido de um curso universitário que, hoje, se encontra sediado na UNI-RIO. Na verdade, os conservadores, no período que estamos tratando, ingressavam no Museu Histórico Nacional por intermédio da rede de relações sociais centrada na figura do diretor. Guimarães denomina esse conjunto de relações sociais sociedade de corte, a expressão consagrada por Norbert Elias (apud Guimarães, 1988:9). Nesse tipo de sociedade, os critérios de recrutamento básico passavam necessariamente pela teia das relações pessoais em oposição a critérios apoiados no domínio de um saber específico. No caso do Museu Histórico Nacional, essa forma de recrutamento dos conservadores favoreceu uma certa homogeneidade de pensamento encontrada nos Anais. Além disso, trabalhando num museu de história, os conservadores se viam compelidos a operar conceitos produzidos no campo da história enquanto disciplina.
2. Araújo, 1988.
3. Araújo, 1988:33.
4. Dumans, 1940:215.
5. *Idem*.
6. Carvalho, 1947:26-30.
7. Barroso, 1948:48-72.
8. Santos, 1989:25.
9. Barroso, 1935:20.
10. *Idem*.
11. Carvalho, 1990.
12. Gonçalves, 1988:265-266.
13. Apud Dumans, 1947.
14. Dumans, 1940:217.
15. Dumans, 1947.

## XVI



## QUE PAÍS É ESTE?

A construção da nação brasileira, na perspectiva de Barroso, ancorava-se no culto às tradições, com acentuada ênfase na relação de continuidade do Brasil com Portugal. Em artigo publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, sobre a realização de uma exposição histórica do Brasil em Portugal, Barroso comenta: “No dintel da larga porta de entrada uma figura hierática de anjo, em baixo-relevo, representava o gênio da Civilização Cristã, de que promanam Portugal e o Brasil.”<sup>21</sup>

Na produção historiográfica veiculada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o papel da civilização portuguesa era o que, em parte, assegurava a construção da nação brasileira, enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo.

A insistência nesse vínculo fundador, marco de origem, demarca, pois, maneira singular de entendimento da nação. O nascimento data da chegada da Coroa Portuguesa, em 1808. A partir daí, são assinalados marcos significativos. A independência política, em 1822, por exemplo, longe de constituir rompimento com a colonização portuguesa, é enunciada como marco de iniciação. Como sucessores da independência política, dando continuidade a um mesmo processo, aparecem o Império e a República.

Sob essa perspectiva, a nação é uma construção do Estado e da Coroa. O papel da nobreza e do exército são ressaltados. Além disso, algumas pessoas são eleitas como exemplares, paradigmáticas desse modelo de edificação nacional. Biografias de indivíduos singulares ilustram e ensinam sobre a singularidade da nação. O processo de construção da nação engloba, entre outros fatores, o alargamento e a demarcação de fronteiras territoriais, a unificação de todas as populações dispersas no território e até a aquisição de um gosto refinado. Os

agentes desse processo formam a galeria dos heróis e pessoas-símbolo da nacionalidade. Os objetos a ele relacionados constituem as “reliquias do nosso passado”, destinados a “cultuar a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens”<sup>2</sup>

*“Onde estão os chifarotes dos bandeirantes paulistas que desbravaram valentemente os sertões? (...) Que fim levaram as espadas dos que batalharam no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, dos que foram a Caiena, dos que exploraram as terras em tempos coloniais, combatendo os aborígenes nas matas intrincadas?”<sup>3</sup>*



*Relíquias da Guerra do Paraguai, figuras de proa retiradas de navios paraguaios pela Marinha Imperial brasileira*

Guimarães chama a atenção para a postura iluminista que presidiu o pensar a nação no contexto brasileiro. Segundo esse autor, o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visava produzir a homogeneização da visão do Brasil no interior das elites brasileiras. Isso se devia à crença na necessidade de esclarecimento das elites, responsáveis pelo esclarecimento do resto da sociedade. O Museu Histórico Nacional até certo ponto fazia eco para essa visão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O retrato da nação surgia, por exemplo, como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e européia. Essa idéia forjava uma representação de nação associada à civilização que, por sua vez, se restringia eminentemente aos brancos. Os outros desta nação eram, no plano interno, índios e negros, excluídos do projeto por não serem portadores da noção de civilização, e, no plano externo, as repúblicas latino-americanas que, durante todo o 2º Reinado, representaram a barbárie, legitimando a política externa, as guerras e as lutas políticas internacionais empreendidas sob o reinado de D. Pedro II. Em termos genéricos, essa representação de nação parece se ter constituído numa espécie de matriz de um debate que se prolongou por várias décadas.<sup>4</sup>

A expressão culto da saudade expressava fundamentalmente a nostalgia por um passado idealizado, quando no Brasil teria havido brilho, beleza, civilidade, ambiente de uma verdadeira Corte. As carruagens imperiais, nesse sentido, equivaleriam a provas, testemunhos, documentos coesos para comprovação da tese de que as elites no Brasil em nada ficavam a dever às elites européias.

*“Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes européias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além de uma Corte formada, na sua maioria, por elementos enobrecidos por mercê de dois Imperadores, num lapso de 67 anos, quando as Cortes da Europa, em boa parte, remontavam ao tempo das Cruzadas, e mesmo anteriormente a elas. Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que poliram nomes de família. No entanto, nenhum prín-*

*cipe ou jovem fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constringido por falta de civilidade ou de ambiente de uma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante. (...) As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coesos (...).<sup>25</sup>*

Barroso estabeleceu como uma das prioridades do Museu Histórico Nacional o estudo da heráldica. Orientou os conservadores para que adquirissem conhecimento perfeito para a compreensão e leitura dos brasões, símbolos da antiga nobreza, indicadores das genealogias, dos títulos, das histórias dos indivíduos, das famílias e das nações.



*"Berlinda de Aparato": veículo de gala da Casa Imperial durante o reinado de Pedro II*

Barroso atribuía à heráldica “o índice mais elevado e completo da civilização que Augusto Comte denominou, com absoluta propriedade e seguro fundamento científico: católica-feudal”. O culto da saudade vinculava-se, assim, a um ideal de civilização construído sob a inspiração de imagens de uma nobreza com raízes medievais. Barroso dedicou-se a pesquisar as raízes européias medievais de nobres brasileiros por meio das reconstituições genealógicas.

A nobreza e o exército formariam os dois pilares de sustentação da nacionalidade. Mediante exaustivas reconstruções genealógicas, os conservadores do museu perseguiram as origens de segmentos das elites aristocráticas. Essas reconstruções tomavam como referência um ponto distante na linha do tempo: a Idade Média. Assim, buscava-se encontrar as raízes medievais, de antigas nobrezas da Europa Cristã, para as elites aristocráticas brasileiras. Nas raízes jorra o sangue. Idêntica substância que percorre troncos, galhos e folhas, demarcando o estreito círculo da nobreza. Na visão de Gustavo Barroso, objetos provenientes desses segmentos que ingressavam no museu por meio de doações eram tomados como emblemas. Representavam as alianças estabelecidas ao longo dos tempos, numa seqüência de comunicação permanente dos mortos com os vivos. Expressavam, ainda, o que eram consideradas as principais qualidades da nobreza: antiguidade, raridade, civilização. E, também, hierarquia, tradição. O culto da saudade significava, também, culto aos antepassados, culto à tradição.

Com relação ao Exército, é curioso que o diretor do museu tenha chegado a propor o culto ao Exército. Sonhava em escrever a história militar no Brasil, desfiando, na linha do tempo, eventos de uma história militar que considerava uma das mais brilhantes do mundo.

O propósito de Barroso era, sobretudo, didático. A história militar estaria repleta de “vultos e glórias fora do comum” e de “grandes ensinamentos técnicos e políticos; (...) e [seria] rica de altas lições de sacrifício e patriotismo”. Seguindo os pressupostos de uma história clássica, mestra da vida, Barroso procurava recuperar momentos significativos de uma história militar para enfatizar e glorificar o papel do Exército.

*“Durante muitos anos, me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares.”<sup>66</sup>*

A tradição seria a alma dos exércitos, e a “tradição do Exército brasileiro” seria “de corpo e de espírito”, tendo para coroá-la “um verdadeiro herói epônimo do Brasil — Duque de Caxias — (...) grande profissional que usa a profissão e o prestígio decorrente do seu exército vitorioso para realizar a última etapa duma obra que vinha do bandeirantismo desrespeitador do Meridiano: a Unidade Nacional”. A tradição opor-se-ia à “formação tumultuária” brasileira, vinculando-se à idéia de estabilidade, permanência.

*“Num país como o nosso, de origem e formação tumultuárias, o Exército é como uma Ordem Permanente, representa uma muralha de sustentamento e uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continuidade da vida nacional.”<sup>67</sup>*

O objetivo de Barroso era reunir no Museu Histórico Nacional uma coleção de armas que ele considerava “um repositório de lições concretas do emprego e evolução do armamento”. As armas estariam ensinando sobre as principais guerras e sua importância na construção da “unidade nacional”.

De acordo com relato de um dos colaboradores de Gustavo Barroso, Professor Aureliano Diamantino Silveira, “a vida militar” é referência constante na obra do diretor do Museu Histórico Nacional. Em autobiografia, o próprio Barroso teria informado:

*“Os relatos sobre a campanha do Paraguai, que eu ouvia bem pequenino dos lábios dos veteranos que freqüentavam a casa de minha família — meus primos, meu padrinho — foram as primeiras emoções fortes de minha vida. Eu sonhei sempre ser militar. As circunstâncias impediram-me de seguir a carreira das armas;*

*não me impediram, porém, de me tornar um escritor militar, um historiador militar*”<sup>8</sup>

O museu repetia ritualmente, por intermédio de seus objetos, a balada exemplar dos heróis. Modelos de indivíduos dedicados à nação, num espírito essencialmente missionário, deveriam ser exibidos e cultuados. Possuíam a força do mito, que, pela repetição, divulga e impõe valores, demarcando regras de funcionamento da estrutura social. No Museu Histórico Nacional, a história nacional era evocada como resultado da ação dos heróis. Os objetos relacionados diretamente a eles, designados por “objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis”, sintetizavam histórias heróicas.<sup>9</sup>

Biografias e objetos desse modo complementavam-se. O próprio Gustavo Barroso escreveu algumas biografias: *Osório, o Centauro dos Pampas*, 1933; *Tamandaré, o Nelson brasileiro*, 1933; *Caxias*, 1945, entre outras.

Na galeria desses heróis, duas figuras destacavam-se: Duque de Caxias – por intermédio do qual o papel do Exército, na formação da nacionalidade, era valorizado – e D. Pedro II, enfatizando o papel do Estado e da nobreza enquanto grupo social capaz de conduzir o processo civilizatório.

Duque de Caxias representava o herói por excelência, “um verdadeiro herói epônimo do Brasil”<sup>10</sup>

Consoante com uma vertente histórica, o Museu Histórico Nacional cultuava a figura de Caxias como o unificador nacional. Os “grandes feitos” dos heróis serviam para a perpetuação de valores morais por meio do ensino. No caso de Caxias, enfatizava-se o papel relevante do Exército para a manutenção da estrutura social.

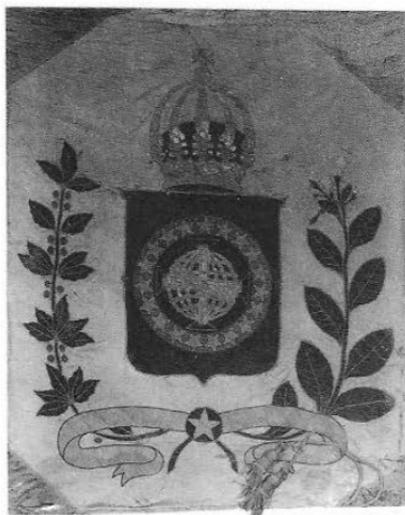
D. Pedro II encarnava o monarca esclarecido, símbolo de abnegação, distinção e sabedoria; representava o homem público por excelência. Representação que se consubstanciava nos objetos-semióforos relacionados a sua pessoa. Ainda hoje esses emblemas imperiais configuram presença marcante no acervo do Museu Histórico Nacional.

Além dos grandes heróis, havia espaço ainda para pequenos heróis, capazes de com seus exemplos didáticos inculcar o culto à pátria. Nos *Anais*, encontramos dois artigos focalizando pessoas comuns que se teriam notabilizado por atitudes patrióticas. O primeiro, intitulado “Um valioso presente para o Museu Histórico”, conta a história de um veterano soldado da Guerra do Paraguai que teria encontrado uma bandeira do Império servindo de tapete a Solano Lopez. O patriótico soldado guardou a bandeira consigo, doando-a ao *Jornal do Commercio* para que fosse colocada “num lugar onde todos (pudessem) vê-la e venerá-la”. Mais tarde, o jornal doou-a ao Museu Histórico Nacional. O artigo traz uma biografia do tenente, enfatizando seu heroísmo e amor à pátria, encerrando da seguinte forma:

*“A preciosa bandeira foi recolhida ao Museu Histórico, onde se encontra cuidadosamente guardada. O dito tenente vinha sempre ao Museu, nas datas comemorativas da entrada triunfal do Exército Brasileiro em Assunção. Ele parava sempre em frente à preciosa bandeira, que foi colocada na Sala Duque de Caxias, perfilava-se, batia continência e ficava alguns instantes em silêncio em frente à mesma. Depois, nunca mais apareceu. Foi dormir o sono tranquilo dos que souberam amar e defender a sua pátria.”<sup>11</sup>*

Outro artigo, “Tocante Solenidade”, relata evento ocorrido no Museu Histórico Nacional para receber uma bandeira brasileira salva de um naufrágio por um estudante.<sup>12</sup>

Assim, formou-se no Museu Histórico Nacional uma galeria de indivíduos paradigmáticos vinculados ao culto à pátria. Seus emblemas — esculturas, máscaras mortuárias, pinturas, biografias, fotografias, gravuras — constituem indícios concretos desse culto a um indivíduo singular — expressão de uma consciência nacional. Reis, rainhas, condes, ministros de Estado, benfeitores do Museu Histórico Nacional, militares, escritores e pequenos heróis repousam, lado a lado, por intermédio de suas inúmeras relíquias. Um perfeito santuário, com coroas de ouro, fios de cabelo, dentaduras, espadas, bandeiras, e toda a sorte de objetos capazes de evocar e despertar a consciência cívica.



*Bandeira Imperial em fio de ouro utilizada pelas tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, século XIX*

## NOTAS:

1. Barroso, 1940:235.
2. Dumans, 1947.
3. Barroso apud Dumans, 1947:9.
4. Oliveira, 1990.
5. Rusins, 1941:220-290.
6. Barroso, 1942:415.
7. *Idem*.
8. Silveira, Aureliano Diamantino, *Conferência pronunciada no Museu Histórico Nacional, em 08.10.88*.
9. Barroso, apud Dumans, 1947:1.
10. Barroso, 1942:401.
11. Anais, 1942 vol. III — a partir de reprodução de uma notícia publicada no *Jornal do Commercio*, em 13 de setembro de 1922.
12. Anais, 1942, vol. III.

XVII



A DESFABRICAÇÃO DO IMORTAL

*“Não se trata de conservar o passado,  
mas de realizar suas esperanças.”*

*(Adorno)*

“Nada se conserva, nada se guarda!”, repetia, aflito, Gustavo Barroso. Medo indefinido da perda, do esfumçamento na morte. As construções dos homens se esvaindo na esteira do progresso. Os nomes das ruas mudando a cada passo. Tradição! Tradição! Tradição como antídoto à mudança que tudo desfigurava. Repúdio às novidades, ode ao antigo!

Em movimento extremado—resposta possível à desenfreada perda de certas referências estéticas, históricas, culturais que se verificava no Brasil naqueles primeiros anos do século XX—, o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional emergiu como o arauto da conservação. A uma sociedade dominada pelo culto às novidades, pelo apego à mudança, Gustavo Barroso contrapôs a preservação de milhares de objetos fadados ao desaparecimento.

Mas, afinal, para que conservar? Para que guardar?

Em sua dimensão ética e pedagógica da História, o ato de conservar e guardar vinculava-se a uma função eminentemente prática: fazer amar a pátria. O museu contribuiria, assim, para forjar nos indivíduos um sentimento nacionalista. Por meio de seus ensinamentos, o brasileiro aprenderia a amar e respeitar o seu país.

Barroso não ocultava sua intenção de fazer do Museu Histórico Nacional essencialmente um museu das elites. A elas atribuía a fundação da nação brasileira. Preocupado em estabelecer os marcos de origem, optou por privilegiar o momento de implantação do modelo centralizado e hierárquico do Estado Im-

perial português. Sua perspectiva caminhou no sentido de enfatizar as continuidades com esse modelo matricial, fixado no tempo no momento exato da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. O Museu Histórico Nacional deveria representar, por meio de seus objetos, a ação das elites na edificação nacional. A acepção da categoria elite no pensamento barroso indicava “o escol, a nata, aqueles que comandam, inauguram”. Numa outra instância, em sua visão holista de sociedade, estaria o *povo*, “*folk*, aqueles que seguem”, instância complementar e encompassada pela primeira — as *elites*. Barroso atribuía um valor à conservação de objetos destinados ao cultivo de uma memória do povo. Contudo, um museu que guardasse e conservasse as coisas do povo deveria ser de outro tipo: folclórico, ergológico. Nesse museu, não haveria tanto a preocupação em demarcar uma origem para a nação. Mas, sim, em determinar (e fixar) alguns traços que poderiam ser qualificados como singulares do *povo brasileiro*. Barroso escreveu extenso artigo sobre a proposta de um museu ergológico ou folclórico. Não chegou a efetivá-la.

Perseguindo as origens da nação, o diretor do Museu Histórico Nacional sedimentou na instituição uma História nacionalista com base no resgate de um passado heróico. No projeto de conservação de objetos emblemáticos dessa História, procurou recolher os símbolos das elites aristocráticas identificadas com a fundação da nação brasileira. Assim, no Museu Histórico Nacional, ao contrário de serem enfatizadas as novidades advindas com a implantação do regime republicano, foram enfocados os vínculos, as continuidades com o Estado Imperial português. Numa perspectiva de culto, um período histórico sobressaiu-se dos demais: o Império. Personagens de uma tradição forjada no Império mereceram salas especiais, como D. Pedro I, D. Pedro II, Caxias, Osório, Tamandaré.

Além dos objetos recolhidos pelo próprio Barroso em estabelecimentos públicos, as doações de particulares tenderam a corroborar esse modelo. As elites aristocráticas formavam o segmento de maior penetração no Museu Histórico Nacional. Trocas rituais e simbólicas efetuavam-se por meio dessas doações, e a instituição muito contribuiu para reabilitar o prestígio ameaçado desse grupo social.

Sangue era categoria fundamental no bojo dessas elites aristocráticas. Por meio das árvores genealógicas repetia-se, em séries infundáveis, o exercício de reconstruir a longa tradição da “nobreza brasileira”. A manutenção do culto a uma elite unida por laços consangüíneos constituía uma das mais articuladas expressões de uma tendência holista no pensar a nação brasileira. Tendência que atravessou o tempo, instalando-se em plena República. A Coleção Miguel Calmon — ainda hoje uma das maiores e mais expressivas coleções do Museu Histórico Nacional — representa de maneira singular algumas formas de perpetuação da nobreza enquanto grupo social e enquanto valor. A tendência da nobreza, observada por Simmel no início do século, de fechar-se em estreitos círculos marcados pela consangüinidade, de acentuar sua distinção dos demais grupos sociais, de privilegiar a relação com outros nobres extrapolando as fronteiras nacionais, de transmitir o valor da nobreza como legado ao longo dos tempos são algumas características perceptíveis na coleção. Sinalizando aspectos holistas no interior desse grupo social, a trajetória de Miguel Calmon — jovem membro das elites republicanas na Primeira República — é previamente demarcada, com continuidade ao longo dos tempos. O nome de batismo herdado do tio, Marquês de Abrantes, “estadista de dois Impérios”, brasões, emblemas da nobreza e da família imperial constituem legados de expressivo valor simbólico: atualizar, por intermédio do jovem Miguel Calmon, o *éthos* da nobreza de seus ancestrais da corte imperial. Bens herdados ou atribuídos sinalizam a articulação dos nobres ao longo dos tempos.

Por outro lado, por meio de objetos adquiridos pelo “ministro mais jovem da República” é possível reconhecer a absorção de uma ideologia de progresso e modernização muito difundida na virada do século. Sintonizar-se com um tempo repleto de novidades, alterar o panorama da natureza, domesticando-a por meio de grandes obras que as invenções científicas tornaram factíveis, unir com trilhos e fios o imenso território ainda por dominar, enfim, construir a nação e as pessoas nacionalizadas emergem como as tarefas por excelência do homem público no período de fundação da República brasileira. Numa singular combinação entre o tradicional e o moderno, a coleção desse jovem político da Primei-

ra República, sucessor do velho Marquês de Abrantes, fornece chaves para o entendimento de algumas peculiaridades das elites entre nós.

Leques, fotografias, móveis, jóias, livros, enfim, um conjunto significativo de objetos sobreviveu ao tempo e foi preservado numa casa dedicada à memória da nação brasileira. Extrapolando as fronteiras da nobreza brasileira ou de qualquer segmento social, transformando-se de bem privado em bem público, todos esses objetos — ou semióforos — estão hoje no museu, acessíveis aos cidadãos para o prazer estético de um simples olhar ou para deles extrair conhecimento. Desse modo, o Museu Histórico Nacional vem cumprindo seu papel de “lugar de memória”<sup>1</sup>.

Como assinalou Pierre Nora, nas sociedades modernas, onde a acentuada fragmentação da vida coletiva e a crescente valorização do indivíduo gerou a desagregação dos laços de continuidade, surgiu, em contrapartida, a necessidade de criação de lugares para a preservação de memórias coletivas que antes eram geridas pelos próprios grupos sociais.

No entender do historiador francês, esse processo disseminou-se por todo o planeta. As sociedades que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores desapareceram. “Fim das ideologias-memória, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado ao futuro ou indicavam, do passado, o que era necessário reter para preparar o futuro.” Num processo crescente, os tempos modernos sinalizaram o fim das sociedades-memória com forte capital memorial, tais como grupos, famílias, etnias.

Os lugares de memória enunciados por Nora indicam que, não podendo mais haver memória espontânea, passou-se a criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres. “Nunca se guardou tantos documentos, nunca se arquivou tanto papel”, comentou Nora. Desse modo, os lugares de memória foram gerados numa sociedade onde a operação da memória já não era mais natural, onde já não mais existia o meio ambiente da memória (*milieu de mémoire*). Esse movimento atingiu seu ponto máximo com o fim da memória nacional, “a mais forte das nossas tradições coletivas; por excelência nosso meio ambiente de memória”.

Com o esfacelamento da memória nacional, os lugares de memória tenderão a desempenhar um duplo papel, servindo, de um lado, para salvar do esque-

cimento antigas tradições, e oferecendo, por outro lado, um contraponto necessário e desejável para a ação dos homens num mundo em permanente transformação e mudança. Museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, rituais, cultos aos mortos vêm expressando cada vez mais a utopia da sociedade como um todo, a busca de uma memória coletiva enquanto *locus* da tradição, o resgate dos laços de continuidade.

Nessa direção, o processo de fabricação do imortal que acompanhamos passo a passo nas páginas deste livro permite a observação, de forma privilegiada, de alguns dos mecanismos de constituição de um lugar de memória entre nós.

Ressalteemos inicialmente o ano em que se efetivou a doação dos objetos ao museu. O ano de 1936 inscreve-se numa conjuntura onde profundas alterações ocorreram na sociedade brasileira. No Rio de Janeiro daqueles tempos, então capital da República, a sociedade se modernizava, a população crescia, o espaço urbano transformava-se, os indivíduos atomizavam-se. O Estado brasileiro liderado pelo carismático Presidente Getúlio Vargas procurava romper com o modelo agrário-exportador predominante até o final da Primeira República. Em passos acelerados, as transformações eram sentidas principalmente pelas populações que habitavam as grandes cidades. Surgiam novos agrupamentos sociais, entre os quais destacavam-se as camadas médias. Cresciam as camadas mais desfavorecidas da população. Se, de um lado, ocorriam surtos industriais modernizantes na esteira dos ideais de progresso e civilização, por outro lado, desembarcavam nas estações ferroviárias das grandes capitais levas de nortistas e nordestinos, afugentados pelas secas, buscando emprego. Crescia o número de automóveis nas ruas, levando o governo a instituir as primeiras medidas disciplinadoras do trânsito carioca e a instalar os primeiros semáforos. Surgiam os primeiros edifícios e uma nova concepção de arquitetura e de moradia onde o pé-direito das casas era alterado e o tamanho dos cômodos diminuía de forma sensível. Novos hábitos e novos costumes impunham-se.

Essas e outras alterações tiveram importantes conseqüências ao nível da vida cotidiana, sobretudo em áreas tradicionais de moradia, como era o caso de Botafogo, onde Alice da Porciúncula Calmon Du Pin e Almeida residia. Novas

populações foram chegando ao bairro, como os imigrantes europeus, sobretudo portugueses e italianos, que ali instalaram lojas para pequeno comércio. As velhas chácaras remanescentes do Império e as mansões construídas pelas elites no começo do século, como é o caso da casa que abrigava o casal Calmon, foram cedendo lugar às habitações modernas. Além dos prédios para as classes médias emergentes, datam também dessa época os primeiros cortiços. Nesse contexto, a preservação no espaço de uma residência de todos aqueles legados familiares, de que Alice da Porciúncula era portadora, anunciava-se anacrônica. A grandiosidade de peças como mobiliário em madeira maciça, quadros, bustos, lustres, portão brasonado, entre outras, exigiam mansões de grande porte que forçosamente começavam a desaparecer.

Embora a “guardiã da memória” dos Calmon e dos Porciúncula não tivesse filhos, tinha descendentes, sobrinhos, tanto de sua parte, quanto da parte de seu marido. Por que, então, ela não nomeou um herdeiro para dar continuidade à preservação da memória familiar que aqueles objetos encerravam? Aparentemente, esta solução não seria de todo impossível. Myriam Lins e Barros em seu livro *Avós e netos na família brasileira* enuncia a existência de “guardiães da memória familiar” em famílias das camadas médias no Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada nos anos 80. Em geral, essas pessoas cultivam e preservam pequenos museus em suas residências, geralmente apartamentos, onde armazenam fotos, pequenos objetos, cartas, enfim, relíquias da memória familiar.<sup>2</sup> Mas aqui também a natureza da coleção entrava em confronto com a tendência de progresso e modernização. Preservar uma coleção de tão grande porte reclamava habilidades específicas e dedicação exclusiva. Quem na geração seguinte poderia dispor dessas qualidades?

A partir da década de 30, a tendência crescente era a da especialização profissional. O Estado brasileiro liderava uma ação com profundas repercussões para a vida das elites: a criação das universidades. Em 1931, o Ministro Francisco Campos assinou o decreto que definia o estatuto das universidades brasileiras. Em 1934, Armando de Sales criou a Universidade de São Paulo (USP), buscando concretizar o ideal de uma universidade para as elites. Em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal. Essas iniciativas foram

acompanhadas por uma proliferação de novos cursos para o exercício de novas funções. A própria instituição de uma habilitação específica para o cuidado com os objetos de coleções museológicas é desse período, com a criação do curso de Museologia em nível universitário, em 1932, no Museu Histórico Nacional.

Gradativamente, as mulheres ingressavam nesse novo universo profissional, procurando adquirir uma formação específica, desenvolvendo-se de forma individualizada. Alguns dos importantes papéis femininos no contexto familiar se não desapareceram por completo foram bastante modificados ou receberam novas atribuições. A figura da esposa totalmente dedicada ao sucesso do marido tornou-se mais rara. Nos anos que se seguiram, poucas mulheres nas elites devotariam tanto tempo de suas vidas à preservação da memória familiar. Se é certo que a figura do guardião da memória familiar não desapareceu, e, até em certos casos, proliferou, essa figura ganhou outros contornos. Em alguns casos, essa função foi destinada a idosos, seres marginalizados do processo produtivo.<sup>3</sup>

No caso que estamos enfocando, a fabricação do imortal Miguel Calmon, não se tratava apenas da manutenção de uma memória familiar restrita ao anonimato da esfera privada. Enquanto legado de homens públicos, essa memória familiar mesclava-se com a esfera da memória nacional. Talvez essa razão, mais do que as transformações do espaço urbano e da ausência de um herdeiro, tenha sido decisiva para que a doação da Coleção Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional se efetivasse.

O projeto de Alice da Porciúncula entrou em ressonância com o projeto de Gustavo Barroso, na medida em que esse reivindicava para si o papel de guardião da memória nacional. Dessa forma, as cláusulas de doação referindo-se a uma sala especial para a preservação da memória pessoal e familiar foram aceitas pelo diretor da instituição, e o imortal pôde ser fabricado com honras e glórias, integrando um panteão de heróis e personalidades vinculados à nação brasileira.

Com a morte de Gustavo Barroso, uma certa concepção de memória nacional perdeu no Brasil um de seus mais importantes guardiões. A partir de então, o Museu Histórico Nacional entrou numa fase de decadência, e o "Museu de Barroso" foi sendo gradativamente desmontado. A situação atingiu um grau tão crítico que, em 1984, o então diretor do museu, Gerardo Brito Raposo da



Câmara, solicitou a interferência do então *Programa Nacional de Museus* para a revitalização da instituição.

Nesses 24 anos o museu teve como diretores o escritor Josué Montello (1959-1967), o Comandante Léo Fonseca e Silva (1967-1970) e Gerardo Câmara (1970-1984). Com o escritor Josué Montello não houve alterações significativas. Grande parte de seus esforços concentrou-se na fundação no Palácio do Catete do Museu da República (1960). O Palácio do Catete abrigava, naquela ocasião, uma Divisão vinculada ao Museu Histórico Nacional que era inteiramente dedicada ao acervo histórico do período republicano.

Foi durante a gestão seguinte, a do comandante Léo Fonseca e Silva, que o museu sofreu sua transformação mais radical. Segundo a historiadora Myriam Sepúlveda dos Santos,<sup>4</sup> que focalizou as transformações ocorridas no museu nesse período, a orientação imprimida pelo comandante Léo Fonseca e Silva marcou o rompimento com o museu-memória de Barroso e o início de um museu-narrativa. Em outras palavras, o Museu Histórico Nacional tendeu, a partir desse momento, a privilegiar uma narrativa histórica, onde a memória coletiva foi sendo eclipsada. Neste contexto, o circuito de exposições foi reformulado para dar lugar a uma história dos grandes ciclos, dos grandes processos estruturais, uma história sem rosto, sem personagens, ou que, no máximo, admitia personagens submetidos à uma lógica evolutiva. Rompia-se, assim, com as exposições baseadas nas grandes coleções. As salas dedicadas aos grandes personagens foram desmontadas, e os objetos, reunidos em depósito. Nesse novo formato de museu, pouca atenção foi conferida às procedências dos objetos. A partir de então, os grandes doadores não mais desfrutariam de quaisquer privilégios.

Ainda sob a gestão do comandante Léo Fonseca e Silva, o museu passou a trabalhar com uma cronologia de sucessão de regimes políticos. Das aproximadamente 40 salas que expunham praticamente todo o acervo, restaram 12, em 1969, organizadas segundo a ordem a seguir discriminada:

*Sala Brasil-Colônia I*

*Sala Brasil-Colônia II*

*Sala Brasil-Colônia III*

Sala Brasil-Reino  
Sala da Independência  
Sala do Primeiro Reinado  
Sala do Segundo Reinado I  
Sala do Segundo Reinado II  
Sala da Guerra do Paraguai I  
Sala da Guerra do Paraguai II  
Sala do Ocaso da Monarquia I  
Sala do Ocaso da Monarquia II<sup>5</sup>

Os objetos passaram a figurar como ilustrações dessa narrativa histórica. Perderam assim — assinala Myriam S. dos Santos — parte da capacidade de suscitar lembranças.

*“A história que surge com a reforma do Museu Histórico Nacional de 1967 ordena cronologicamente os fatos relevantes, ganha o tempo enquanto seu objeto de estudo e possui como pressuposto o sentido de progresso, ainda que não completamente definido. Os nomes dos doadores deixam de aparecer nas salas, perdendo, com isso, o visitante, a noção da origem daqueles objetos, da cumplicidade existente na arrumação daqueles novos ambientes que pouco a pouco vão se firmando com um discurso neutro e científico.”<sup>6</sup>*

O fim do “Museu de Barroso”, onde os objetos eram reunidos de maneira orgânica para evocar a memória nacional, expressa uma das faces do esfacelamento de uma concepção de memória nacional no caso brasileiro. Esse esfacelamento foi acompanhado por uma dilatação da percepção histórica que, segundo Nora, pode ser caracterizada por uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não mais existe, ou seja, mediante uma operação intelectual e laicizante, usando como instrumental básico a análise e o discurso crítico.

A administração de Gerardo Câmara, que se estendeu de 1970 a 1984, manteve a estrutura de exposição implantada por seu antecessor. Enfatizaram-se

atividades relacionadas a exposições extramuros e cursos de extensão, tendo sido conferida pouca atenção à conservação do acervo.<sup>7</sup>

A nova gestão inaugurada em 1984, sob a direção da historiadora e museóloga Solange de Sampaio Godoy, significou um processo de revitalização do museu. A instituição recuperou a credibilidade com um trabalho dinâmico em equipe. O apoio da iniciativa privada foi retomado, em novas bases, com a fundação de uma Associação de Amigos. Indubitavelmente, a instituição sintonizou-se com os novos tempos, abrindo novos horizontes e perspectivas.

Profissionais especialmente treinados nas áreas de museologia, história, documentação, entre outras especializações, iniciaram um trabalho técnico de catalogação, de tratamento e de conservação do acervo, bem como de conceituação do novo circuito de exposições permanentes e de exposições temporárias. Com o auxílio de modernas técnicas de informática, os objetos foram processados. Os antigos depósitos foram ordenados em locais denominados reservas técnicas.

Nesse contexto, o “Museu de Barroso” permaneceu apenas como lembrança, tempo de fundação, passado superado. A estrutura narrativa instaurada na década de 70, onde o discurso histórico subordinava à sua lógica as possibilidades evocativas do objeto, se manteve, embora sob novas roupagens.

*“Na atual exposição do museu, a concepção de história está intimamente ligada a uma concepção de tempo linear e progressiva. Há um cadenciamento claro que já não é mais o dos acontecimentos políticos, mas o dos ciclos econômicos. Por meio de uma abordagem multissecular, o museu propõe-se a fazer a síntese da história da nação brasileira.”<sup>8</sup>*

Os objetos agora repousam, perfeitamente catalogados e classificados, em grandes reservas técnicas, de acordo com normas consideradas universais de tratamento e de preservação de acervos. De acordo com essas normas, privilegia-se a reunião de objetos com base em critérios, como o tipo de material: indumentária, louçaria, mobiliário, pinacoteca etc. Nesse universo, a relação dos objetos com seus possuidores originários não é problematizada.<sup>9</sup>

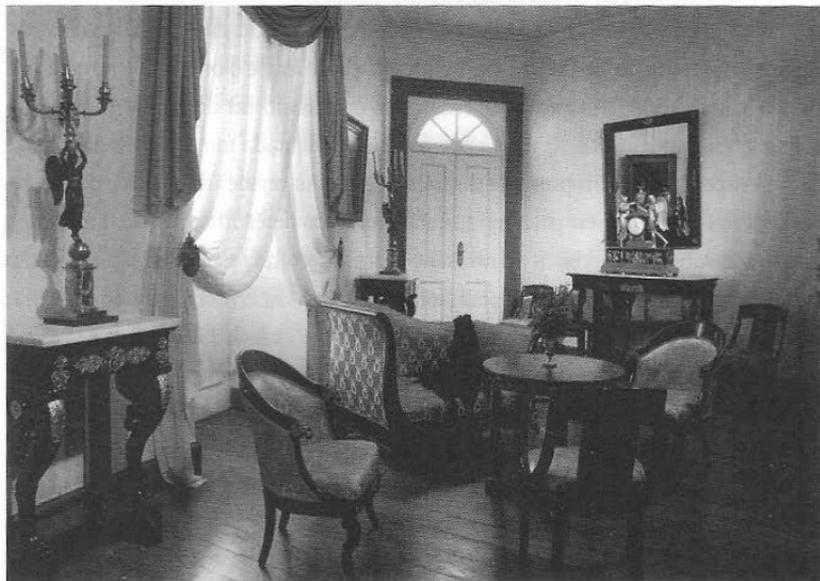
Nas exposições, os objetos são usados como símbolos, subordinados a uma narrativa histórica. Nessa concepção, apenas uma pequena parte do acervo museológico é exposto. Uma vez concluída a conceituação de uma exposição, a cargo de museólogos e historiadores, inicia-se um processo de seleção dos objetos nas reservas técnicas. Esses devem figurar como ilustração da narrativa histórica que é apresentada sob a forma de textos. É freqüente a construção de ambientações com a utilização de recursos cenográficos que procuram reconstruir hipotéticas maneiras de viver em períodos prefixados. Uma “sala estilo Império”, onde se procura retratar a maneira como se vivia no século XVIII, um “escritório hipotético de um empresário” nos áureos tempos do café são destaques desse tipo de solução museográfica. Para a construção dessas ambientações foram recolhidos nas reservas técnicas objetos tais como mobílias, relógios, candelabros, serviços de chá, pinturas, tomando-se critérios classificatórios, como o período de fabricação e estilo.

Nesse gênero de museu, a razão é priorizada. “O ‘sentimento nostálgico’ capaz de reviver a tradição, de permitir uma identificação entre o ontem e o hoje parece pouco valorizado.”<sup>10</sup> Ao procurar recompor o passado tal como ele hipoteticamente teria existido, cria-se uma nova realidade que nada tem a ver com o passado, mas apenas com um presente desmemoriado. As versões das salas e dos escritórios, criadas no museu para representar períodos determinados, de fato nunca existiram, são apenas visões idealizadas de um pretenso passado. A dissociação dos objetos com relação a seus possuidores originais acarreta perda de informação, empobrecendo as leituras possíveis. “Um prato isolado não oferece o mesmo número de informações do que um prato junto a tantos outros — rasos, fundos, ovais, circulares — ou junto a um sem-número de peças que constituam um aparelho antigo de jantar. Ele sozinho perde enquanto documento.”<sup>11</sup>

E os imortais? O que aconteceu com eles? O que foi feito de todo o empenho de Alice da Porciúncula que acreditava haver eternizado no Museu Histórico Nacional a memória familiar da qual era guardiã?

A Sala Miguel Calmon foi desmontada durante a gestão do comandante Léo Fonseca e Silva. Os objetos seguiram o destino dos depósitos, em seguida, das reservas técnicas. O imortal foi desfabricado.

Hoje, se algum visitante quiser conhecer a Coleção Miguel Calmon sentirá dificuldades em ter uma idéia do conjunto dos objetos. As peças encontram-se dispersas, armazenadas em armários, nas salas das reservas técnicas. É impossível ver os objetos formando um todo como ocorria na Sala Miguel Calmon do tempo de Barroso. Já não se enfatiza os vínculos de cada objeto entre si formando uma coleção. No módulo “Colonização e Dependência” da exposição permanente, numa hipotética sala estilo Império, onde percebe-se uma intenção em reconstituir a vida cotidiana no século XVIII, há, por exemplo, uma mobília composta por poltronas estofadas que originalmente adornavam uma das salas da residência do casal Calmon. Privilegiando-se o período de fabricação desses móveis (século XVIII), a exposição não aborda uma das dimensões que queremos resgatar com a publicação desse livro: o uso social que as elites efetivamente fizeram desses objetos.<sup>12</sup>



*Conjunto de móveis integrantes da Coleção Miguel Calmon que encontra-se na “sala estilo Império” da Exposição Permanente do MHN*

Contudo, se, em termos físicos, a coleção encontra-se hoje desmembrada, impossibilitando a visualização do conjunto, por outro lado, a organização e a catalogação do acervo segundo modernos critérios que incluem a informática, vêm possibilitando a recuperação de algumas preciosas informações sobre os objetos. A Coleção Miguel Calmon, como muitas outras do “Museu do Barroso”, encontra-se preservada nas telas dos computadores que hoje são uma realidade no Museu Histórico Nacional. Desse modo, essa e outras coleções, embora não mais expostas como tal, encontram-se recuperadas enquanto documentos.

Os roteiros legados pelos guardiões e pelas guardiãs da memória revelando valores e crenças de pessoas que viveram em carne e osso em algum lugar do passado continuam a despertar nossa imaginação. Oxalá possamos resgatar as iniciativas das Alices espalhadas nos museus brasileiros! Pois, se hoje nos soa anacrônica a idéia de uma mulher que despendesse tantos esforços na imortalização de seu marido, não podemos menosprezar seu papel enquanto guardiã de uma memória que sobreviveu ao tempo. Graças aos seus esforços, e aos de tantos outros guardiões e guardiãs da memória, tornou-se possível para nós, das gerações subseqüentes, conhecer um pouco da vida daqueles que nos antecederam. Só isso bastaria para transformar a anônima Alice em uma personagem imortal!<sup>13</sup>



*Alice da Porciúncula,  
1909*

## NOTAS:

1. Nora, 1984.
2. Barros, 1987.
3. Neste sentido, ver Bosi, 1979.
4. Santos, 1989.
5. *Idem*.
6. *Idem*.
7. Conforme publicação sobre o Museu Histórico Nacional, do Banco Safra, 1989.
8. Santos, 1989.
9. A única exceção são os pesquisadores. O museu conta com a participação em seus quadros de pesquisadores com vínculos com a área acadêmica, notadamente da área de História. Eu mesma fiz parte desse quadro durante os anos 1986-1990.
10. Santos, 1989.
11. *Idem*.
12. A decoração das salas do palacete dos Calmon na Rua São Clemente misturava, segundo uma lógica própria, estilos de épocas diversas. Assim, parece extremamente problemática a tentativa de reconstituição do interior de uma residência privilegiando-se a data de fabricação do mobiliário.
13. "Viúva, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida preferiu o isolamento e o silêncio de uma vida quase claustral a suas numerosas relações; deu-se às obras de caridade; nelas converteu a maior parte da sua fortuna; sem abandonar jamais o véu preto, como se tivesse o pé no limiar do convento. Faleceu a 18 de maio de 1960." Calmon, 1983:70, n. 11.

## AGRADECIMENTOS

Este livro é uma versão da Dissertação de Mestrado, intitulada *Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais: Um Estudo Antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS – do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – em 1990.

Muitas pessoas contribuíram para a concretização deste trabalho. Agradeço especialmente as valiosas sugestões e o estímulo para a publicação dos membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Luiz Fernando Duarte (também professor orientador), Prof. Dr. Gilberto Velho, Prof. Dr. Afrânio Garcia.

Sou muito grata à gentil acolhida da professora Monique de Saint Martin no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Études en Sciences Sociales, durante o ano de 1994-1995. O contato com aquele estimulante ambiente acadêmico foi, sem dúvida, bastante importante para que eu me decidisse a publicar esse material. De longe, pude ter o distanciamento necessário para retomar minha dissertação e destacar algumas questões que me pareciam importantes para um estudo sobre elites e construção do 'sagrado nacional'. A leitura atenta e a competente apresentação da Professora Monique de Saint Martin representaram um grande incentivo para a publicação.

Evandro Teixeira, mago da fotografia, brindou-me com a amizade e o trabalho fotográfico. Valeu, Evandro!

Com os professores Ilmar Rohloff de Mattos e Margarida de Souza Neves, da PUC-RJ, Maria Alice Rezende de Carvalho e Ricardo Benzaquen de Araújo, do IUPERJ, reciclo meus conhecimentos em História desde os "tempos da PUC". Este trabalho, situado na confluência entre a Antropologia, a Sociologia e a História, tem, portanto, uma dívida para com esses importantes historiadores. Sou muito grata ainda ao Professor Ulpiano Bezerra de Menezes pela atenção e pelo interesse dispensados ao meu trabalho.

Agradeço aos membros do Grupo de Trabalho “Pensamento Social Brasileiro”, da ANPOCS, com os quais venho tendo a oportunidade de expor e discutir os resultados de minhas pesquisas, especialmente a José Reginaldo Gonçalves, Luiz Rodolfo Vilhena, Ângela Castro Gomes e Lúcia Lippi de Oliveira.

A idéia de realizar este trabalho nasceu na Divisão de Estudos e Pesquisas do Museu Histórico Nacional, onde ingressei em 1986 como pesquisadora. Aos poucos, fui dando-me conta da urgência de uma reflexão sistemática sobre museus e coleções. Tenho a certeza de ser este o caminho para superar o largo fosso entre os milhares de objetos conservados nas “reservas técnicas” e as múltiplas possibilidades de conhecimento que deles é possível extrair. Na maior parte dos museus brasileiros, a área de pesquisa necessita de consolidação e ampliação. Como afirmou o Professor Ulpiano B. de Menezes, “é preciso evitar que o museu se transforme num mero repositório de coleções e num mecanismo dito educativo, mas sem que entre as duas instâncias haja a mediação da produção de conhecimentos”. Um museu sem uma área de pesquisa voltada para a produção de conhecimentos tende a fossilizar-se, reduzindo seu enorme potencial criativo ao mero repasse de informações cristalizadas.

Espero estar contribuindo para a apreciação por um novo ângulo das “peças de museus” que são também, é preciso não esquecer, legados de muitas gerações. Essa tarefa só se tornou possível com a colaboração de muitos companheiros durante minha passagem pelo Museu Histórico Nacional. A todos eles meus agradecimentos. Em especial, a Solange Godoy, a Ecylla Castanheira Brandão e a Vera Tostes, diretoras da instituição em diferentes períodos, de 1984 em diante.

Christina Guido, “aliciando-me” para trabalhar no Museu Histórico Nacional, em 1986, representou a própria origem, o “onde tudo começou”. Sou muito grata a ela. As auxiliares de pesquisa Simone Guilherme, Regina Brandão e Mônica Almeida de Faria prestaram inestimáveis auxílios em várias fases do trabalho.

Durante a redação do livro, foram fundamentais o apoio e as sugestões de técnicos da Coordenação de Folclore e Cultura Popular da FUNARTE. Agradeço particularmente à Coordenadora Cláudia Marcia Ferreira e aos pesquisadores Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Elizabeth Travassos, Ricardo Gomes Lima e Guacira Waldeck.



Sem o apoio financeiro da Capes e do CNPq, por meio de bolsa de mestrado e doutorado, em diferentes períodos, este trabalho nunca teria chegado a se realizar.

Por fim, gostaria de agradecer àqueles com quem, numa escolha diária e permanente, compartilho o meu cotidiano. À minha mãe, Regina, de quem herdei o nome e o gosto pelos livros e pelas histórias. A meu pai, Jorge, que me ensinou tudo o que sei sobre a dimensão ética e o espírito de preservação do patrimônio público. Às minhas irmãs, Ana, Cristina, Helena e Vera, guerreiras de um sem fim de utopias. À minha avó Laura. À memória de Maria Helena de Andrade Pinto, fonte de rara sabedoria. E também a Adriana Benedikt, a Ângela Coutinho, Maria Thereza, Myrian e Ivana do Rego Monteiro, a Noemi Nunes, a Maria Helena Serra e ao compadre Marcelo.

A Noilton (co-autor na vida e em tudo o mais, até mesmo em partes do texto e das reproduções fotográficas), a Pedro Sol e a Nina Lys que, com risos e brincadeiras, me invadem de serenidade, plenitude e alegria de viver.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina (1990) *Sangue, nobreza e política no templo dos imortais: um estudo antropológico da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*, RJ, mimeo, PPGAS – Museu Nacional.
- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e (1902) “Aplicações industriais do álcool.” (Contribuição ao estudo do problema por ocasião da 1ª conferência assucareira do Brasil, realizada na Bahia, em jun-jul 1902, BA, Oficinas do *Diário da Bahia*, 142p. 4 ex.
- \_\_\_\_\_  
Brasil, (1903a), Secret. da Agricultura, Relatório Secret. Agr., Viação e Obras Públicas, BA.
- \_\_\_\_\_  
(1903b) Relatório apresentado ao Exmo. Governador do Estado pelo Secretário da Agricultura, Viação, Indústrias e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida, BA, Oficinas do *Diário da Bahia*.
- \_\_\_\_\_  
(1903c) O Assucar e o álcool na Bahia, RJ, Sociedade Nacional de Agricultura, 54p. il.
- \_\_\_\_\_  
(1906a) A valorização do café, RJ, Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues, 52p. Encadernado c/ Instrução Pública.
- \_\_\_\_\_  
(1906b) Produção e Comércio de Borracha. Parecer da Comissão de Agricultura e Ind. da Câmara dos Deputados sobre o projeto de monopolização do comércio de borracha, RJ, Typ. do *Jornal do Commercio*, 71p. 2fl.
- \_\_\_\_\_  
(1906c) O algodão e a solidariedade internacional, discurso 1922.
- \_\_\_\_\_  
Brasil (1907-1909) Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida.
- \_\_\_\_\_  
(1912) “Instrução Pública” (Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 17 de setembro de 1912), RJ, Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues, 52p. Encadernado com entrevistas para os jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e o *Estado de S. Paulo* junto com “A valorização do Café”.
- \_\_\_\_\_  
(1913) *Factos Econômicos*, RJ, F. ALves, 431p.
- \_\_\_\_\_  
(1915a) “As promessas e os resultados da pedagogia moderna”; conferência realizada em 1º de agosto de 1915, no salão de honra do Lyceu de Artes e Offícios, BA, Livraria Eco, 42p. Existe encadernado junto c/esta obra outro exemplar, porém, editado no RJ, na Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues.

- \_\_\_\_ (1915b) "O homem público e a História." Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- \_\_\_\_ (1917) Notas acerca da produção e comércio do cacau, RJ, Sociedade Nac. de Agricultura, 21p. Encadernado junto com a obra: — (1906) Produção e Comércio de Borracha, 71p.
- \_\_\_\_ (1922) Tendências Nacionais e Influências Estrangeiras. BA, Imp. Carvalho.
- \_\_\_\_ (1923a) Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, 66p.
- \_\_\_\_ (1923b) "A Batalha de Pirajá." Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 8 de novembro de 1922, RJ, Imprensa Nac.
- \_\_\_\_ (1925) "Oração de Paraninfo." Escola de Minas de Ouro Preto.
- \_\_\_\_ Brasil (1925-1928) Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Min. do Estado da Agr. Ind. e Comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida, RJ, Imp. Nac., 115p.
- \_\_\_\_ (1928) Discursos pronunciados nas sessões do Senado Federal, de 29 a 30 de dez. de 1927, RJ, Imprensa Nacional, 101p. il.
- \_\_\_\_ (1929) As Cooperativas de Crédito, RJ, Typ. A. P. Benedito, 16p. Encadernado c/ Tendências Nacionais, —.
- ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (1940-1975), RJ.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, e Viveiros de Castro, E. (1977). "Romeu e Julieta e a Origem do Estado", in: Velho, G. (org.). *Arte e Sociedade*, RJ, Zahar editores.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1988) "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu", in: *Estudos Históricos*, 1, RJ, Edições Vértice.
- \_\_\_\_ (1988) *Totalitarismo e Revolução — O Integralismo de Plínio Salgado*, RJ, Zahar.
- ARIÊS, Philippe (1978) *História Social da Criança e da Família*, RJ, Zahar.
- ASSIS, Machado de (1959) *Obras Completas*, vol. III, RJ, Aguilar ed.
- BARROS, Myriam Lins de (1987) *Autoridade e afeto — Avós, filhos e netos na família brasileira*, RJ, Jorge Zahar Editor.
- BARROS, Sigrid Porto de (1949) "O museu e a criança", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 9.
- \_\_\_\_ (1952) "A mensagem cultural no museu", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 13.
- BARROSO, Gustavo (1939) *O Quarto Império*, RJ, José Olympio Editora.

- \_\_\_\_ (1939) *Coração de menino*, RJ, Ed. Getúlio M. Costa.
- \_\_\_\_ (1942a) "A heráldica dos vice-reis, in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1942b) "Esquemática da História Militar no Brasil", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1942c) "Museu Ergológico Brasileiro", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1942d) "Arquitetura Nacional", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1942e) "Um valioso presente para o Museu Histórico Nacional", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1942f) "Tocante solenidade", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1943a) "A defesa do nosso passado", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4.
- \_\_\_\_ (1943b) "Classificação geral dos móveis antigos", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4.
- \_\_\_\_ (1944) *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*. RJ, Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_ (1945) "A presença do Império em Buenos Aires", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 6.
- \_\_\_\_ (1946) *Introdução à técnica de museus*, RJ, Gráfica Olímpica, vol. I.
- \_\_\_\_ (1947) "A carreira de Conservador", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 8.
- BARTHES, Roland (1984) *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*, RJ, Nova Fronteira.
- BENJAMIN, Walter (1987) "Sobre o conceito de História", in: *Obras Escolhidas — Magia e Técnica, Arte e Política*, SP, Editora Brasiliense, 3ª edição.
- BLATTI, Jo (1986) *Past Meets Present, Essays about Historic Interpretation and Public Audiences*, Washington, Smithsonian Institution.
- BOSI, Ecléa (1979) *Memória e Sociedade — Lembranças de Velhos*, SP, J. A. Queiroz Editor Ltda.
- BOURDIEU, Pierre (directeur) (1965) *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris.
- \_\_\_\_ (1987) *A Economia das Trocas Simbólicas*, SP, Editora Perspectiva.
- \_\_\_\_ (1979) *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre e Alain Darbel (1969) *L'amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public*, Paris, Minuit.

- BURKE, Peter (1989) *A Cultura Popular na Idade Moderna*, SP, Companhia das Letras.
- BURY, John (1971) *La idea del Progreso*, Madrid, Alianza Editorial.
- CALMON, Pedro (1933) *O Marquez de Abrantes*, RJ, Editora Guanabara, Waissman, Koogan Ltda.
- \_\_\_\_ (1938) *O Rei Filósofo*, série 5ª, Brasileira, vol. 120, Biblioteca Pedagógica Brasileira.
- \_\_\_\_ (1983) *Miguel Calmon, uma grande vida*, RJ, José Olympio Editora/Pró-Memória INL, Coleção Documentos Brasileiros.
- CARDOSO, Ruth (org.) (1986) *A aventura antropológica*, RJ, Editora Paz e Terra.
- CARONE, Edgard (1973) *A Primeira República*, SP, Difusão Européia do Livro.
- CARVALHO, Gerardo A. de (1948) "Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 9.
- CARVALHO, José Murilo de (1990) *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*, SP, Companhia das Letras.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (1988) "O Clube de Engenharia e a utopia da cidade moderna na Belle Époque carioca", mimeo.
- CARVALHO, Nair de Moraes (1947) "Papel educativo do Museu Histórico Nacional" in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 8.
- CAVALCANTI, Maria Laura e outros (1992) "Os Estudos de Folclore no Brasil", in: *Seminário Folclore e Cultura Popular*, série Encontros e Estudos nº 1, IBAC, RJ.
- CHAUÍ, Marilena de Souza (1984) *O nacional e o popular na Cultura Brasileira*, SP, Brasiliense.
- CUNHA, Euclides da (1966) Os Sertões, in: *Obras Completas*, vol. II, RJ, Aguilar editora.
- DA MATTA, Roberto (1979) *Carnavais, malandros e heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, RJ, Zahar Editores.
- \_\_\_\_ (1983) *Relativizando, uma introdução à Antropologia Social*, RJ, Vozes.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO-CPDOC/FGV.
- DREYFUS, Jenny (1942) "A louça brasonada no Museu Histórico Nacional", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3.
- \_\_\_\_ (1968) "A lenda nas artes menores", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 20.
- DUARTE, Luiz Fernando D. (1983) "Três ensaios sobre pessoa e modernidade", in: *Boletim do Museu Nacional*, nº 41, RJ, Nova Série.
- \_\_\_\_ (1986) *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*, RJ, Jorge Zahar Editor/CNPq.

- DUMANS, Adolpho (1940) "O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência" in: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1, RJ.
- \_\_\_\_ (1947) "A idéia da criação do Museu Histórico Nacional", in: *Publicações do Museu Histórico Nacional*, RJ, Gráfica Olímpica.
- DUMONT, Louis (1985) *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, RJ, Rocco.
- \_\_\_\_ (1966) *Homo hierarchicus*, Paris, France, Éditions Gallimard.
- DURKHEIM, Émile (1970) *Sociologia e Filosofia*, RJ, Forense-Universitária.
- ELIAS, Norbert (1973) *La civilisation des moeurs*, Collection Archives des sciences sociales, Paris, Calmann-Lévy.
- FARIA, Luiz de Castro (1982) "Museu Nacional – o espetáculo e a excelência", mimeo, RJ, Museu Nacional.
- FOOT HARDMAN, Francisco (1988). *A modernidade na selva: Trem Fantasma*, SP, Cia. das Letras.
- FREUND, Gisèle (1976) *La fotografia como documento social*, Barcelona, Gustavo Gili.
- FREYRE, Gilberto (1974) *Ordem e Progresso*, RJ, José Olympio.
- FUNARTE (1980) Núcleo de Fotografia, "Carnaval de Malta", in: 4<sup>o</sup> *Mostra de Fotografia*, RJ.
- GARCIA, Jr., Afrânio Raul "O Brasil como Representação", in: *Comunicação* nº 6, RJ, PPGAS, UFRJ.
- GEERTZ, Clifford (1978). *A interpretação das culturas*, RJ, Zahar editores.
- GONÇALVES, José Reginaldo (1988) "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais". in: *Estudos Históricos*, 2, RJ, Edições Vértice.
- \_\_\_\_ (1990) *Rediscoveries of Brazil: Nationalism and Historic Preservation as Narratives*, Tese de Doutorado apresentada no Department of Anthropology – University of Virginia, mimeo.
- GRAMSCI, Antonio (1968) *Os intelectuais e a organização da cultura*, RJ, Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, Manoel L.S. (1988) "Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", in: *Estudos Históricos*, 1, RJ, Edições Vértice.
- HOBBSAWM, Eric (1988) *A era dos impérios*, RJ, Paz e Terra.
- HORNE, Donald (1984) *The Great Museum – Re-presentation of History*, Leichardst New South Wales, Austrália, Pluto Press L.D.

- KOSSELLECK, Reinhart (1985) "História Magistra Vitae: The Dissolution of the Topos into the Perspective of a Modernized Historical Process", in: *Futures Past*, Cambridge, The MIT Press.
- KOSSOY, Boris (1980) *Origens e expansão da fotografia no Brasil no século XIX*, RJ, FUNARTE.
- KUPER, Adam (1978) *Antropólogos e Antropologia*, RJ, Livraria Francisco Alves Editora.
- LACOMBE, Américo Jacobina (1940) "Nobreza Brasileira", in: *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, Ministério da Educação e Saúde.
- LARAIA, Roque de Barros (1986) *Cultura, um conceito antropológico*, RJ, Zahar.
- LE GOFF, Jacques (1983) "Memória/História", in: *Enciclopédia Einaudi*.
- LEITE, L. Moreira (1988) "Fotografia e História", in: *Revista Ciência Hoje*, nº 39.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1985) *Aos fetichistas, ordem e progresso*, dissertação de mestrado, RJ, PPGAS-UFRJ, Museu Nacional.
- LÉVY-STRAUSS, Claude (1955) *Tristes Tropiques*, Paris, Plon.
- \_\_\_\_ (1970) "Raça e História", in: *Raça e Ciência I*, SP, Ed. Perspectiva.
- \_\_\_\_ (1974) "Introdução à obra de Marcel Mauss", in: Mauss, Marcel, *Sociologia e Antropologia*, SP, Edusp.
- LOPES, Gilda Marina de Almeida (1968) "Um homem e duas canetas", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 19.
- LUDOLF, Dulce (1972) "Patações imperiais — os símbolos e a moeda", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 23.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1976) *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Coleção Os Pensadores, SP, Abril Cultural.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (1987) *O Tempo Saquarema*, SP, HUCITEC/MinC/PRÓ-MEMÓRIA/INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO.
- MAUSS, Marcel (1969) "La nation", in: *Cohésion Social et Divisions de la Sociologie*, vol. 3, Paris 6<sup>e</sup>, Les éditions de minuit.
- \_\_\_\_ (1974) *Sociologia e Antropologia*, 2 vol., SP, EDUSP.
- MELLO E SOUZA, Marina de (1991) *Os Missionários da Nacionalidade*, Papéis Avulsos nº 36, CIEC, UFRJ, RJ.
- MEYERSON, Ignace (1960) "Le temps, la mémoire et l'histoire", in: *Coloque du Centre de Recherches de Psychologie Comparative*, Paris.
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1983) *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, Éditions Gallimard.

- MOTTA, Marly Silva da (1922) *A Nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência*, RJ, Editora da FGV, CPDOC.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, SP, Banco Safra (1988).
- NAGLE, Jorge (1977) "A Educação na Primeira República", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 2, cap. VII, SP, DIFEL.
- NEEDELL, Jeffrey (1988) "A Ascensão do Fetichismo Consumista", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* — ANPOCS — nº 8, vol. 3, SP, Edições Vértice.
- NEVES, Margarida de Souza (1986) "As Vitrines do Progresso", relatório FINEP, mimeo, RJ.
- NICEFORO, Alfredo (1961) *El mito de la civilización, el mito del progreso*, México, UNAM.
- NORA, Pierre (1984) *Les Lieux de mémoire I — La République*, Bibliothèque illustrée des histoires, Paris, Gallimard.
- OLIVA, Menezes de (1941) "Tentativa de classificação de Balangandãs", in: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (1990) *A questão nacional na Primeira República*, Brasiliense/CNPq.
- OLIVEIRA, Octávio Corrêa dos Santos (1948) "Ouriversaria Brasileira", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 9.
- OZOUF, Mona (1976) *La fête révolutionnaire — 1789-1799*, Paris, Éditions Gallimard.
- PANG, Eul-Soo (1979) *Coronelismo e Oligarquias — a Bahia na Primeira República Brasileira*, RJ, Civilização Brasileira.
- PEARCE, Susan (1989) *Museum Studies in Material Culture*, London, Leicester University Press.
- POMIAN, K. (1983) "Coleção", in: *Enciclopédia Einaudi*.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva (1915) *Historia Natural; etnografia*, RJ, Papelaria Luiz Macedo. Volume I — Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telégraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.S.) do Departamento da Guerra: estudos e reconhecimentos. Volume III — Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G.S.) do Departamento da Guerra e à Directoria Geral dos Telégraphos: compreendendo o segundo relatório parcial correspondente aos anos de 1911 e 1912.
- RUSINS, Alfredo Teodoro (1941) "As carruagens imperiais do Brasil", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2.
- SAINT MARTIN, Monique de (1992) "A nobreza em França: a tradição como uma crença", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, RJ, Relume Dumará.

- SANTOS, Francisco Marques dos (1940) "O Leilão no Paço de São Cristóvão", in: *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, Ministério da Educação e Saúde.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (1989) *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*, RJ, IUPERJ, mimeo.
- SCHWARCZ, Lília Katri Moritz (1989) *O nascimento dos museus no Brasil (1870-1910)*, mimeo.
- \_\_\_\_ (1989) Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (1830-1930): "Os guardiões de nossa História Oficial", mimeo.
- SEEGER, A. et alii (1979) "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras", in: *A construção da pessoa nas sociedades indígenas*. Boletim do Museu Nacional, Antropologia, nº 32, RJ, Nova Série.
- SENNETT, Richard (1988) *O declínio do homem público — As tiranias da intimidade*, SP, Companhia das Letras.
- SILVEIRA, Aureliano Diamantino (1988) "Gustavo Barroso", in: *Elogios Acadêmicos*, vol. II, Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes.
- SIMMEL, Georg (1971) *On individuality and social forms*, Chicago, The University of Chicago Press.
- SKIDMORE, Thomas E. (1976) *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*, RJ, Paz e Terra. (Estudos Brasileiros, vol. 9.)
- STOCKING JR., George W. (1985) *Objects and Others, Essays on Museums and Material Culture*, History of Anthropology, vol. 3, University of Wisconsin Press.
- SUANO, Marlene (1986) *O que é Museu?*, SP, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- SUSSEKIND, Flora (1990) *O Brasil não é longe daqui*, SP, Companhia das Letras.
- VELHO, Otávio Guilherme (1976) *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, SP, DIFEL.
- VELHO, Gilberto (1977) *Arte e Sociedade*, RJ, Zahar editores.
- \_\_\_\_ (1979) "Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas", in: *Boletim do Museu Nacional*, nº 31, RJ.
- \_\_\_\_ (1981) *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, RJ, Zahar.
- VELHO, G. e Viveiros de Castro, Eduardo (1978) "O conceito de cultura nas sociedades complexas: uma perspectiva antropológica." *Artefato*, (1).
- VERNANT, Jean-Pierre (1973) *Mito e Pensamento entre os gregos*, SP, Difusão Européia do Livro, EDUSP.



- VIANNA, Marfa Barbosa (1968) "Pátio Epitácio Pessoa: Lição de Nossa História ao vivo", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 19.
- \_\_\_\_ (1974) "O negro no Museu Histórico Nacional", in: *Coleção Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 8.
- VOVELLE, Michel (1985) *La mentalité révolutionnaire*, Paris, Messidor/Éditions Sociales.
- TURAZZI, Maria Inez (1989) *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem*, RJ, Núcleo de Publicações COPPE/Editora Marco Zero.
- YATES, Francis (1966) *The art of memory*, Chicago, University of Chicago Press.

# Artemídia

---

*Projeto da coleção:* Vivian Wyler

*Coordenação editorial:* José Laurenio de Melo

O SÉTIMO SELO, Melvyn Bragg

CANTANDO NA CHUVA, Peter Wollen

DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL, José Carlos Avellar

ROCCO E SEUS IRMÃOS, Sam Rohdie

NO TEMPO DAS DILIGÊNCIAS, Edward Buscombe

LIMITE, Saulo Pereira de Mello

CIDADÃO KANE, Laura Mulvey

L'ATALANTE, Marina Warner

O MÁGICO DE OZ, Salman Rushdie

☆☆☆

DA CRIAÇÃO AO ROTEIRO, Doc Comparato

A MULHER E O CINEMA, E. Ann Kaplan

A FABRICAÇÃO DO IMORTAL, Regina Abreu

A LINGUAGEM DAS ROUPAS, Alison Lurie

POR DENTRO DA MODA, org. Shari Benstock/ Suzanne Ferriss

☆☆☆

O PIANO, Jane Campion e Kate Pullinger

PULP FICTION, Quentin Tarantino

QUATRO CASAMENTOS E UM FUNERAL, Richard Curtis

ACERTO FINAL, David Rabe

RAZÃO E SENSIBILIDADE, Emma Thompson

GRANDE HOTEL, Allison Anders, Alexandre Rockwell,

Robert Rodriguez, Quentin Tarantino

UM DRINK NO INFERNO, Quentin Tarantino

TERRA ESTRANGEIRA, Daniela Thomas, Walter Salles, Marcos Bernstein

AMOR À QUEIMA ROUPA E CÃES DE ALUGUEL, Quentin Tarantino

Este livro foi impresso na Editora JPA Ltda.  
Av. Brasil, 10.600 - Rio de Janeiro - RJ  
em setembro de 1996  
para a Editora Rocco Ltda.

*“Regina Abreu envereda corajosamente pela trilha ‘Quem fixou os padrões ideais do que é (ou deve ser) o Brasil e como fez? Como foi conquistada a aceitação de tais paradigmas?’ A Fabricação do Imortal não só é um livro notadamente bem construído e redigido, como analisa profundamente temática muito pouco explorada entre nós: como é constituída uma coleção ‘digna’ de simbolizar a ‘memória nacional?’”*

AFRÂNIO RAUL GARCIA JÚNIOR

*“O trabalho de Regina Abreu é de elevado interesse e grande originalidade. Considero muito oportuna a publicação de A Fabricação do Imortal pois vem preencher importantes lacunas e abrir precioso campo de debate.”*

GILBERTO VELHO

*“A etnografia dos lugares sagrados de uma cultura é sempre preciosa. A análise empreendida nesse livro é reveladora tanto sob o aspecto da fabricação de um Imortal, quanto da fabricação de um Templo de Imortais erigido nos anos 20 para o culto da nação brasileira e de seus personagens paradigmáticos.”*

LUIZ FERNANDO DUARTE

Apoio Cultural à LAPA:



Ministério da Cultura



Instituto de Patrimônio  
Histórico e Artístico  
Nacional



Serviço Arqueológico Triângulo Anísio S.A.

